

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E
INTERNACIONALIZAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E PRÁTICAS EDUCATIVAS

LEUCIVAN DOS SANTOS SILVA

**PROGRAMA PIBID E POLÍTICA PÚBLICA DE PERMANÊNCIA PARA CLASSE
TRABALHADORA: uma análise do programa PIBID do curso de Licenciatura em Ciências
Humanas – Sociologia da UFMA – Campus Imperatriz - Centro**

Imperatriz
2026

LEUCIVAN DOS SANTOS SILVA

**PROGRAMA PIBID E POLÍTICA PÚBLICA DE PERMANÊNCIA PARA CLASSE
TRABALHADORA: uma análise do programa PIBID do curso de Licenciatura em Ciências
Humanas – Sociologia da UFMA – Campus Imperatriz - Centro**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Imperatriz, ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE), Linha de Pesquisa: Pluriculturalidade, Interculturalidade e Práticas Educativas Interdisciplinares, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Dimas dos Reis Ribeiro

Imperatriz
2026

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Leucivan dos Santos.

PROGRAMA PIBID E POLÍTICA PÚBLICA DE PERMANÊNCIA PARA
CLASSE TRABALHADORA : uma análise do programa PIBID do
curso de Licenciatura em Ciências Humanas Sociologia da
UFMA Campus Imperatriz - Centro / Leucivan dos Santos
Silva. - 2026.

168 p.

Orientador(a): Dimas dos Reis Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Educação e Práticas Educativas - Ppgepe/ccim, Universidade
Federal do Maranhão, Imperatriz-ma, 2026.

1. Políticas Públicas. 2. Pibid. 3. Classe
Trabalhadora de Baixa Renda. I. Ribeiro, Dimas dos Reis.
II. Título.

LEUCIVAN DOS SANTOS SILVA

**PROGRAMA PIBID E POLÍTICA PÚBLICA DE PERMANÊNCIA PARA CLASSE
TRABALHADORA: uma análise do programa PIBID do curso de Licenciatura em Ciências
Humanas – Sociologia da UFMA – Campus Imperatriz - Centro**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Imperatriz, ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE), Linha de Pesquisa: Pluriculturalidade, Interculturalidade e Práticas Educativas Interdisciplinares, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Dimas dos Reis Ribeiro

Aprovada em: _____ / _____ / _____

**BANCA EXAMINADORA
TITULARES**

Prof. Dr. Dimas dos Reis Ribeiro (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Doutor em Serviço Social

Prof. Dr. Acildo Leite Silva (Examinador Externo – Titular)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Doutor em Educação Brasileira

Prof. Dr. Witembergue Gomes Zapparoli (Examinador Interno – Titular)
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Doutor em Ensino de Língua e Literatura

SUPLENTE

Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi (Examinador Externo – Suplente)
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Doutor em História

Profa. Dra. Betânia de Oliveira Barroso (Examinadora Interna – Suplente)
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Doutora em Educação

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Nicelso Pereira da Silva e Cicera Maria dos Santos Silva.

A minha esposa Izamara Abreu e meu filho Miguel S. Abreu.

Aos meus seis irmãos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus Pai Criador e a intercessão da doce Virgem Maria, pois na solidão da escrita, em seus braços me refugio.

Agradeço às orientações do professor Dimas por sua paciência e dedicação ao longo do processo de construção do pensamento científico e a Universidade Federal do Maranhão por me proporcionar esta experiência singular.

Agradeço aos brilhantes professores: Herli Carvalho, Betania Barroso, Nertan Dias, Esmalia Dias, Jónata Oliveira, Luciano Penha, que tive a honra de conhecê-los ao longo dessa jornada acadêmica e fazem a diferença na vida dos filhos da classe trabalhadora no universo da pós-graduação.

Agradeço à minha esposa Izamara de Abreu Lima e meu filho Miguel dos Santos Abreu por me incentivar a ingressar na pós-graduação e ser um solo rochoso o qual tenho me apoiado ao longo desta jornada acadêmica.

Agradeço aos meus pais Nicelso Pereira da Silva e Cícera Maria dos Santos Silva, por -me oportunizarem à vida e meus estudos.

Agradeço à minha família e amigos, por compreender os dias em que estive ausente para dar continuidade a esta pesquisa.

Agradeço à minha amiga Professora Ma. Rachel Lopes, que esteve comigo na formulação do meu projeto de pesquisa.

Agradeço a todos os professores que tive na Educação Básica, que me inspiraram a perseverar e crer que por meio da educação, tudo é possível.

Agradeço aos companheiros de mestrado, pois juntos choramos, sorrimos e vencemos!

EPÍGRAFE

Enquanto não acordamos que a educação é a força transformadora da história e que, para termos um novo Brasil, precisamos educar apenas uma geração, pois as demais virão por consequência, continuaremos perpetuando as desigualdades, a concentração da renda, da terra e das oportunidades.

Dimas dos Reis Ribeiro

RESUMO

Este trabalho refere-se a uma pesquisa sobre a relevância financeira para a permanência de alunos (as) oriundos (as) da classe trabalhadora de baixa renda do curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia vinculados (as) ao Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), entre os anos de 2022 a 2024, em uma universidade pública da rede federal do estado do Maranhão. O estudo partiu da seguinte problemática: de qual maneira o PIBID, enquanto Política Pública Educacional, tem contribuído para formação inicial de professores oriundos da classe trabalhadora? O principal objetivo analisar como o PIBID tem contribuído para formação inicial de professores oriundos da classe trabalhadora em um curso de Licenciatura em Ciências Humanas, com ênfase em Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão, por meio das análises das falas de ex-pibidianos obtidos pelas entrevistas semiestruturadas, como também pela análise documental realizada em documentos que norteiam o Programa, desde seu lançamento em 2007 até o ano de 2024. Este estudo lançou mão da abordagem qualitativa, bem como da pesquisa documental como método. O método de análise de dados foi Análise Documental de Cellard (2008) e, para as entrevistas, fez-se uso da Análise de conteúdo de modalidade temática de (Bardin, 2016). A partir da análise dos documentos que subsidiaram o Programa verificamos o quanto o PIBID foi impactado negativamente em razão da ascensão de governos alinhados às ideologias neoliberais, reduzindo de forma significativa o quantitativo de bolsas de estudos, vindo a ser reajustados tanto o quantitativo quanto o valor da bolsa apenas com o retorno do governo do Partido dos Trabalhadores. Com as entrevistas, evidenciamos que, embora o Programa não seja uma política pública de permanência, tem assumido essa função de forma secundária ao proporcionar condições materiais mínimas de permanência para que os alunos oriundos da classe trabalhadora de baixa renda possam existir no universo acadêmico. Dessa forma, o Programa tem contribuído não apenas na promoção da vivência teórica e prática entre a escola e a universidade, mas tem ido além ao dar condições materiais para que a classe trabalhadora possa vivenciar a universidade de forma exitosa, alcançando não apenas a conclusão do curso, mas a melhoria na sua qualidade de vida e de seus familiares, ao tornarem profissionais mais bem qualificados para o mercado de trabalho. No entanto, ainda que este Programa seja uma política sólida, notamos a necessidade de uma melhor divulgação a respeito dessa política pública para toda a comunidade acadêmica de forma duradoura que aconteça ao longo de todo o ano, para que um maior número de alunos possa conhecer e acessar esta relevante política que transforma vidas e dá vida. Portanto esta Dissertação busca apresentar, a toda comunidade acadêmica e aos demais interessados, material bibliográfico sobre o PIBID e o curso de Sociologia, bem como o relato de experiências de ex-bolsistas por meio do documentário que constitui o produto educacional deste estudo.

Palavras-chave: Políticas Públicas. PIBID. Classe trabalhadora de baixa renda.

ABSTRACT

This study refers to a research on the financial relevance for the retention of low-income working-class students in the Degree in Human Sciences – Sociology, linked to the Institutional Program for Teacher Initiation Scholarships (PIBID), between the years 2022 and 2024, at a federal public university in the state of Maranhão. The study stemmed from the following problem: in what way has PIBID, as an Educational Public Policy, contributed to the initial training of teachers from the working class? The main objective is to analyze how PIBID has contributed to the initial training of teachers from the working class in a Degree in Human Sciences, with an emphasis on Sociology, at the Federal University of Maranhão, through the analysis of the statements of former PIBID members obtained through semi-structured interviews, as well as through the documentary analysis carried out on documents that guide the Program from its launch in 2007 until the year 2024. This study used a qualitative approach, as well as documentary research as a method. The data analysis method was Cellard's (2008) Documentary Analysis and, for the interviews, Bardin's (2016) thematic modality Content Analysis was used. From the analysis of the documents that supported the Program, we verified how much PIBID was negatively impacted due to the rise of governments aligned with neoliberal ideologies, significantly reducing the number of scholarships, with both the quantity and the value of the scholarship being readjusted only with the return of the Workers' Party government. With the interviews, we highlighted that, although the Program is not a public policy for student retention, it has assumed this function secondarily by providing minimal material retention conditions so that low-income working-class students can exist in the academic universe. Thus, the Program has contributed not only to promoting the theoretical and practical experience between school and university, but has gone further by providing material conditions so that the working class can experience university successfully, achieving not only the completion of the course, but the improvement in their quality of life and that of their families, as they become better-qualified professionals for the labor market. However, even though this Program is a solid policy, we note the need for better dissemination regarding this public policy to the entire academic community in a lasting way that takes place throughout the year, so that a larger number of students can know and access this relevant policy that transforms lives and gives life. Therefore, this Dissertation seeks to present to the entire academic community and other interested parties bibliographic material on PIBID and the Sociology course, as well as the report of experiences of former scholarship holders through the documentary that constitutes the educational product of this study."

Keywords: Public Policies. PIBID. Low-income working class

LISTA DE SIGLAS

BDBTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Capes	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSUL	Conselho Universitário
DPD	Desenvolvimento Profissional Docente
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPES	instituições Públicas de Educação Superior
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NIDS	Núcleo de Iniciação à Docência
PAES	Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PN	Portaria Normativa
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPGEP	Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas
Pró-Uni	Programa Universidades para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEMESP	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UEMASUL	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Primeiro grupo	36
Quadro 2- Segundo grupo	36
Quadro 3- Reunião de apresentação da pesquisa com os ex-pibidianos	42
Quadro 4-Realização das entrevistas com os ex-pibidianos	42
Quadro 5- 1ª Etapa da análise	43
Quadro 6- 1ª Etapa da análise de conteúdo	45
Quadro 7- Dssertações entre os anos de 2019 e 2024	49
Quadro 8- Tipos de políticas públicas	97
Quadro 9- Função/critérios/valor da bolsa	105
Quadro 10 - Valores e reajustes das bolsas	111
Quadro 11- Gravação do documentário	126
Quadro 12- Estruturação das categorias e temas das entrevistas	129

SUMÁRIO

MEMORIAL	13
1. INTRODUÇÃO	28
2. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	35
2.1 Natureza da pesquisa.....	35
2.2 Campo e participantes da pesquisa	37
2.3 O subprojeto de Sociologia/PIBID.....	38
2.3.1 Procedimentos metodológicos e instrumentos de produção e coleta de dados.....	41
2.4 Procedimento de análise.....	43
2.5 Apresentação do Produto da Pesquisa.....	46
3. ESTADO DA ARTE	48
3.1 MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O PIBID	48
4. O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	60
4.1 As contribuições de Thomas Hobbes para formação do Estado	60
4.2 As contribuições de Jonh Locke para formação do Estado.....	66
4.3 As contribuições de Jean Jacques Rousseau para a formação do Estado.....	76
4.4 O Estado Moderno.....	84
4.5 O Estado: agente gerador de políticas públicas	94
5. HISTÓRICO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA – PIBID	100
5.1 Implementação do Programa PIBID	102
5.2 A função do PIBID para a permanência dos filhos da classe trabalhadora no Ensino Superior.....	120
6. PRODUTO DA PESQUISA	125
6.1 Critérios de seleção para os bolsistas PIBID/UFMA/Sociologia.....	127
7. DIÁLOGOS ENTRE RESULTADOS ESPERADOS E ALCANÇADOS	129
7.1 Perfil socioeconômico e ocupacional.....	130
7.2 Fatores determinantes da escolha profissional.....	131
7.3 Barreiras de Permanência Socioeconômicas.....	134
7.4 Meios de comunicação.....	136
7.5 Motivações e Impactos Socioeconômicos da Bolsa	137
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
9. REFERÊNCIAS	145
APÊNDICES	156
ANEXOS	165

MEMORIAL

Este breve contexto histórico tem como objetivo narrar minha trajetória de vida desde as minhas origens, pois “la narración es para contar lo que sucedió y, como tal, es una forma adecuada de entender la vida, siempre marcada por lo que sucede en la dimensión personal de cada individuo” (Ferreira, 2023, p.136), dessa maneira descreverei desde o período quando ainda estava em processo formativo, enquanto ser humano, partindo da perspectiva biológica, fazendo uma reflexão por meio dos desafios os quais o filho do trabalhador precisou superar para conseguir chegar em uma Universidade Pública Federal.

Posteriormente ao serviço público, atuando como professor da Educação Básica dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, até ser aprovado e dar início às aulas do Mestrado Profissional em Formação Docente e Práticas Educativas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Isto posto, compreendo assim como (Paulo Freire,1996, p.30) “que não sou apenas objeto da História, mas sou sujeito igualmente”, portanto posso ser agente transformador da minha própria realidade e não ficar estático no tempo, pois desafios existem e servem para serem superados, espero conseguir envolver você, caro leitor, e levá-lo a passear comigo nessa viagem no tempo.

Gênesis: a origem

Início esta seção intitulando-a como Gênesis, pelo motivo desde criança professar a fé Católica, e para os cristãos o livro que inicia às Sagradas Escrituras tem como intuito descrever a criação do mundo e dos seres humanos. Então começarei narrando minhas origens, o meu início. Pois em relação ao ato de narrar concordamos com (Ferreira, 2023, p.135) em acreditar que

Es a través de contar lo que sucedió que o el hombre está situado en su tiempo y puede encontrar significado a su forma de ser, ya que narrar consiste en comprender las realidades históricas humanas, porque su estructura es histórica y es en la historia de vida donde se encuentra el significado de las realidades humanas.

Como supracitado por Ferreira é relatando o que se vivenciou, isto é, as experiências que o homem se encontra no tempo e compreende seu modo de ser e viver, portanto, venha conhecer às experiências pelas quais precisei passar para chegar até aqui. Era verão do ano de 1992, exatamente janeiro, período de muita chuva e muita lama, em um povoado chamado Jenipapo, localizado a quarenta quilômetros da cidade de Imperatriz e está situada a 631

quilômetros da capital maranhense, quando minha mãe biológica Alcina Alves de Sousa viera a passar por um momento de profunda dor e angústia ao perder seu marido, Amário Pinheiro de Sousa, um esposo bom e preocupado com o sustento da família.

Por conseguinte, minha mãe se viu na situação de está sozinha para cuidar dos sete filhos, Maurinho Pinheiro de Sousa, José Neto Ferreira Gomes, Maria das Graças Alves de Sousa, Valdir Alves de Sousa, Maria José Gomes de Sousa, Maria das Luzes e Altina Gomes de Sousa. Eram tempos difíceis, pois viviam apenas da lavoura e da quebra do coco babaçu.

Dias depois, durante seu período enlutado, havia um senhor na vizinhança, que ao vê-la em plena vulnerabilidade emocional provocada pela perda do marido, passou a lhe cortejar e fazer promessas futuras de dias melhores, às quais não se cumpriram.

E entregou-se aos encantos do homem galanteador, viveu um pequeno romance, e deste romance surgiu mais um bebê, o oitavo. Mas como pode, uma mulher no auge dos 40 anos ficar grávida e ainda mais recém-viúva? Como dar à notícia aos filhos e a comunidade local? O que fazer? Questionava-se minha mãe. Resolveu partilhar a notícia com os filhos, alguns assustados com a novidade e outros completamente chateado ou até mesmo envergonhados.

Isso devido ao conflito que se instalaria no ceio daquela família com completa repulsão por parte do filho mais velho, minha mãe se viu sem terra firme. Passou a ser julgada com muita veemência por um dos filhos, como também se tornou mal falada pelos vizinhos que se diziam ter uma reputação ilibada.

Diante do conflito, desespero e por não saber o que fazer, a única forma que lhe veio à cabeça para solucionar o problema e tentar se reconciliar com os filhos, sobretudo o mais velho, como também reduzir o julgamento dos vizinhos, foi a sábia decisão tomada de doar o bebê após o seu nascimento. E mais uma vez, questionou-se: - doar para quem? É o que veremos na próxima seção.

João Batista: o profeta que traz a boa nova

Esta seção tem um significado muito especial para mim, pois ao fazer analogia ao profeta João Batista, que segundo a Bíblia Cristã, no capítulo um do livro de Lucas vem organizar o coração do povo para a vinda de Cristo, assim aconteceu comigo. Quando minha mãe tomou a decisão de doar a criança que estava a caminho, um casal de vizinhos muito próximo de sua família naquela momento, cujo foram os únicos os quais não a apedrejaram, pelo contrário, a deram todo acolhimento ao longo de sua gestação, compadeceram-se pela

situação e ficaram de verificar com o seu único filho Nicelso Pereira da Silva e sua nora Cicera Maria dos Santos Silva, que por sinal, já tinham seis filhos, se eles não desejariam receber a tal criança, ou seja, mais um.

O nome desses vizinhos eram Damião Pereira da Silva e Marina Flor da Silva que cerca de nove meses depois vieram a se tonar meus avós paternos. Levaram a boa nova e ao chegar, foram recebidos pelos meus futuros pais que impuseram uma condição, como já tinham seis filhos, sendo quatro homens e duas mulheres, só iriam aceitar a criança se fosse uma menina, pois já tinham quatro filhos homens.

Então meus futuros avós retornaram ao povoado e relataram o que havia ficado acordado. Ao chegar o mês de novembro, por volta do dia 08 daquele mês de 1992, meus futuros avós a trouxeram à cidade de Imperatriz para ganhar o bebê, ninguém sabia o sexo ainda, devido as condições financeiras das duas famílias, não era possível fazer o acompanhamento médico e saber qual sexo o bebê teria.

Minha mãe passou alguns dias na casa dos meus futuros pais adotivos na cidade de Imperatriz até sentir as primeiras dores, era véspera do dia quatorze do mesmo mês, assim no dia seguinte veio a informação, era um rapazinho, que sua nova família já o esperava com muita alegria, quando o casal que acolheria a criança ficou sabendo, entristecidos por não ser uma menina, pensaram então em não aceitar a criança.

Minha mãe retorna para casa da família que receberia o bebê, preocupada sem saber o que fazer com a criança, pois acreditava que a família não o aceitaria. Tiveram outra conversa, então a família chefiada pelo senhor Nicelso e senhora Cicera ficou com a criança mesmo tendo o sexo masculino.

A feira: uma fonte de subsistência da família

A família à qual fui gerado era uma família simples que vivia da roça e da quebra do coco babaçu. A família pela qual fui recebido, por sinal, era muito humilde pois não detinham outros recursos a não ser o trabalho na feira, nesta, vendia frutas e temperos. A simplicidade era tamanha que não chegava ser nem mesmo um proletariado, pois para (Oliveira e Quintaneiro, 2019) ao refletirem o pensamento marxista, o proletariado é aquele que não detém dos meios de produção, por isso, se faz necessário vender o único recurso que possui, sua força de trabalho, em troca de um salário para garantir sua subsistência.

Neste sentindo, o proletariado ainda tem a garantia de todo final de mês ter aquele valor em dinheiro para receber da empresa pela qual presta serviço, em outras palavras, ao vender

sua força de trabalho, isto é, sua mão de obra, consegue então levar o alimento à mesa de sua casa, mesmo que seja de forma limitada. Na situação da família que me recebeu, nem mesmo esse direito mínimo não havia.

A vida era para eles do ponto de vista financeiro muito imprevisível, todavia foi em meio a toda vulnerabilidade econômica que minha família criou os sete filhos, Raimundo Gean dos Santos Silva, Gedeão dos Santos Silva, Geceglan dos Santos Silva, Gigeilson dos Santos Silva, Gleilde dos Santos Silva, Kerliane dos Santos Silva e para completar a alegria da prole, eu, Leucivan dos Santos Silva.

A vida de feirante não era fácil, mas, nunca nos faltou alimento. Meus irmãos mais velhos iniciaram sua trajetória de trabalho muito cedo, trabalhavam na feira, conforme foram crescendo passaram a trabalhar como auxiliar de pedreiro. Outro trabalho paralelo a isso, que minha família tinha até a alguns anos atrás, era a venda de coco da praia. Meu pai Nicelso foi o primeiro a desenvolver uma habilidade de tirar a casca grossa do coco e depois tirar a casca intermediária, aquela que fica entre a casca fibrosa e a polpa.

Com o passar dos anos a venda da feira não estava mais viável para continuar, pois pelo fato do meu pai passar muitos anos vendendo tempero e dentre eles a pimenta-do-reino, acabou provocando-o um problema respiratório e nos rins, então abandonou a atividade de feirante, ao menos por um período, e foi juntamente com os filhos mais velhos a se dedicar exclusivamente à venda do coco da praia.

A praia: uma válvula de escape para sobrevivência

A praia é um local para muitas famílias compreendido a partir dos conceitos de descontração, diversão e muito lazer. Para mim e minha família, essas palavras nunca tiveram um sentido denotativo quando éramos crianças, pois sempre frequentávamos à praia desde nossa juventude para trabalharmos, há tínhamos como uma válvula de escape para continuarmos existindo.

A venda do coco, era dividida em três momentos, de segunda a sábado era vendido no setor comercial de Imperatriz, no domingo pela manhã, após algum tempo, retornaram à feira, não mais com tempero, apenas com o coco da praia. Com a chegada das férias de inverno, chegava também uma terceira jornada de trabalho, ou seja, durante a semana o trabalho era realizado no Calçadão de Imperatriz, no domingo pela manhã, o trabalho era realizado na feira e no domingo pela tarde, íamos trabalhar todos na praia.

O trabalho na praia era muito cansativo, no início íamos todos a pés, conforme as coisas foram melhorando, passamos a ir de bicicleta, dessa maneira era possível otimizar a logística. Com o passar dos anos, os filhos mais velhos cresceram e constituíram suas famílias e foram procurando outros meios de vida, mas não abandonaram a atividade por completo. Como eu era o filho mais novo, continuei frequentando à praia com meu pai e minha mãe.

Lembro-me como se fosse hoje, agora, o calor o qual ficávamos expostos, às vezes meu pai montava apenas um guarda-chuva que não tinha muita serventia, outras vezes, ficávamos expostos diretamente ao sol, no final do dia, nossos corpos estavam quase que cozinhados devido à alta temperatura.

Como os meus irmãos foram abandonando a atividade praieira aos poucos eles não lembram de mim nesse processo, porém eu já mais esqueci o quanto foi cansativo, via muitos colegas da escola brincando e aproveitando às férias de inverno com seus familiares. Enquanto isso, meu pai achava muito bonito as crianças trabalharem, acreditava ele que eram meninos espertos, desenrolados.

Nesse período eu tinha uns 10 ou 11 anos, passei a desempenhar uma nova forma de ganhar dinheiro, enquanto meus pais vendiam as caixas de coco eu ia catando as latinhas de alumínio, durante todo o dia, de mesa em mesa nas barracas, às vezes encontrava pessoas boas, davam às latinhas sem falar nada, outras vezes, as pessoas que estavam sentadas nas barracas eram mal-educadas e sempre tiravam brincadeiras degradáveis.

Assim, ao terminar à venda dos cocos meu pai juntava-se a mim e juntos continuávamos cantando às latinhas. E para finalizar o contexto da praia, adotamos por um determinado período duas novas vendas, a de batata frita e a venda do geladão que minha mãe ficava responsável, eram duas atividades cansativas também. Com isso, aprendi uma coisa, meu pai nos ensinou o que ele sabia de melhor, a trabalhar, pois foi o que seus pais o ensinaram. Hoje sou grato a Deus pela vida deles, pois todos nós nos tornamos pais e mães de família e pessoas que vivem do fruto do seu trabalho.

Educação: a quebra de paradigmas

Minha vida educacional aconteceu toda na rede pública municipal, estadual e federal e acredito muito na educação pública, pois o que possibilita a mudança no sujeito não é se a instituição educacional seja pública ou privada, mas sim a educação em si, e como bem preconiza (Brandão, 2005, p.51) a despeito de Paulo Freire ao acreditar que “A educação não muda o mundo. A educação muda as pessoas. As pessoas mudam o mundo”, partindo desse

princípio, a mudança ocorrerá no sujeito e este terá a possibilidade de se transformar e transformar a realidade em sua volta.

Isso se dá independente de qual instituição o sujeito faz ou fez parte, o que penso estar acontecendo comigo, vivenciando um momento de autotransformação para poder transformar a minha realidade e poder impactar de alguma forma na vida das pessoas próximas ao meu convívio social. Dessa maneira, acredito que tive a oportunidade de estudar em três boas escolas e em uma das melhores universidades do estado do Maranhão, a UFMA.

Não lembro muito bem do contexto escolar no tocante a pré-escola, o que tenho de recordação gira em torno das experiências marcantes que obtive a partir do quarto ano dos anos iniciais e se a experiência é “aquilo que nos passa, ou o que nos toca, ou nos acontece, e, ao nos passar, nos forma e nos transforma” (Larrosa, 2015, p. 28), desse modo tive a oportunidade de me deixar vivenciar esse ato de formação para depois poder me autotransformar no sujeito que tenho me constituído no decorrer da minha vida educacional por meio de cada brilhante professor que passou por mim e nessa bela relação “eu aluno” e “ele professor”.

Dessa maneira fui sendo “transformado por tais experiências no transcurso do tempo”, como explicitado pelo supracitado autor acima. Portanto, estudei os anos iniciais, na Escola Municipal Joca Vieira e ao entrar no Ensino Fundamental anos finais, estudei apenas o sexto ano na escola Municipal Sousa Lima, no ano seguinte de 2007 passei a estudar na escola estadual Nascimento de Moraes, nesta estudei do sétimo ano (fundamental) ao terceiro ano do Ensino Médio, encerrando minha vida na educação básica em 2011.

Ao longo da minha jornada estudantil na educação básica, acredito ter encontrado nobres professores (as) que mesmo sem saber, já estavam trabalhando em uma perspectiva transdisciplinar de acordo com o que pensam (Simão e Silvino, 2020, p. 2) ao levar em consideração não apenas os “limites impostos pelas disciplinas”, mas todo contexto pelo qual o nosso aluno está inserindo. Sob essa ótica, fui construindo minha identidade docente de acordo com o que expressam (Moura e Nacarato, 2024) ao acreditarem que nosso processo formativo inicia muito antes de estarmos inseridos no contexto educacional.

Em outras palavras, nossa identificação enquanto profissional da educação na função de professor é constituída, ou melhor, construída ao longo de toda nossa vida estudantil, que engloba desde nossa inserção no contexto da educação infantil, passando pelos anos iniciais e finais do fundamental até nossa conclusão do Ensino Médio, durante esse percurso temos a oportunidade de ir nos aproximando daqueles professores que consideramos importantes os quais marcam nossa trajetória estudantil.

Ao referir-se acerca de professores marcantes, não poderia deixar de mencionar a minha brilhante madrinha Maria Edilene, uma pedagoga por excelência que tive a honra de conhecê-la no ano de 2006. Não tenho dúvidas que ela me provocou reflexões profundas em relação a minha origem, pois apresentou-me um universo de possibilidades, que poderia alcançar por meio do contexto educacional. Ela ministrava à disciplina de Matemática, eu tinha grandes dificuldades com a disciplina, todavia, conforme íamos avançando passei a ver a disciplina com outros olhos, por mais que apresentasse dificuldades no processo de aprendizagem, mas a cada aula, por meio de seus discursos nos possibilitava a superar.

Ela se diz ser orientada em suas falas pelo professor Paulo Freire, sempre em uma perspectiva emancipadora. Então foi quando a educação passou a fazer sentido para mim, soube por meio das reflexões feitas por ela ao logo daquele ano que poderia ter melhor qualidade de vida, caso viesse a me dedicar aos estudos. Ao findar o ano letivo, fui destaque na turma, ganhei presente e tudo, aquela experiência me tocou profundamente, a partir de então, não havia mais dúvidas, me tornaria um professor de Matemática o que com o passar dos anos a certeza só aumentava, porém não veio a se concretizar.

Ao chegar na escola estadual Nascimento de Moraes pude perceber que a educação era mais rígida, os professores eram mais autoritários, uma vez que, é uma enorme escola bem localizada geograficamente em relação ao bairro Centro da cidade e tinha uma reputação a zelar, a maioria das vagas eram para aqueles alunos que conhecia alguém que trabalhava na instituição.

Em 2007 não era fácil tornasse estudante naquela escola. Ao passar por outros professores, sempre com novas formas de ministrarem suas aulas fui percebendo o grau de dificuldade que surgia a cada aprovação para o ano subsequente. E mais uma vez, o destino sorriu para mim, ao chegar no nono ano, tive a oportunidade de conhecer quatro novos professores marcantes, a brilhante professora Evanda Trajano que ministrava a disciplina de Língua Portuguesa, professora Nilce que ministrava a disciplina de Ciências e Química, Professora Sonilange que ministrava a disciplina de História e o excelentíssimo professor Humberto, nosso querido professor “Be-to” que ministrava a disciplina de Matemática.

Vivenciei experiências profundas com esses professores, acredito que se cheguei aonde estou, não tenho dúvidas que eles tiveram muita contribuição. Mais uma vez, fui destaque em todas as disciplinas, exceto em inglês, nunca tive habilidades e sempre fui constrangido pelos professores que ministravam essa disciplina. Mediante ao destaque que passei a ter na escola, o professor Beto, passou a me motivar a prestar o vestibular anos mais tarde para o curso de

Licenciatura em Matemática, o que não veio acontecer devido outras nuances, assim o tempo passou, chegaram os dezessete anos, iniciou-se minha trajetória no mercado de trabalho.

Emprego: libertação ou aprisionamento?

Na época dos meus avós era uma realidade muito comum as famílias terem muitos filhos. Quando conversamos com as pessoas mais velhas, e aqui me refiro aos meus pais e meus avós, eles relatam que os filhos eram para ajudar na lavoura, isto é, os filhos segundo o que minha mãe conta serviam para ajudar os pais a cuidarem da roça. Às vezes relatam que a quantidade de filhos era um fator que ocorria por não conhecer os métodos contraceptivos, desse modo, relatam a falta de informação às classes populares, sobretudo nas décadas passadas no tocante a quantidade de filhos. Como já enfatizado anteriormente, minha mãe teve sete filhos e todos nós começamos trabalhar muito cedo.

Ao completar meus dezesseis para os dezessete anos de idade, minha mãe esqueceu completamente que eu era apenas um adolescente e passou a tratar-me como uma pessoa adulta. Enquanto não arrumei meu primeiro emprego em uma farmácia, ela não parou de pegar no meu pé, pois eu precisava trabalhar para me sustentar e ajudar nas despesas da casa. Assim sendo, tive a oportunidade de trabalhar em uma farmácia ao lado da minha casa, o salário pago por meio expediente de serviço prestado era o valor de R\$ 100,00 ao mês.

Nessa farmácia trabalhei menos de um mês, pois o salário era pouco, porém em compensação o trabalho era muito. Na paróquia à qual participo, fiz amizade com um senhor que trabalhava em uma grande loja de departamentos na cidade e o perguntei se poderia levar um currículo para aquela empresa, então fui chamado para entrevista, dois ou três meses depois, iniciei no ano de 2009 minha saga profissional em uma grande empresa como jovem aprendiz. Passei a trabalhar no turno matutino e cursava o primeiro ano do Ensino Médio no turno vespertino.

Por desempenhar um bom trabalho, ao final daquele ano fui efetivado, cheio de boas expectativas, afinal aquela era uma empresa grande na cidade, poderia alcançar ótimas oportunidades, poderia quem sabe até mesmo crescer, ser promovido. Com o passar de poucos meses, conheci o que uma empresa que visa apenas o lucro pode oferecer para o trabalhador, a única coisa que o patrão quer é sugar até nossa última gota de sangue, passei a sofrer assédio moral pela pessoa que deveria ser o gestor da área a qual trabalhava.

Era muito jovem, apenas dezoito anos de idade, meu primeiro emprego, não sabia como era a vida, fiquei nesse emprego por cerca de quase cinco anos e por não suportar tamanha exploração pedi demissão. Assim pude compreender como bem explicita o pensamento marxista quando nos relata “que o trabalhador é tanto mais pobre quanto mais riqueza produz” (Oliveira e Quintaneiro, 2019, p. 27). Pois dessa maneira os detentores do capital desejam apenas espoliar toda força de trabalho do empregado, seja ela física ou intelectual, não demonstram preocupação com a qualidade de vida de seus proletariados, porque seu principal interesse é apenas o lucro.

Depois desse momento, fiquei quase um ano desempregado, durante esse período fui trabalhar de auxiliar de pedreiro com um dos meus irmãos. Serviço árduo, completamente exposto ao sol, mas já estava pensando em casar-me, não poderia ficar esperando arrumar outro emprego formal de braços cruzados. Após quase um ano que havia sido demitido, retorno à outra empresa, esta por sua vez era uma empresa de telefonia que estava se expandindo na cidade, a empresa em si, não era ruim, ganhávamos um salário-mínimo, vale-alimentação e uma carga horária de 36h semanais, distribuídas em seis horas corridas de segunda a sábado.

Todavia os clientes eram muito mal-educados, com o passar de quatro anos estava exausto e desenvolvendo um problema de audição, devido ao serviço repetitivo. Trabalhei quase cinco anos nessa empresa, por passar a defender a bandeira da educação em duas reuniões em que estava presente o gestor, após alguns dias fui demitido, após este episódio tive que retornar a trabalhar como auxiliar de pedreiro.

A vida matrimonial

Conheci minha esposa Izamara de Abreu Lima em 2004, quando estudávamos o quarto ano do ensino fundamental. Erámos apenas crianças, jamais esperávamos que iríamos construir um projeto de futuro a dois. Ao terminar aquele ano letivo, não nos vimos mais. Avançamos no tempo e quando passei a fazer parte de um grupo da Igreja que participo até hoje chamado Pastoral Litúrgica no ano de 2009, lá a reencontrei. Sua família era tão simples quanto a minha e a única expectativa que tínhamos era por meio da educação superar as dificuldades impostas devido nossa realidade econômica.

Com o intuito de estudar para juntos prestarmos o concurso dos Correios na modalidade de jovem aprendiz, nos aproximamos e fomos nos conhecendo melhor. Como a sonhada prova nunca chegou, desistimos do projeto de estudos voltado para a prova dos correios, mas

permanecemos bons amigos, ambos com projetos de aprovação no vestibular. Então passamos a nos aventurar no PAES da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Assim, passamos a estar mais tempo juntos na igreja, na procura de emprego, como também buscando uma chance de aprovação nos vestibulares.

Por ficarmos mais próximos, passei a desenvolver um sentimento mais íntimo por ela, nesse momento, já trabalhava, mas nós não havíamos terminado o Ensino Médio ainda, fui ousado e a pedi em namoro, a primeira resposta foi não, contudo não desisto fácil. Insisti novamente, até saber que sua família só a permitiria namorar após completar os dezoito anos de idade e finalizar o Ensino Médio. Fui persistente, ao encerrarmos o Ensino Médio em 2011, a fiz o pedido novamente e a resposta dessa vez foi a qual esperava, sim. Dessa maneira namoramos por quatro anos e meio e em 24 de abril de 2016 em uma manhã quase chuvosa de domingo nos casamos em uma adorável capela pertencente ao Convento das Irmãs Beneditinas no mesmo bairro que moramos.

Ambos passamos por momentos difíceis, ficamos os dois desempregados ao mesmo tempo, mas superamos por meio da educação, hoje temos dez anos de casados, somos formados, eu em Sociologia pela UFMA, ela em Geografia pela UEMASUL e ambos concursados, eu ocupo o cargo de professor do Ensino Fundamental vinculado à Prefeitura Municipal de Davinópolis - MA, e ela ocupa o cargo de Agente Comunitário de saúde vinculado à Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA.

Passamos por bons e maus momentos ao logo desses últimos dez anos, tivemos perdas e ganhos. Passei pela experiência de perder aquele que me trouxe ao ceio da minha família, meu saudoso avô Damião que tive a oportunidade de ajudar a dar banho, cortar seus cabelos, fazer sua barba, cortar suas unhas e lavar seus pés, fazia isso com muito zelo e gratidão pelo que fez por mim. E ganhos, ao mesmo tempo que meu avô veio a falecer, meu primeiro filho Miguel dos Santos Abreu veio a nascer e ajudar a confortar e superar a ausência do meu avô.

O Ensino Superior: realidade ou utopia?

O sonho da universidade era algo muito distante da minha realidade, meus pais, por exemplo, não sabiam nem mesmo dá-me o direcionamento de como chegar a realizar a inscrição do vestibular. Mas minha mãe sempre dizia que eu precisava estudar para me tornar “alguém” e conseguir um bom emprego. Àquilo que parecia ser utópico para um filho de um trabalhador

autônomo, com ajuda dos bons professores que tive ao longo da Educação Básica foi se estreitando e surgindo possibilidades de tornar-se realidade.

Lembro-me de uma fala de minha mãe, dizendo assim: - “você precisa estudar, conseguir um bom emprego para que no futuro você possa possuir um carro e levar-me aos lugares, ao banco, ao hospital, pois daqui mais alguns anos não terei tanta saúde e precisarei de você para isso”. Eu era apenas uma criança quando ouvi essas palavras e as internalizei profundamente, conforme fui me tornando rapaz, sempre me aproximando de bons professores e amigos que tinham a mesma crença em relação as possibilidades de melhoria de vida que a educação poderia proporcionar. Mais uma vez, o tempo passou, era o ano de 2011 quando me submeti pela primeira vez ao exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, infelizmente não obtive êxito, isso devido ter passado a trabalhar de modo integral nos dois últimos anos referente ao Ensino Médio, o que fez cair completamente meu rendimento escolar.

Fiquei triste, mas resolvi tentar pela segunda vez, isso no ano de 2012, outra frustração, pensei naquele momento que a universidade não era para mim, porém sabia que a minha única chance de conseguir algo melhor seria por meio dos estudos. Tentei uma terceira vez, já pensando que se não fosse aprovado não tentaria mais, porém antes mesmo de sair o resultado na terceira prova foram divulgadas as vagas remanescentes do curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia da Universidade Federal Campus Imperatriz, bairro Centro.

Sempre fiz projeções para cursar Licenciatura em Matemática, como meu rendimento caiu muito no 2º e 3º ano do Médio, fiquei com medo de não dar conta do curso, então não pensei duas vezes e fiz à minha inscrição na Federal do Maranhão. Algumas pessoas da minha família diziam que isso não daria dinheiro, professor não ganha dinheiro, mas eu só tinha uma chance, e não poderia perdê-la.

A universidade: qualidade de vida à vista

Enfim, depois de três tentativas o sonho do filho do trabalhador tornou-se realidade. Ingressei na Universidade Federal do Maranhão no segundo semestre de 2013, exatamente no mês de agosto daquele ano. Mesmo tendo ouvido muitas pessoas dizendo que o curso de Sociologia não me traria segurança e melhoria na qualidade de vida, perseverei e com muita luta e esforço consegui encerrar o curso em abril do ano de 2019.

Estar cursando uma graduação foi uma enorme evolução para minha família, porque de sete irmãos fui o primeiro a ter acesso a uma universidade, sobretudo pública, uma vez que é

sabido que há uma grande inversão nesse sentido, pois o filho da classe trabalhadora estuda durante toda sua educação básica em escolas públicas, muitas vezes por não obter êxito nos vestibulares, seja em Universidades Federais ou Estaduais, eles acabam pagando um curso na instituição superior de ensino privado, na contramão, o filho da classe burguesa que vivenciou todo seu ensino em escolas privadas e por apresentar excelentes resultados nessas avaliações de acesso à universidade, acabam ocupando às vagas oferecidas pelas universidades públicas o que não deveria ocorrer.

Ao ingressar na universidade vi que todas as dificuldades que tive ao longo da educação básica foi algo insignificante em relação ao curso de Sociologia, porque depois as dificuldades aumentaram ainda mais, devido à falta de leitura e o fato de trabalhar em uma empresa privada no período diurno. Por conseguinte, fiquei nessa empresa até o terceiro período do curso, assim o rendimento que estava conseguindo era ruim, devido não haver tempo para me dedicar aos estudos.

Quando fui demitido dessa empresa, passei quase um ano desempregado, tinha tudo para dar certo, todavia já estava em meus planos casar, então não teria como me dedicar apenas aos estudos, voltei para o serviço informal como auxiliar de pedreiro, ao chegar na aula à noite, estava muito cansado fisicamente e mentalmente, muitas vezes passava o dia exposto ao sol, porém o tempinho livre que eu tinha no serviço, que era apenas o tempo que o pedreiro terminava a massa, eu ficava tentando ler os meus textos, não dava para absorver muita coisa, mas precisa ler.

Quando estava há quase um ano desempregado, consegui um novo emprego, estava ingressando no quarto período do curso. Nessa empresa, tive a oportunidade de trabalhar 36h semanais, distribuídas em seis horas corridas, pagava-me um salário-mínimo, vale alimentação, as condições adequadas para que eu pudesse me dedicar aos estudos. E foi o que ocorreu, quando estava quase terminando o quarto período do curso, soube de duas informações que vieram ajudar muito em minha autoestima, a vinda de um professor estupendo chamado Emanuel Pinto que ministrava à disciplina de Fundamentos da Educação, que passou a nos orientar em relação aos concursos públicos que estavam acontecendo na área da educação.

Falava-nos que deveríamos prestá-los antes mesmo de terminarmos à graduação para que pudéssemos ir desenvolvendo o hábito, foi quando me submeti pela primeira vez a prestar um concurso público voltado ao cargo de professor, como fiz apenas para pegar experiência, me escrevi para os anos iniciais, não achei a prova muito difícil, mas teria que ter estudado um pouco mais. Passaram uns dois meses, quando foi divulgado o resultado e lá estava meu nome,

classificado em nono lugar. Fiquei muito feliz. A outra informação veio dos colegas, dizendo que havia uma bolsa para os alunos, pagava um valor específico, porém o aluno deveria ficar cerca de 20h disponível para dedicação das atividades que eram realizadas nas escolas-campo.

Um dos critérios de aprovação na seleção além das 20h de dedicação, era o desempenho nas disciplinas e aprovação em todas elas, no meu primeiro semestre tive uma reprovação, argumentei na entrevista, que o motivo teria sido o excesso de trabalho que não me permitia me dedicar aos estudos. Fui aprovado no programa vinculado à Capes, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Com o salário que recebia do serviço, vale-alimentação e a bolsa no valor de R\$ 400,00 as coisas começaram a melhorar, agora havia tempo para dedicar-me aos estudos sem tanta preocupação com o dinheiro, o valor da bolsa passou a ajudar-me a honrar as despesas de impressão, combustível e até mesmo lanche, pois às vezes não dava tempo de jantar antes de sair de casa.

Minha relação com o PIBID

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência foi criado no ano de 2007 com o intuito de fomentar a formação inicial de professores para as áreas de exatas que iriam atuar no Ensino Médio, pois não é de hoje que a formação de professores vem se configurando um problema no cenário brasileiro, assim sendo o primeiro edital divulgado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES desejava atrair os licenciandos em cálculos (Brasil, 2007). Ao longo dos últimos anos o programa foi se reconfigurando e atendendo um público maior, contemplando dessa maneira o curso de Licenciatura em Ciências Humanas o qual fiz parte.

O período que vivenciei no programa me fez refletir muitas coisas, dentre elas compreender como de fato se dava o trabalho dos professores no contexto da sala de aula em uma escola pública, seja ela municipal ou estadual, pois um dos objetivos do programa é inserir o acadêmico no cotidiano escolar para que possa vivenciar a teoria oferecida pela universidade e a prática nas escolas-campo. Como também participar de discussões organizadas pelo professor coordenador geral do programa nas reuniões realizadas uma vez a cada 15 dias. Nessas reuniões trabalhávamos a discussão de um texto dentro da área de nossa formação, como também explicitávamos os relatos das atividades pedagógicas que estávamos desenvolvendo na escola.

A cada semestre os bolsistas participavam de toda organização escolar, desde as reuniões pedagógicas, conselho de classe, feira de ciências, momentos culturais, ministrávamos aulas de História, Geografia no Ensino Fundamental e Sociologia no Ensino Médio, além de nos possibilitar a participar de grandes eventos na capital São Luís organizados pela coordenação geral do programa a nível estadual, o encontro reunia diversos bolsistas de várias cidades do estado do Maranhão, tinha o intuito de apresentar os trabalhos que haviam sido desenvolvido durante o ano.

Em suma, ao passar por essas experiências ao longo de minha formação, tendo consciência à qual classe pertencço e não havendo dúvidas que o programa me proporcionou uma melhor formação, ou seja, levando em consideração que “o homem bem formado é aquele cujo desenvolvimento de capacidades e potencialidade culminou em sua ruptura com o imediato promovendo uma significativa transformação espiritual” (Junior, 2023, p. 8).

Dessa forma, reconheço que me encontro nesse processo contínuo de ruptura, desenvolvimento, transformação e o quanto o programa veio potencializar ainda mais nesse sentido o meu processo formativo, não havendo dúvidas que por meio dele pude projetar novos horizontes, como por exemplo, a minha entrada na educação básica, especificamente no ano de 2019, exercendo à docência em todo o Ensino Fundamental, local que estou tendo a oportunidade de me formar, (des) formar para me (auto) formar e assim poder constituir minha identidade docente.

E para continuar minha (auto) formação passei acreditar que precisava de algo a mais, senti a necessidade juntamente com o incentivo de muitas pessoas ao meu lado, de modo especial minha esposa que deveria continuar investindo em meus estudos, foi quando me desafiei novamente e submeti-me pela primeira vez ao exame de pós-graduação na modalidade *Stricto Sensu* da Universidade Federal do Maranhão o qual objetive êxito e levando em consideração os ensinamentos do sábio Paulo Freire, em compreender que,

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (Paulo Freire, 1996, p.14).

Dessa forma, me lancei no mundo da pesquisa, após aprovação passei a cursar o Mestrado Profissional em Educação e Práticas Educativas o qual me fez refletir minha trajetória de vida e as inquietações a respeito das dificuldades que tive em me manter ao longo da graduação, como tenho o PIBID como uma grande referência em minha trajetória acadêmica e

acredito que pode subsidiar o filho da classe trabalhadora no Ensino Superior, não pensei duas vezes em escolhê-lo como temática para o desenvolvimento da minha dissertação, onde procurarei investigar o que o Programa pode contribuir de forma positiva do ponto de vista financeiro para que o acadêmico oriundo da classe trabalhadora possa sobreviver no decurso da graduação.

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação busca discutir a intencionalidade das políticas públicas para formação inicial de professores que garantam não apenas a inserção dos alunos oriundos da classe trabalhadora em um curso de nível superior, mas sua permanência no decorrer do curso, em uma universidade pública federal da cidade de Imperatriz/MA, tendo como enfoque o PIBID, visto que, no Brasil a busca por melhores condições de vida e oportunidade de ascensão econômica e social impulsionaram as pessoas a procurarem qualificação profissional, sobretudo nas universidades.

Mesmo com a grande oferta de cursos superiores ofertados pelo setor público, o ingresso não é uma das maiores dificuldades encontradas pelos futuros discentes, mas sim a permanência no decorrer do curso, uma vez que, uma parte considerável dos estudantes da universidade pública são os filhos da classe trabalhadora.

Partindo desse pressuposto, os/as filhos (as) da classe trabalhadora que procuram ocupar o espaço da universidade pública, seriam todos (as) aqueles (as) alunos(as) cujo pais não possuem muitos recursos financeiros, de outro modo, não fazem parte das classes elitizadas. Dessa maneira, é possível compreender que as classes são formadas da seguinte forma, segundo o entendimento de (Oliveira e Quintaneiro, 2009, p. 41) “de um lado pelos, proprietários ou possuidores dos meios de produção, de outro, os que não o possuem”. A partir desse entendimento apresentado pelas autoras, há dois grupos descritos por elas, a classe dos detentores dos meios de produção, conhecido no marxismo como burguesia e os não detentores, ou seja, o proletariado.

À vista disso, os/as filhos (as) da classe trabalhadora, são todos àqueles os quais os pais não dispõem dos meios de produção que é composto pelas máquinas, ferramentas, as grandes empresas etc. Contudo, o único recurso que eles detêm, é sua força produtiva, ou seja, sua mão de obra, que envolve sua força física, suas habilidades, suas capacidades intelectualidades etc. E como não se tem outro meio de subsistência, ver-se obrigado a vender o único recurso que dispõe, isto é, sua força de trabalho, para que possa garantir a sua existência e dos seus.

As dificuldades de acesso e permanência a educação pública brasileira pelos (as) filhos (as) dos trabalhadores (as), não é um problema inédito, dado que (Almada, 2019) em seus estudos, ressalta que desde a década de 60, dos anos 1964 a 1981, período histórico que ficou cravado na memória deste país chamado de “Ditadura Militar”, cujo país vivenciou um apagão educacional, seja no ensino básico, ou superior.

Pois nesse contexto, a organização educacional foi entregue nas mãos dos ¹Estados Unidos da América, alinhando a educação brasileira aos interesses da *Agency for International Development*, que não seguia o mesmo pensamento democrático que estava em pleno desenvolvimento naquele país, apresentavam pautas antidemocráticas causando grandes danos à educação brasileira, porque suas ideias estavam estruturadas para formação do indivíduo que pudesse atender ao campo mercadológico neoliberal. Como é possível evidenciar:

[...] Para isso, ele terá que ser competente no campo técnico, mas desprovido de formação política que lhe permita fazer uma análise crítica da realidade, uma vez que no ideário neoliberal, ocorre uma reformulação nos conceitos e nas categorias centrais do discurso educacional, tornando-o cada vez mais econômico e menos político – pedagógico. As instituições de ensino são alcançadas pela gerência das organizações financeiras nacionais e internacionais que pressionam para que haja redução de recursos para educação, cultura, ciência e tecnológica, porque a prioridade é o mercado (Almada, 2019, p. 50).

Mediante as considerações supracitadas, é evidente que não é de hoje que a educação pensada pelos detentores do poder para os/as filhos (as) daqueles que trabalham para manter o conforto da burguesia, vem sendo postergada ou até mesmo esquecida. Há décadas a educação de qualidade é propícia apenas para os privilegiados, enquanto os menos favorecidos, muitas vezes, o que lhe é oferecido, é uma educação limitada, tecnicista, alienadora e completamente despolitizada.

Porque neste país, sempre que se trata de qualquer investimento, seja para educação, saúde, infraestrutura, é visto por quem está à frente do governo como gasto e jamais como investimento. Ou o discurso é sempre muito semelhante, independente de qual bandeira partidária esteja no governo, pois primeiramente deve-se agradar os interesses do mercado, se sobrar algum recurso, o governo poderá vir atender algumas das necessidades da população e de forma completamente deficitária.

Em virtude disso, torna-se necessário que seja desenvolvida uma consciência de classe sobre os mais necessitados de atenção por parte do Estado, para que assim, seja possível tentar ao menos romper com os caprichos dominantes, de oferecer sempre o quase possível e jamais o melhor. Uma sociedade unida, sabendo à qual classe pertence, torna-se menos difícil conclamar seus direitos básicos junto àqueles que governam.

A consciência de classe conduz, na sociedade capitalista, à formação de associações políticas (sindicatos, partidos) que buscam a união solidária entre os membros da

¹ Ressalta-se que a educação brasileira ficou sob administração norte-americana exclusivamente durante o Regime Militar (1964 a 1985).

classe oprimida com vistas à defesa de seus interesses e ao combate aos opressores (Oliveira e Quintaneiro, 2009, p. 43).

Levando em consideração os fatos mencionados, para a classe trabalhadora conseguir garantir seus direitos junto ao Estado, não é uma tarefa fácil, vários direitos vêm sendo negados a eles/elas, como vimos anteriormente, desde muito tempo, principalmente quando se trata da pauta educacional. Apenas com a conscientização da classe trabalhadora e a união da sociedade civil organizada, seja em sindicatos, partidos, ongs etc., será possível ao menos tentar que haja a conceção e o cumprimento das obrigações do Estado para com a população.

Quando essas reivindicações forem atendidas de modo que venham assistir os mais vulneráveis, e ousaria dizer, os oprimidos pelo capitalismo, em todos os aspectos sociais, esses clamores deixarão de ser utopias, e se converterão em políticas públicas, isto é, a forma com que o governo direciona as suas tomadas de decisões para assistir a todos, independente da classe social à qual pertence o indivíduo, porém com uma atenção especial, para os mais necessitados.

Desse modo, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, é um programa para formação inicial de professores criada pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Coordenação de Pessoal de Nível superior (Capes), juntamente com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que busca fortalecer os cursos de licenciatura reduzido a distância entre a universidade e a escola, a teoria e a prática. O que a torna em nosso entendimento, uma das políticas públicas que faz com que a universidade seja mais democrática, pois dá oportunidade para muitos daqueles que não dispõem de recursos mínimos para se manter durante o curso o qual está inserido.

Mesmo o programa tendo mais de uma década de existência, se faz necessário fomentar e publicizar ainda mais pesquisas envolvendo essa temática, sobretudo quando se trata da formação de professores para a área de Ciências Humanas – Sociologia. Nesse sentido, entendemos que a relevância desta pesquisa se dará pela produção do conhecimento científico especificamente sobre o PIBID e o curso de Sociologia, que poderá ser utilizado como referência bibliográfica por toda comunidade à acadêmica e aos demais interessados nessa temática.

Outro ponto que vale evidenciar, é a integração da teoria obtida no contexto universitário e a prática desenvolvida a partir da vivência dos “pibidianos” nas escolas campos. Esse contato entre universidade e escola, gera grandes avanços elevando a qualidade da formação dos futuros professores, como também o aperfeiçoamento da qualidade do ensino da educação básica. Pois

o discente tem a oportunidade de estar inserido em campo antes mesmo da conclusão do curso. Assim a escola assume a função de coformadora na medida em que proporciona variadas experiências, seja nas questões metodológicas, tecnológicas e/ou nas práticas docentes etc. (Brasil,2022). Partindo destas justificativas este estudo tem como objeto de estudo o PIBID.

Dessa maneira, será possível que os/as discentes possam conhecer a respeito do Programa e compreenderem a importância de o governo ampliar ainda mais políticas que venham contemplar não apenas a formação inicial de professores (as), mas dar condições para que vivenciem a formação em sua totalidade, possibilitando condições de permanência até findarem o curso com êxito, tendo em vista que, é uma área importante e caso os/as alunos (as) despertem o interesse em ingressar no PIBID bastará procurar os meios legais para participar do processo seletivo.

Assim sendo, dentre as políticas públicas voltadas para a formação inicial de professores evidencia-se o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, que visa fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de professores em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira, inserindo os futuros professores na realidade das escolas públicas desde os anos iniciais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

O Programa concede uma bolsa para os “pibidianos” no valor de R\$ 700,00. Essa bolsa garante aos acadêmicos condições mínimas para permanência durante o curso. Mesmo sendo um valor inferior a um salário-mínimo, entende-se que muitos acadêmicos não se manteriam na universidade sem esse auxílio financeiro, reduzindo assim a evasão acadêmica, de modo especial, dos/as alunos (as) de baixa renda. Mediante o exposto, ao se referir às políticas públicas direcionadas para formação de professores, nossa pergunta de investigação se faz a partir do seguinte questionamento: **de qual maneira o PIBID, enquanto Política Pública Educacional, tem contribuído para formação inicial de professores oriundos da classe trabalhadora?**

Considerando o contexto atual do Brasil, ou seja, o sucateamento provocado no Ensino Público Federal por governos alinhados à política neoliberal que ocasionou quase que literalmente um apagão na Educação Federal, seja ela, técnica ou superior, responder a esses questionamentos se faz necessário, a fim de que se possa melhor compreender a sua efetiva colaboração para a formação dos docentes da educação básica. Em vista que, políticas dessa natureza foram quase que extintas nas gestões governamentais anteriores que não demonstraram muito interesse em manter os programas vinculados a essas políticas ativas.

Para responder essa problemática, os objetivos desta pesquisa constituem no estudo das políticas públicas que subsidiam a permanência da classe trabalhadora de baixa renda no ensino superior. Para o direcionamento do estudo, definiu-se a construção do seguinte objetivo geral: **Analisar como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência tem contribuído para formação inicial de professores oriundos da classe trabalhadora em um curso de Licenciatura em Ciências Humanas com ênfase em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão**, para que se possa entender as ações governamentais que possibilite condições de permanência a classe trabalhadora nas universidades públicas.

Em vista disso, foi necessário desenvolver alguns objetivos específicos para aprimorar a pesquisa, bem como **compreender a intencionalidade do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência para formação inicial e permanência dos discentes provenientes da classe trabalhadora ao longo do curso de Licenciatura em Ciências Humanas - Sociologia**, com o intuito de se ter um panorama dessa política pública educacional no Ensino Superior que venham certificar tanto o ensino e a qualidade no decorrer do processo formativo dos futuros professores que ocuparão a educação básica, seja no ensino público ou privado.

Como também é importante **delinear o perfil socioeconômico dos (as) alunos (as) do curso de Sociologia vinculados ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**, uma vez que, parte considerável dos (as) alunos (as) dos cursos de licenciatura é oriundo da classe trabalhadora, e por muitas vezes não terem acesso a uma educação que tenha a mesma qualidade que a ofertada a classe trabalhadora elitizada, neste sentido, acabam ficando restrito aos cursos “menos concorridos” como é o caso dos cursos de formação de professores. Assim, é importante compreendermos às contribuições desse relevante Programa que possa vir a garantir tanto a valorização da formação dos futuros (as) professores (as) da educação Básica, como o subsídio financeiro para permanência no percurso de parte da vida acadêmica.

E para atender as exigências do Programa de Pós-graduação pelo fato de ele ser um mestrado profissional, o qual exige um produto final, se faz necessário **desenvolver um documentário a partir dos relatos de experiências de ex-pibidianos sobre a importância do PIBID para os filhos da classe trabalhadora do curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia**, com a finalidade de apresentar para toda a comunidade acadêmica, sobretudo para os/as alunos (as) que estão ingressando no primeiro período. Dessa maneira, será possível compreender, por meio das falas dos ex-bolsistas participantes do Programa, a importância da ampliação de políticas públicas que garantam sua permanência em um curso superior, mesmo em uma universidade pública.

Para tanto, esta Dissertação está organizada em oito capítulos principais, incluindo esta introdução e as considerações finais. No segundo capítulo, apresentam-se os percursos metodológicos, abrangendo a natureza da pesquisa, os participantes, as técnicas de análise, a produção e coleta de dados, o campo de pesquisa, e o produto educacional, utilizados para o desenvolvimento deste trabalho. No terceiro capítulo, apresenta-se, o Estado da Arte referente às pesquisas desenvolvidas nos últimos cinco anos sobre o objeto de estudo. Tendo como marco temporal, o período de 2019 a 2024. Embora haja uma produção acadêmica avolumada na área pesquisada, a análise ateu-se a sete dissertações envolvendo os subprojetos dos respectivos componentes curriculares.

No quarto capítulo, propõe-se a revisão bibliográfica sobre a criação do Estado Moderno, embasada nos clássicos da Filosofia Política, bem como, as profundas alterações provocadas pela Revolução Industrial (sob o ponto de vista econômico) e Francesa (sob o ponto de vista político), que consolidaram o modo de produção capitalista. Ainda neste capítulo, discute-se a responsabilidade do Estado em gerar e gerir as políticas públicas sociais com o intuito de mitigar as desigualdades sociais.

Essas desigualdades são provocadas, sobretudo, pelo acúmulo de riquezas nas mãos de poucos, e pelo excesso de pobreza na realidade de muitos, em decorrência de o Estado Moderno Contemporâneo ter sido assaltado, em outras palavras, capturado pela elite econômica. O que proporciona, nas palavras de Mézszáros, o metabolismo social para que o modo de produção capitalista incontrolável se mantenha vivo e em expansão.

No quinto capítulo, apresenta-se a análise documental desenvolvida por Cellard (2008), no que diz respeito às Portarias Normativas, ao Decreto e aos editais obtidos em sites oficiais do Governo Federal Brasileiro, como também da CAPES, que fundamentaram o Programa desde o ano de 2007 ao ano de 2024. No sexto capítulo, descreve-se o produto educacional deste estudo, enfatizando o relato de experiências de ex-pibidianos (ex-bolsistas), por meio de um documentário de curta metragem, do mesmo modo, apresentam-se os critérios exigidos pelo Programa para que os estudantes do segundo período dos cursos de licenciatura tenham direito a ingressar no PIBID e vivenciar a universidade com um pouco mais de qualidade.

No sétimo capítulo, dedica-se a análise dos dados, por meio da técnica de análise de conteúdo, na modalidade tematização, desenvolvida por Bardin (2016), obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas. Nesta etapa, emergiram das entrevistas cinco categorias: Perfil socioeconômico e ocupacional; Fatores Determinantes da Escolha Profissional; Barreiras de Permanência Socioeconômicas; Meios de comunicação; e Motivações e Impactos

Socioeconômicos da Bolsa. Na qual foi possível evidenciar o grau de relevância das políticas públicas para subsidiar a classe trabalhadora de baixa renda no Ensino Superior.

Por fim, o oitavo capítulo, no qual apresentamos nossas considerações finais ainda inconclusas, em virtude de ter-se uma amostra relativamente pequena, como também o tempo cronológico reduzido, mas de conteúdo grandioso, o que impulsiona este pesquisador a ansiar a continuação deste estudo em nível de doutorado, mas ciente que as políticas públicas sociais salvam vidas e dão vidas a muitos daqueles que têm a educação como uma única possibilidade de transformação social de si e dos seus.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.1 Natureza da pesquisa

A presente dissertação é de natureza qualitativa, pois buscou analisar como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) tem auxiliado na permanência de alunos oriundos da classe trabalhadora no Ensino Superior. Nosso foco recai sobre um curso de Licenciatura em Ciências Humanas com ênfase em Sociologia da universidade da rede pública federal do Maranhão. Discute-se a função do Programa para além das práticas pedagógicas, ou seja, analisa-se, do ponto vista financeiro como um suporte mesmo que indireto para a continuidade da formação docente.

A pesquisa qualitativa “é um meio para explorar e entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano” (Crewell, 2010, p. 26). Nesse sentido, será possível analisar de forma precisa a relevância do Programa para formação inicial de professores a partir da perspectiva dos próprios sujeitos envolvidos no que se refere ao auxílio financeiro, destarte, esta investigação se desenvolverá por meio da pesquisa documental.

Para (Gil, 2002), a pesquisa documental se assemelha com a pesquisa bibliográfica, podendo ser facilmente confundida uma com a outra. Ambas fazem uso de documentos, todavia, o que as diferenciam são as origens das fontes. Enquanto a primeira faz uso de documentos primitivos, isto é, não analisados até o momento, a segunda faz uso das fontes secundárias, ou seja, materiais impressos já analisados e disponíveis ao público interessado.

As fontes da pesquisa documental podem ser encontradas em locais diversos, como “órgãos públicos e instituições privadas” enquanto da pesquisa bibliográfica, são localizadas nas “bibliotecas”. Dado que, o documento é a matéria prima desta pesquisa (Cellard, 2008, p. 297) apresenta a seguinte definição para documento: “consiste em todo texto escrito, manuscrito ou impresso, em papel”. Deste modo, ambos os autores convergem que o documento deve ser uma fonte primária, que jamais deverá sofrer manipulação por parte do pesquisador para atender seus interesses pessoais.

Mediante o exposto, o supracitado autor compreende o conceito de documento organizado em dois grupos, como demonstrado a seguir.

QUADRO 1- PRIMEIRO GRUPO

Os documentos públicos	Características:
Os arquivos públicos	Trata-se de uma documentação volumosa e, por vezes, organizada segundo plano de classificação, complexos e variáveis no tempo. Nem sempre é acessível. Compreende comumente: os arquivos do estado civil, assim como alguns arquivos de natureza notarial ou jurídica.
Os documentos públicos não arquivados	Incluem, entre outros, os jornais, revistas, periódicos, e qualquer outro tipo de documentos distribuídos: publicidade, anúncios, tratados, circulares, boletins paroquiais, anuários telefônicos etc.

QUADRO 2- SEGUNDO GRUPO

Os documentos privados	Características:
Os arquivos privados	Ainda que não pertença ao domínio público, ocorre que uma documentação de natureza privada seja arquivada. Ela pode ser, contudo, de acesso bastante difícil. Trata-se aqui, principalmente, de documentos de organizações políticas, sindicais, igrejas, comunidades religiosas, instituições, empresas etc.
Os documentos pessoais	Esta categoria reúne autobiografias, diários íntimos, correspondências, histórias de vida, documentos de família etc.

Fonte: (Cellard, 2008, p. 297-298). Org.: Silva e Ribeiro (2024)

Assim sendo, esta dissertação utilizou-se de documentos de domínio público, disponíveis em sites oficiais do governo brasileiro, no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no banco de dados da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), bem como nos dados organizados pela coordenação do subprojeto de Sociologia do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/UFMA/Sociologia).

2.2 Campo e participantes da pesquisa

O campo constitui o recorte geográfico e o espaço físico natural no qual o pesquisador coleta seus dados, permitindo o prosseguimento da pesquisa a partir de uma realidade factual guiado por teorias que sustentam o objeto da pesquisa. São locais como praças, escolas, universidades, dentre outros, onde ocorre a interação social dos indivíduos (Minayo, 2002). Assim sendo, em virtude de esta Dissertação fazer parte de uma pesquisa documental, seu campo de investigação está ligado as bibliotecas, sites, arquivos públicos, cartórios etc.

Todavia, visando melhor apresentar os dados esperados e divulgar um resultado para além dos documentos analisados específicos do Programa, unificou-se junto a este trabalho, a participação dos ex-bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, tendo como campo empírico o campus da UFMA/Imperatriz.

Por meio da Pesquisa de campo realizou-se as entrevistas em uma sala de estudos do PIBID que se localiza no interior da Universidade Federal do Maranhão, na cidade de Imperatriz, campus Centro, intitulada de Campus de Ciências de Imperatriz unidade Prof. José Batista de Oliveira. A pesquisa teve como participantes cinco ex-bolsistas vinculados ao subprojeto de Sociologia referente aos anos de (2023 e 2024). Os critérios que foram utilizados para escolha dos participantes consistiram em haver participado do Programa nos anos supracitados, bem como ser oriundo da classe trabalhadora de baixa renda.

Levando em consideração o compromisso ético com a pesquisa, em razão de haver a participação de seres humanos, esta Dissertação, ainda em fase de projeto, foi submetida ao Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos desta renomada universidade em 25/02/2025, recebendo autorização para prosseguimento em 15/05/2025. Para que fosse mantido o sigilo aos verdadeiros nomes dos participantes, utilizou-se codinomes. Como a formação inicial deste pesquisador é na área da Sociologia, optou-se em escolher nomes de autores clássicos para representar os três participantes do sexo masculino e o nome de duas sociólogas brasileiras para representar as duas participantes do sexo feminino. Sendo eles (as): Comte, Durkheim, Marx, Bicudo² e Barros³.

² Virgínia Leone Bicudo (1910–2003) foi uma figura histórica da ciência brasileira, sendo a primeira psicanalista não médica do país e uma pioneira nos estudos sociológicos sobre relações raciais. (Informações obtidas pelo Google).

³ Luiza Bairros (1953–2016) foi uma influente socióloga, ativista e política brasileira, fundamental na luta antirracista e feminista negra. (Informações obtidas pelo Google).

No que tange ao recrutamento dos participantes, houve dificuldades em razão de alguns ex-bolsistas não aceitarem a participar da pesquisa. Percebeu-se que alguns egressos acreditavam que desejava-se fazer apologia ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT), mesmo explicando quais os reais objetivos deste estudo. Isso nos levou a compreender que muitos daqueles que foram beneficiados pela relevante política pública, se negam reconhecer que foi neste governo que o Brasil se abriu para a criação e manutenção de políticas públicas de natureza social.

2.3 O subprojeto de Sociologia/PIBID.

Antes de adentrarmos no que se refere ao subprojeto de Sociologia, enfatizamos que em razão de nossos objetivos estarem direcionados ao auxílio financeiro concedido pela bolsa de estudos, não nos atentaremos às práticas pedagógicas desenvolvidas pelos bolsistas nas escolas-campo. Todavia reconhecemos a sua relevância para o melhoramento da qualificação dos futuros professores de Sociologia. Assim sendo, destacaremos o subprojeto⁴ abordado, o qual corresponde ao ano em que os participantes estavam vinculados.

Realizaremos apenas um esboço de como o subprojeto foi organizado levando em consideração alguns de seus objetivos, quais escolas fizeram parte do subprojeto, quantas pessoas formaram o núcleo de Iniciação à Docência etc., e uma breve contextualização sobre a origem do curso para que se possa compreender o porquê de o curso embora seja de Sociologia, seu subprojeto foi desenvolvido na área da Filosofia.

O curso de Licenciatura em Ciências Humanas: Sociologia, segundo seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC), surge no contexto da Universidade Federal do Maranhão, na cidade de Imperatriz, sendo mais específico, no Campus de Ciências de Imperatriz unidade Prof. José Batista de Oliveira, em meados de 2010 à margem do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Dessa forma a graduação foi homologada pela Resolução de N^o. 131- CONSUL de 24 de maio de 2010, sendo um curso presencial e ofertado no turno noturno.

O (PPC) rege que um dos maiores objetivos da universidade é a promoção da transformação da sociedade por meio do conhecimento crítico e emancipatório oferecido por uma instituição de ensino pública, sobretudo de nível superior. Neste contexto, todos os alunos envolvidos no processo terão a oportunidade de graduar-se com a titulação em Licenciatura em

⁴ O subprojeto: Metodologia de Aprendizagem Ativa Aplicada ao Estudo de Temas Filosóficos, sob orientação do Professor Dr.: Edson Ferreira da Costa, vinculado ao Edital CAPES n^o 23/2022.

Ciências Humanas e habilitação em Sociologia. Outro ponto que se notabiliza no referido documento é que o curso apresenta uma estrutura interdisciplinar, pois abrange as seguintes áreas do conhecimento: História, Geografia, Filosofia e a nossa Sociologia. Diante o exposto, apresentamos o principal objetivo deste curso:

O curso de Licenciatura em Ciências Humanas com habilitação específica em Sociologia tem por finalidade formar profissionais em educação, capacitados para atuarem de forma interdisciplinar como professores de Geografia, História, Filosofia e Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, e no Ensino Médio. A formação acadêmica inclui estudos das Ciências Humanas nas áreas de atuação acadêmico-profissional através de um currículo que contempla as principais vertentes teóricas orientadoras das respectivas áreas do curso, e com uma formação complementar em Sociologia que habilita o estudante a ampliar nesta área específica (UFMA, 2023, p.22).

Respaldado por meio do objetivo geral, o subprojeto de Sociologia em destaque teve como título: Metodologias de aprendizagem ativa aplicada ao estudo de temas filosóficos. Este subprojeto foi desenvolvido nas escolas parceiras vinculadas ao governo do estado do Maranhão, sendo elas: Centro Educa Mais Nascimento de Moraes, uma escola de tempo integral, Colégio Militar Tiradentes II e o Centro de Ensino Graça Aranha. Todas as escolas são antigas na cidade de Imperatriz, sendo as duas primeiras localizadas no bairro Bacuri, próximo ao Centro e a última se localiza no bairro Centro, próximo à UFMA.

No que se refere ao tamanho do Núcleo de Iniciação à Docência, o Subprojeto contou com trinta bolsistas que visivelmente é um quantitativo expressivo, porém acreditamos que poderá oportunizar mais vagas ainda, sem dúvidas. Contou também com um coordenador vinculado ao curso de Sociologia de formação filosófica, juntamente com três supervisores. Não citaremos seus respectivos nomes por questões éticas.

Dentre vários pontos do subprojeto, destacamos também alguns de seus objetivos: desenvolver nos estudantes autonomia, autoria de pensamento através de metodologias de aprendizagem ativa; estimular o estudante a desenvolver habilidade para a pesquisa; estimular a criticidade dos estudantes através de oficinas de leitura, escrita, projetos temáticos, relatos de experiência, narrativas biográficas, análise do discurso e de mídias digitais. A partir dos objetivos elencados, fica evidente que o subprojeto oferece oportunidades únicas aos bolsistas que, muito provavelmente apenas o curso em si não conseguiria proporcionar, em virtude do excesso de conteúdo disponível na grade curricular e um tempo limitado para sua execução.

Outro destaque do subprojeto refere-se ao contexto social. Os alunos que fazem parte do curso de Sociologia não são exclusivamente da cidade de Imperatriz, dado que, esta é uma cidade metropolitana, logo recebe alunos vindos de outras cidades, como Governador Edson

Lobão, Senador Lá Roque, Davinópolis e João Lisboa. O que possibilita segundo o subprojeto a melhoria da qualidade da formação inicial não apenas local, mas regional impactando positivamente o resultado das avaliações externas realizadas pelo governo federal.

Para o acompanhamento das atividades, foram realizados encontros mensais entre coordenador e supervisores. Nestas reuniões planejavam e avaliavam os encontros que aconteciam quinzenalmente, bem como as atividades desenvolvidas nas escolas-campo pelos bolsistas e ainda havia um encontro mensal com todos os participantes para juntos socializarem como havia ocorrido a vivência nas escolas. Quanto em relação teoria e prática, todo subprojeto encontra-se pautado pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC, visando desenvolver nos participantes as seguintes competências: identificação, análise, comparação e interpretação de ideias, pensamentos, fenômenos e processos históricos, geográficos, sociais, econômicos, políticos e culturais.

Para melhor desenvolver as referidas competências, os participantes realizaram grupos de estudos para discutir sobre as obras que fundamentaram o subprojeto, estando de acordo com as metodologias de aprendizagem ativa. Para isso, fizeram estudos e debates sobre as obras: *Educação como prática de liberdade*, do autor Paulo Freire (1967); *A cabeça bem-feita*, do autor Edgar Morin (2003); *Metodologias ativas para uma educação inovadora*, dos autores Lilian Bacich e José Moran (2017); *Tendências pedagógicas na prática escolar*, do autor José Carlos Libâneo (1982); *A invenção das ciências modernas*, da autora Isabelle Stengers (2002); e *A filosofia a partir de seus problemas*, do autor Mario Ariel González Porta (2003), o que proporcionou uma visão mais ampla da temática abordada pelo subprojeto.

Um último ponto do subprojeto que merece evidência, refere-se às questões tecnológicas. As atividades deveriam lançar mão de metodologias de aprendizagem ativa que incluíssem recursos que viessem auxiliar tanto na elaboração, quanto na execução das ações pedagógicas. Para isso, foi sugerido aos bolsistas uso das redes sociais e aplicativos como (Kahoot, Kanva, Padlet, Menti, Google forms e Classrom).

Ressaltamos que, embora apresentado como sugestão tais possibilidades, ficava a critério de cada bolsista decidir qual ferramenta melhor se adequava com as atividades que seriam desenvolvidas nas escolas-campo. Todas as atividades desenvolvidas ao longo da execução do subprojeto eram registradas em ata. Todo semestre elaboravam um relato de experiência das vivências pedagógicas, bem como gravações virtuais e registros fotográficos

dos encontros, e tudo isso deveria estar sistematizado por meio de um relatório final descrevendo todas as atividades vivenciadas pelos bolsistas.

Assim sendo, apresentamos os principais destaques do subprojeto PIBID/Sociologia referente aos anos (2023 e 2024). Partindo desse contexto, compreende-se o quanto o Programa está para além da realidade vivenciada em sala de aula, ao oportunizar experiências mais profundas do que a graduação, superando uma formação academicista.

2.3.1 Procedimentos metodológicos e instrumentos de produção e coleta de dados.

Embora esta Dissertação integre uma pesquisa documental, na qual a fonte central de suas informações é obtida por meio de documentos, decidiu-se inserir participantes para dar maior amplitude a este trabalho. Neste sentido, não se objetivou dar voz a eles, pois voz eles a possuem, mas possibilitar um espaço para que falem da importância das políticas públicas sociais para permanência no Ensino Superior de alunos oriundos da classe trabalhadora, sobretudo os de baixa renda viabilizado pelo PIBID.

Sob essa ótica, em direção à produção de dados, lançou-se mão da entrevista semiestruturada. Segundo (Lakatos e Marconi, 2003) a entrevista consiste em uma interação entre duas pessoas, na qual uma fornecerá informações a outra a respeito de algo que é de interesse daquele que está pesquisando, sendo esta relação de interesse profissional. Nesta mesma direção os autores corroboram que há variados tipos de entrevistas, todavia compreendem a entrevista semiestruturada sendo “[...] aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas [...]” (Lakatos e Marconi, 2003), o que não a deixa uma entrevista solta, sem direcionamento, ao mesmo tempo que não a permite ficar engessada.

Para manter a integralidade das informações provenientes da entrevista semiestruturada, optou-se em gravá-las em áudio. O que viabiliza segundo (Minayo, 2007), garantir o máximo de fidelidade possível as falas dos participantes, permitindo dessa forma a melhor compreensão possível do que está sendo externalizado pelo grupo ou pela coletividade dos sujeitos participantes. As questões do roteiro foram respaldadas na fundamentação teórica e no problema de pesquisa. Levando em consideração conforme explícita (Triviños, 2011), quanto mais convidativo for o contexto, mais o informante colaborará de forma espontânea, externalizando pensamentos e experiências que produzirão o conteúdo da pesquisa.

Para a realização das entrevistas, foi realizado primeiramente uma reunião com todos os participantes com o intuito de apresentar a proposta desta Dissertação. No princípio, desejava-se fazer um momento com todos ao mesmo tempo, porém, em virtude de diversas nuances não foi possível, principalmente por motivos de trabalho. Então, partiu-se ao segundo plano, foi organizado encontros via Google Meet, chamada de vídeo pelo whatsapp, como também um encontro presencial apenas com um único participante, de modo que, o pesquisador se adequasse a disponibilidade de dia e horário de cada um deles, dessa forma, não houve registro de transtorno na rotina dos entrevistados, como demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 3- REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA COM OS EX-PIBIDIANOS

Ex-bolsista	dia	Horário início	Horário fim	Canal de comunicação
Barros	02/12/2025	08:30	09:00	https://meet.google.com/jxx-urme-zas
Marx	02/12/2025	08:30	09:00	https://meet.google.com/jxx-urme-zas
Comte	04/12/2025	16:15	16:36	meet.google.com/yqi-vcjo-jrk
Bicudo	06/12/2025	11:00	11:25	Via whatsapp
Durkheim	05/03/2026	09:37	10:00	presencial

Fonte: produzida pelo pesquisador.

Org: Silva e Ribeiro

No contato inicial, no qual ocorreu a apresentação pessoal deste pesquisador, expuseram-se detalhadamente: o título, objetivos, problema, o produto educacional. Realizou-se ainda, a leitura do termo de anuência, o esclarecimento de dúvidas. Por fim, agendou-se um segundo momento individual com cada participante para realização da entrevista, considerando a disponibilidade de cada um, como é possível visualizar a seguir.

QUADRO 4-REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS EX-PIBIDIANOS

Ex-bolsista	dia	Horário início	Horário fim
Barros	29/12/2025	16h30	17h00
Marx	20/12/2025	15h00	15h40
Comte	19/01/2026	15h40	16h00
Bicudo	20/12/2025	15h45	16h00

Durkheim	22/01/2026	09:37	10:00
Fonte: produzida pelo pesquisador.		Org: Silva e Ribeiro	

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio por meio de um aparelho celular da marca: Samsung, modelo: Galaxy A02, para garantir o máximo possível de fidelidade às informações. Com a intenção de otimizar as transcrições das entrevistas, utilizou-se o Programa americano TurboScribe, sendo pago por esse serviço, o valor de (US\$ 20) dólares, o equivalente a R\$ 113,20, realizado em 14/03/2026, o que permitiu uma transcrição célere e satisfatória.

2.4 Procedimento de análise.

Nesta etapa, recorreu-se a duas técnicas de análise de dados: a primeira, análise documental, conforme as orientações de (Cellard, 2008) estando direcionado aos documentos que nortearam o PIBID; a segunda, a análise de conteúdo desenvolvido por (Bardin, 2016), juntamente com a modalidade temática que permite fragmentar o texto em temas centrais. Acreditamos ser a técnica mais adequada para analisar as entrevistas em consequência de estar trabalhando com a subjetividade dos sujeitos, possibilitando uma melhor compreensão de sentido que os participantes atribuem ao nosso objeto de estudo.

Segundo (Cellard, 2008), a análise documental divide-se em duas etapas. A primeira, consiste na análise preliminar que leva em consideração o exame e a crítica do documento de acordo com os seguintes passos: I – O contexto; II - o autor ou autores; III – A autenticidade e confiabilidade; IV- A natureza do documento; V – Os conceitos chaves e a lógica interna do texto. Enquanto a segunda etapa, consiste na análise propriamente dita, após a formação do corpus da pesquisa. Para melhor compreensão, será descrito a seguir as características da análise feita na primeira etapa, conforme é possível evidenciar abaixo.

QUADRO 5- 1ª ETAPA DA ANÁLISE

Pré-análise	Nº	Etapas	Características
	I	O contexto	O exame do contexto social global no qual foi produzido o documento. O analista não poderia prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura política, econômica, social, cultural, que propiciou a produção de um documento determinado.
	II	O autor ou autores	Não se pode pensar em interpretar um texto, sem ter previamente uma boa ideia da identidade da pessoa que se

		expressa, de seus interesses e dos motivos que o levaram a escrever.
III	A autenticidade e confiabilidade	Não basta, entretanto, informar-se sobre a origem social, a ideologia ou os interesses particulares do autor de um documento. Não se deve esquecer de verificar a procedência do documento.
IV	A natureza do documento	Deve-se levar em consideração a natureza de um texto, ou seu suporte, antes de tirar suas conclusões. Efetivamente, a abertura do autor, os subentendidos, a estrutura de um texto podem variar enormemente, conforme o contexto no qual ele é redigido.
V	Os conceitos-chaves e a lógica interna do texto	Se deve delimitar adequadamente o sentido das palavras e dos conceitos e, aliás, uma preocupação totalmente pertinente no caso de documentos mais recentes. Deve-se também prestar atenção aos conceitos-chaves presentes em um texto e avaliar sua importância e seu sentido, segundo o contexto preciso em que são empregados. A lógica interna do texto: como um argumento se desenvolveu? Quais são as partes principais da argumentação?

Fonte: (Cellard,2008, p. 300-302). Organização: Leucivan dos Santos Silva (2024)

Desse modo, realizou-se à análise documental em editais, portarias, decreto e leis. No que concerne aos documentos específicos do Programa, teve-se como marco temporal o ano de 2007 quando o PIBID foi lançado, ao ano de 2024 quando foi publicado o último edital CAPES a nível nacional. As leis em destaque, se referem as questões educacionais e leis que regiram os reajustes do salário-mínimo nos últimos anos. A segunda análise, ou seja, análise de conteúdo, assim como a primeira, passa por fragmentações para que haja um melhor entendimento a respeito do que está se investigado.

Dividindo-se em três momentos cronológicos, sendo o “(I) a Pré-análise; o (II) a exploração do material e (III) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (Bardin, 2016, p.125). À vista disso, Gomes compreende que a análise de conteúdo possui duas funções:

[...] Uma se refere à verificação de hipótese e/ou questões. Ou seja, através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipóteses). A outra função diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado. As duas funções podem, na prática, se complementar e podem ser aplicadas a partir de princípios da pesquisa quantitativa ou qualitativa (Gomes, 2001, p.74),

Partindo das considerações acima, apresentaremos a seguir as principais características da análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (2016), o que nos possibilitou ir para além das ideias manifestas pelos entrevistados como destaca Gomes (2001).

QUADRO 6- 1ª ETAPA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

	Nº	Passo	Característica
Pré-análise	I	Leitura flutuante	Estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações. Aqui coube a leitura e releitura minuciosa das entrevistas.
	II	A escolha dos documentos	[...] Convém escolher o universo de documentos suscetíveis de fornecer informações sobre o problema levantado.
	III	A formulação das hipóteses e dos objetivos	Uma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos verificar.
	IV	A referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores	Se considerarem os textos uma manifestação que contém índices que a análise explicitará, o trabalho preparatório será a escolha destes[...]. O índice pode ser a menção explícita de um tema numa mensagem. [...] o indicador correspondente será a frequência deste tema de maneira relativa ou absoluta, relativo a outros. Observação: nesta fase aparecerão os indicadores, provindos das partes que tem uma maior repetitividade nas mensagens. Preparação do material (edição): as entrevistas gravadas são transmitidas (na íntegra) e as gravações conservadas[...].

Fonte: (Bardin,2016, p. 125-126). Org.: Silva e Ribeiro (2026)

Após esta etapa, o pesquisador lança-se na segunda, que consiste na exploração e aprofundamento das informações contidas nas entrevistas, ou seja, depara-se com análise

propriamente dita, momento de aplicar as decisões tomadas de forma minuciosa. Para (Bardin, 2016, p.131) está etapa é “[...] longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”. Permitindo o encontro das unidades de análise ou registro, em outras palavras, nada mais são que do que, as mensagens que podem ser encontradas nas frases visando responder ao problema de pesquisa, da mesma maneira que aos objetivos.

A última etapa da análise, consiste no tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Isto é, momento que surgirá as categorias e os códigos que são fundamentais para esta técnica de análise, devido o material bruto (a entrevista) passar por uma peneira e ter como resultado significados válidos. Assim, permite-se apresentar os resultados por meio de quadros, diagramas etc., expressando informações por meio de percentuais, o que garante um maior rigor metodológico. Portanto, ao se ter em posse resultados substanciais e fidedignos, o pesquisador poderá realizar inferências e interpretações atendendo o que corresponde aos objetivos da pesquisa, ou até mesmo apresentar novos conhecimentos até então inesperados/desconhecidos (Bardin, 2016).

Por fim, levando em consideração as contribuições tanto de (Cellard, 2008), quanto de (Bardin, 2016), finda-se de forma crítica e com um olhar detalhado todas as etapas do primeiro momento, tendo-se uma visão holística do que está sendo investigado, dando-se início ao segundo momento, ou seja, a análise propriamente dita. Hora de encontrar as informações plausíveis em busca de responder a problemática inicial levantada, lincando assim, o referencial teórico as informações colhidas em campo, desse modo, desenvolvemos nossas análises.

2.5 Apresentação do Produto da Pesquisa.

O documentário é o produto educacional desta pesquisa, disponibilizado via *Yuotube*, plataformas digitais de visualização de vídeo (redes sociais), pois são plataformas digitais simples, de fácil acesso, gratuita e pode ser acessada por vários dispositivos digitais desde aparelho celular, *tablet*, computador, como também pela TV UFMA. E como se vivencia a era digital, nada melhor do que fazer uso dessas ferramentas para apresentar aos discentes como funciona, o que é, e quais os objetivos do Programa. Além da oportunidade de levá-los a compreender o quanto se faz necessário o desenvolvimento de políticas que visem não apenas inserir, mas manter de modo singular, os menos favorecidos economicamente no decorrer da graduação.

Conduzindo-os a entender também que política pública social não é caridade, e que o espaço acadêmico público superior mesmo com todo sucateamento provocado pelos governos, independentemente de suas bandeiras ideológicas, torna-se imprescindível para que os filhos dos trabalhadores possam romper com os paradigmas dominantes e conquistarem um pouco mais de qualidade de vida. Dessa maneira, os acadêmicos terão acesso a um produto informativo, relevante e de qualidade que os direcionará como conseguir uma bolsa, vivenciar a realidade entre a teoria e a prática, tal como a oportunidade de realizar uma graduação presencial que os possibilitem a tornar-se professores autônomos, reflexivos e críticos.

Portanto, este documentário foi produzido com a finalidade de contribuir com a divulgação e informação para todos os interessados da comunidade acadêmica que queiram participar ou apenas conhecer o PIBID, mas com uma atenção especial para todos os alunos do primeiro período dos cursos voltados para formação inicial de professores. Aprofundaremos a respeito do Produto Educacional no capítulo 5 desta dissertação.

3. ESTADO DA ARTE

Em busca de verificarmos como estava o andamento em torno das pesquisas envolvendo nossa temática, buscamos por meio deste estudo suscitar diálogos sobre políticas públicas de fomento à formação inicial de professores para alunos (as) da classe trabalhadora em universidades públicas que possibilite não apenas o acesso, mas a permanência tendo como ênfase o PIBID, por meio de uma pesquisa realizada no catálogo Teses e Dissertações da CAPES, assim como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Pois,

Esses estudos são justificados por possibilitarem uma visão geral do que vem sendo produzido na área e uma ordenação que permite aos interessados perceberem a evolução das pesquisas na área, bem como suas características e foco, além de identificar as lacunas ainda existentes (Romanowski e Ens, 2006, p.41).

Essa modalidade de pesquisa é conhecida pela academia de estado da arte ou estado do conhecimento, pois se propõe fazer um levantamento de pesquisas realizadas anteriormente, sejam elas Teses, Dissertações e/ou artigos científicos para que possam servir de subsídios para novas pesquisas identificando possíveis lacunas que ficaram expostas por outros pesquisadores e daí se ter um ponto de partida, ou até mesmo, uma ideia de como poderá abordar e dar uma nova interpretação a uma dada problemática.

Nestes termos, para o prosseguimento desta pesquisa fizemos uso da pesquisa bibliográfica para que pudéssemos levantar informações sobre nossa temática, pois pesquisa desse gênero: Trata-se do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o fim de revisar a literatura existente e não redundar o tema de estudo ou experimentação (Macedo, 1994, p.13, apud Sousa; Oliveira e Alves, 2021).

Dessa maneira, produzimos nosso trabalho tendo como ponto de partida a pesquisa bibliográfica com o objetivo de localizar dissertações que possam estar em diálogo com nossa temática, levando em consideração pesquisas que discutem em sua essência as políticas públicas de permanência e assistência estudantil para formação inicial de professores em universidades públicas tendo como objeto de estudo o PIBID.

3.1 MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O PIBID

A universidade é umas das instituições da qual mais se desenvolve pesquisa científica, sobretudo a universidade pública, pois para esta, a pesquisa faz parte de sua estrutura, composto pelo ensino, pesquisa e extensão. Estes são os meios pelos quais a universidade pública, mantém

seu vigor. Dentre as três, é importante salientar que a pesquisa se sobressai em relação as outras duas, porque busca-se por meio desta, informações que possam intervir positivamente na vida das pessoas, oportunizando-as melhorias na qualidade de vida, sem diminuir a importância das outras.

Desta maneira, por meio da pesquisa do tipo estado da arte, buscou-se mapear a que nível estão as pesquisas realizadas sobre um determinado objeto de estudo, do mesmo modo que, apresentar as lacunas que não foram examinadas por completo até o momento. Para o desenvolvimento desta pesquisa, fizemos o levantamento dos últimos cinco anos com a finalidade de restringir nossas buscas, ou seja, tivemos como recorte temporal, o ano de 2019 a 2024.

Ressaltamos que refinamos a pesquisa apenas entre dissertações, de maneira que, nos atentamos para os títulos, palavras-chaves, resumos e posteriormente a leitura em geral, obtendo a somatória de sete pesquisas, embora saiba-se que o número é muito maior, todavia nos atentamos a estas, como evidenciamos abaixo.

QUADRO 7- DISSERTAÇÕES ENTRE OS ANOS DE 2019 e 2024

Instituição	Autor	Título da (s) pesquisa (s)	Ano	Nível
UNESP	MARTINS, Letícia Bernal	As contribuições do PIBID para a formação inicial de professores: uma análise de sua produção acadêmica (2009-2019)	2020	D
UFJF	CALLIAN, Giovana Rabite	As dimensões do trabalho docente na perspectiva dos estudantes egressos do PIBID – Letras/Língua Portuguesa	2021	D
UFVJM	MORAIS, Telma do Socorro	Redes do desenvolvimento profissional docente de supervisores e licenciados do PIBID: um olhar para as parcerias entre universidades e escola	2022	D
UNESP	PAGLIARI, Felipe dos Santos	Ensino de filosofia, o PIBID e a formação do educador popular: traficando informação	2022	D
UFPR	PISKE, Angéli Stallbaum	O programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Docência e suas contribuições na formação inicial de professores no curso de licenciatura em Ciências Exatas da UFPR - setor Palotina	2023	D

UFG	RESENDE, Lânica Moreira Borges	O PIBID na constituição da identidade docente e do professor formado em pedagogia: um balanço do conhecimento no GT 8 da ANPED	2023	D
UFMT	SANTOS, Weslene da Silva	Nuances do PIBID como política de formação de professores: Apontamentos a partir do ciclo de políticas	2023	D

Fonte: Capes/BDBTD

Org. Silva e Ribeiro (2025)

Como este estudo visa mapear políticas públicas para formação inicial de professores no Ensino Superior tendo como enfoque o PIBID, os trabalhos ficaram restritos ao campo educacional (interdisciplinar) no qual as pesquisas contemplam o Programa em seus objetos de estudo referente aos últimos 5 anos. As dissertações foram organizadas em ordem crescente, de 2020 ao ano de 2023, sendo mapeadas apenas sete ao longo do referido período.

Partindo desse princípio, (Martins, 2020), buscou reunir, analisar e interpretar as produções acadêmicas sobre o programa na formação inicial de professores a nível nacional nos cursos de licenciatura, tendo como recorte temporal o ano de 2009 a 2019, sua pesquisa se caracteriza como bibliográfica e análise documental.

A partir de seus estudos, acredita que o referido programa ajuda formar um professor capaz de construir suas próprias práticas pedagógicas e teorias, rompendo o reprodutivismo e o tecnicismo que há na maioria dos cursos de formação inicial de professores, estando assim de acordo com os objetivos do programa, segundo a Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007 Artigo I, que dispõe sobre o Programa de Bolsa de Iniciação à Docência, sobretudo nos incisos os quais buscam:

IV - Promover a articulação integrada da educação superior do sistema federal com a educação básica do sistema público, em proveito de uma sólida formação docente inicial; V - elevar a qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores nos cursos de licenciaturas das instituições federais de educação superior, Brasil (2007).

Neste contexto, para Martins, o PIBID amplia as reflexões e as teorias em torno da prática pedagógica e a realidade das escolas, isso devido a relação teoria exercida nas universidades e a prática nas escolas-campo o que pode vir a possibilitar o rompimento da educação tecnicista/reprodutivista devido ao desenvolvimento da consciência crítica do futuro docente, como bem compreende Freire:

A prática docente crítica, implica do pensar certo, envolve o movimento dinâmico e dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. [...] Por isso é que, na formação permanente dos professores o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a

prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática etc. (Freire, 2002, p.17).

Assim sendo, é a partir dessa reflexão crítica da prática que o PIBID busca desconstruir o modelo de educação que se tem, em busca de uma formação que esteja para além dos interesses do capital, isto é, uma formação que seja teórica, prática, crítica e não reprodutivista.

Martins conclui seus estudos afirmando que o programa cumpre seus objetivos de investigação e conhecimentos práticos na formação inicial a partir da inserção dos (as) discentes na escola, porém faz uma ressalva, que todos os atos normativos realizados englobando a formação inicial de professores, não estão preocupados com a qualidade da formação inicial, mesmo após sua obrigação e expansão garantidos pela Constituição Federal de 1988, Artigo 208, inciso I.

Mas em atender os interesses neoliberais comprometendo a qualidade da formação, desvalorizando o conhecimento acadêmico e ao ensino, tendo como norte educacional apenas uma visão de mercado que esteja a serviço dos interesses do capital, pois para este a “história da formação do trabalhador no capitalismo, é a história de sua desqualificação” (Kuenzer 1995, p. 32). Isto posto, se faz necessário a classe trabalhadora ir na contramão do que propõe à educação imposta por aqueles que estão por trás do modo de produção capitalista, em busca de uma educação consciente, libertadora e crítica, garantido uma formação de qualidade.

Callian (2021) tem como ponto de partida em sua problemática investigar se as dimensões de trabalho estão contidas nas atividades desenvolvidas pelo supervisor do programa, assim como dos (as) alunos (as) egressos do curso de Língua Portuguesa da universidade de Juiz de Fora. Callian faz distinção a respeito do conceito de trabalho embasada no marxismo, diferenciando a categoria trabalho e trabalho docente, de acordo com os estudos realizados por Anna Rachel Machado (2007) e verificando se a compreensão da supracitada autora faz parte do trabalho desenvolvido pela supervisora do PIBID vinculado ao curso de Língua Portuguesa, bem como no trabalho realizado pelos alunos egressos do mesmo curso que outrora foram vinculados ao programa.

Deste modo, em busca do conceito de trabalho, seus estudos perpassam pelo entendimento que há no livro do Gênesis da bíblia cristã, quando Adão e Eva foram punidos pelo criador devido terem comido da árvore da ciência do bem e do mal, ou seja, experimentaram o pecado, sofrendo como consequência uma punição, que seria o trabalho, neste sentido, o trabalho era tido como algo ruim. Já para os antigos gregos e romanos, o

trabalho era compreendido como uma tarefa árdua, assim as pessoas responsáveis para executá-lo eram os escravos, enquanto as brilhantes mentes faziam usufruto do tempo ócio, ou seja, do tempo criativo.

Com o advento do século XV até meados do XIV, o globo passa por mudanças devido às grandes navegações, assim como as revoluções industrial e francesa que reconfiguram completamente o conceito de trabalho tal qual conhecemos atualmente, sobretudo no modo de produção capitalista. E com todas essas mudanças acontecendo, tem-se também o entendimento de Marx Weber que surge com a obra *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* em 1904 que traz uma ideia de trabalho que rompe a noção de punição e passa a compreendê-lo como ato de graça divina e prosperidade econômica.

Então, a partir de suas pesquisas, ela discute o conceito de trabalho a partir de dois grupos, o trabalho prescrito e o realizado. O primeiro faz parte das leis que regem o ato do trabalho, isto é, as normas, as regras que regulam as ações dos trabalhadores, enquanto o trabalho realizado seria as ações efetivamente realizadas pelos trabalhadores, o trabalho em si mesmo.

Assim, o trabalho docente para Callian é um complexo sistema, que envolve as relações sociais em um processo sócio-histórico que faz parte de um movimento educacional por intermédio dos sistemas de ensino. Contudo a formação do futuro professor, o trabalhador docente, necessita de uma formação teórico-prática, assim como os objetivos apresentados pelo PIBID que busca formar um professor que tenha uma formação para além do tecnicismo e que ofereça diversos aspectos sobre o contexto educacional, não apenas uma formação academicista, que também é importante, mas uma formação em sua totalidade.

Moraes (2022) apresenta em sua dissertação um estudo exploratório descritivo, com uso de entrevista semiestruturada para produção e coleta de dados por meio de grupo focal realizados com discentes pibidianos vinculados ao subprojeto Ciências/Biologia da Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri, juntamente com as escolas vinculadas à Superintendência Regional e Secretaria Municipal de Ensino de Diamantina com o objetivo de investigar as contribuições e limitações do PIBID 2018-2020 em Ciências e Biologia da UFVJM para o desenvolvimento profissional docente dos seus supervisores e licenciandos bolsistas.

Em seu discurso, a autora refere-se ao processo de formação inicial dos futuros docentes por meio das parcerias que acontecem entre supervisores, pibidianos e escolas-campo,

atendendo aos objetivos da Portaria nº 90, de 25 de março de 2024, especificamente o que se trata no Artigo 6 e incisos que visa:

IV - inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem; V - incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como cofomadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e VI - contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura (Brasil, 2024).

Em virtude disso, para melhor desenvolvimento de suas análises, a autora faz uso de dois termos ou conceitos, o actante compreendido por ela com o significado de ator, ou seja, sendo tudo aquilo que age produzindo traços e produzindo os efeitos em uma dada realidade e o movimento de translação que são as interferências provocadas ou sofridas por seus atores. Entendemos em corroboração com autora que o actante é representado pelos discentes pibidianos (atores) e as translações fazem parte de uma dialética na medida em que o discente (ator) sofre alteração em seu modo de pensar e agir, na mesma medida em que, altera o modo de pensar e agir dos outros do mesmo convívio social.

Nesse processo, a autora demonstra os pontos positivos apresentados pelo programa e alguns negativos, na medida que o programa faz a ponte entre a teoria exercida pela universidade, assim como a prática realizada pela escola-campo no movimento de translação, ou seja, há a cooptação daqueles alunos que cursam a licenciatura sem interesse de permanecer na área e após o contato com a vivência que o programa proporciona o discente vai se descobrindo e construindo sua identidade docente. Identidade essa que segundo (Moura e Nacarato, 2024), o processo acontece muito antes do discente ingressar em um curso de licenciatura, para eles, todo o processo, acontece desde a mais tenra idade a partir do contato com bons e maus professores, então o aluno vai sofrendo essa interferência ao longo de todo processo educacional.

Para Moraes, há desvios e associações à docência, dessa maneira faz os seguintes destaques. Ela entende como desvios a falta de incentivo governamental, baixos salários, profissão de biólogo X professor, precárias condições de trabalho e desvalorização da profissão docente, em contrapartida apresenta às associações à docência, como professor de escola particular ou universidade, mudança na expectativa inicial profissional, desejo de lecionar e por fim o próprio PIBID, então todas essas características implicará no Desenvolvimento Profissional Docente, o que ela chama de DPD.

A partir dessas nuances apresentadas anteriormente, o programa surge como um grande responsável pelo movimento de translação, pois leva como atrativo para aqueles que estão na incerteza a oportunidade de ter contato com a prática, às vezes o discente ingressa no programa por necessidade financeira (ponto negativo), mas com o passar do tempo ao sofrer interferência, isto é, o contato com a realidade da escola com todas as suas mazelas, ou seja, aquilo que a primeiro modo soou como negativo, passa a produzir sentido.

Pois o pibidiano inicia sua interferência na realidade da escola à qual está inserido, levando muitas vezes o aluno da educação básica ao primeiro contato com a universidade, atribuindo ao aluno um novo sentido, havendo assim uma interação mútua entre o campo teórico e o prático, dessa forma, a bolsa torna-se uma oportunidade de o discente dedicar-se mais às atividades acadêmicas obtendo bons rendimentos e resultados.

Pagliari (2022), realizou seus estudos a partir do contato o qual teve com o PIBID no período de sua graduação em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista campus de Marília e com sua vivência de docente ensinando Filosofia e Arte em escolas periféricas, cujo seu objetivo foi suscitar reflexões e práticas pedagógicas sob a óptica estética e filosófica na relação educador, estudante e política dentro da esfera escolar.

O autor realizou uma crítica a respeito de várias nuances que são impostas pelo modo de produção capitalista às quais inferiorizam as classes subalternas. Seu trabalho foi desenvolvido a partir da perspectiva crítica de Paulo Freire em torno da educação popular e Florestan Fernandes no tocante a formação do professor militante.

Pagliari aborda em sua discussão o termo traficante/traficante de informação que pegou emprestado da cultura do HIP HOP e de modo mais restrito do RAP, o qual é potencializado de forma positiva em todo seu trabalho, pois entende que o traficante é o “o educador popular – aquele ser social que se prontifica nas frentes culturais, artísticas e formador da juventude das escolas públicas”, em busca de uma formação que desenvolva práticas educativas progressistas que venham estimular a autonomia crítica dos educandos na mesma intensidade que é desenvolvida as práticas docentes.

Pois, “[...] a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípua da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil” (Freire, 2002. p.15). Dessa maneira, Pagliari busca criar de forma prática uma nova leitura da realidade social no contexto da educação básica, rompendo com a ingenuidade que assola a classe trabalhadora, de outro modo, os subalternos que poderão vir a passar pelo processo de subversão, rompendo assim com os caprichos da

classe hegemônica, porque “[...] o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam (Saviani, 1999, p. 66). Assim sendo, é desenvolvendo o senso crítico e tendo acesso à cultura dominante sem desvalorizar a cultura popular, que a classe trabalhadora/subalterna poderá vir a ser livre.

Piske (2023) teve como objetivo verificar, por meio da Análise Textual Discursiva, as contribuições decorrentes da participação no programa PIBID, para estudantes que optaram pela habilitação em Química, no âmbito da formação inicial do futuro docente: o professor, que atuará nas salas de aula da Educação Básica. Para isso, fez uso de entrevista semiestruturada com a finalidade de produzir e coletar os dados. A autora buscou traçar a contextualização histórica de como se deu o processo da formação inicial de professores pelo Brasil, com embasamento teórico em autores clássicos brasileiros como Demerval Saviani e Paulo Freire.

É importante ressaltar que em sua pesquisa foi evidenciado o caráter dualístico que as políticas neoliberais impõem sobre a classe trabalhadora no quesito educacional, pois desde a gênese das políticas educacionais, busca-se ofertar uma educação limitada para os que não detêm os meios de produção, enquanto a classe elitizada conta com uma formação inicial que o possibilita ingressar em instituições de Ensino Superior (público) de modo particular em cursos considerados nobres, fazendo uso da narrativa que a elite é “menor” no quantitativo populacional, tornando-se mais fácil para possibilitá-los condições melhores, pois “é melhor uma boa escola para poucos do que uma escola deficiente para muitos” (Saviani, 1999, p.22).

E na contramão disso, o que sobra as classes subalternas são vagas oferecidas em cursos profissionalizantes, ou às vezes em institutos educacionais que os qualifica de forma aligeirada e deficitária apenas para atender as necessidades imediatas de mercado na justificativa que o problema é a quantidade de pessoas que compõem as massas.

Nesse sentido, Piske ao passar por várias fases da implantação da educação pública no Brasil, faz uma ressalva muito importante em relação ao período do regime militar neste país dialogando com (Almada, 2019) ao externalizar que a ditadura foi um tempo obscuro e de retrocesso educacional, como já enfatizado. Ao findar esse período, com abertura para democracia surge a figura de Paulo Freire na década de 80 com a Pedagogia Progressista Libertadora que lutava com a finalidade de romper com a educação tecnicista imposta pelo regime buscando desenvolver a criticidade dentro do contexto escolar, tentando transformar e emancipar não apenas a escola, mas a sociedade como todo.

Anos mais tarde foram editadas várias resoluções emitidas pelo Conselho Nacional de Educação, assim como a nova Legislação de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, que veio ser fundamento básico para a educação nacional apresentando diversas diretrizes de como a

educação brasileira deve funcionar. Neste contexto, frisamos aqui o artigo 62 que normatiza em seu parágrafo único que

A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço (Brasil, 2024).

Assim, mesmo com todos esses documentos criados em torno do processo educacional, sobretudo no tocante a formação inicial de professores, Piske ainda tece críticas ao documento no sentido da abertura para formação de professor por meio dos institutos amparados no Artigo 63 da referida Lei, pois acredita ser uma formação de segunda categoria. Mas como notório no inciso II do Artigo 62, já se buscava um meio de oferecer qualidade aos cursos de licenciatura sendo criado anos mais tarde programas como o PIBID que surge no cenário do ano 2007 levando em consideração a relação mútua entre teoria e prática, universidade e escola para que se tenha uma formação mais sólida e que possa melhorar a qualidade da formação dos professores, tal qual o índice da educação básica.

Resende (2023) traz em sua proposta a busca pela constituição da identidade docente do professor formado em Pedagogia a partir do levantamento da produção do conhecimento do PIBID nos Anais de Reuniões Científicas Nacionais no GT8 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Fazendo uso metodológico da pesquisa bibliográfica, documental, tal como os editais publicados pelo MEC, e os trabalhos lançados pelo site da ANPED.

A partir das análises realizadas por meio dos editais, portarias do programa e resoluções emitidas pelo Conselho Nacional de Educação, a autora tece algumas críticas em relação às mudanças feitas ao longo dos últimos anos, naquilo que compete aos objetivos do PIBID.

Para a autora, não é favorável que os/as discentes em processo formativo fossem responsabilizados (as) pela melhoria do Índice do Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, como anunciado na Portaria N° 260, de 30 de dezembro de 2010, assim como a abertura para alunos que faziam parte das instituições privadas, mesmo esses alunos estando vinculados ao Programa Universidade Para Todos – PROUNI, uma vez que não houve naquele período o aumento da quantidade de bolsas ofertadas pelo país.

É importante especificar que essas instituições privadas acabam recebendo um número massivo de alunos (as) procedentes das escolas públicas. Acreditamos que o ingresso nas faculdades privadas por alunos (as) pertencentes à classe trabalhadora pode ser devido às más

condições materiais que tiveram acesso ao logo da sua jornada na Educação Básica, que envolve desde condições de infraestrutura, falta de transporte, falta de alimentação, material didático, greve por parte de professores, faltas de alunos (as) por muitas vezes precisarem trabalhar muito cedo para ajudar nas despesas da família etc.

Tudo isso, implica na qualidade da educação pública e conseqüentemente prejudica o aprendizado dos (as) alunos (as) das escolas públicas ao comparar com os/as alunos (as) das escolas privadas, que dificilmente passam por situações como essas, pois para estes (as), todas as condições básicas são ofertadas no tempo oportuno, havendo nesse cenário uma disparidade enorme quando ambos competem pelas vagas das universidades públicas, enfatizando o que (Saviani,1999) relata, a escola boa deve ser para poucos.

Isto é, a classe trabalhadora de renda mais elevada que ocupa nossas universidades federais ou estaduais nos cursos mais desejados, enquanto que alunos (as) vindos de escolas que por diversos motivos não obtiveram bons resultados, como os elencados acima, ficam com cursos menos disputados nas universidades públicas, ou sendo obrigados a migrarem para as instituições privadas que alimentam os interesses dos/das grandes empresários (as) deste mercado educacional, havendo uma inversão ao ingressar no Ensino Superior.

Logo os filhos dos trabalhadores de renda mais alta, como a classe política, os magistrados, os médicos, os engenheiros, dentre outras, conseguem êxito nos exames de acesso ao Ensino Superior das Universidades Públicas, em contrapartida, o que fica para a classe trabalhadora de renda mais baixa, é aceitar às vagas remanescentes que há nos institutos e faculdades privadas, não ocupadas pelos burgueses, pois o objetivo dessas instituições por estarem a serviço do grande capital, é ofertar uma formação que desqualifica os discentes pertencentes à classe trabalhadora (Kuenzer,1995). Porém desde 2012 há políticas públicas que “buscam mudar essa realidade”, como a Lei de Cotas, por exemplo.

No tocante a identidade docente, é perceptível que a autora sublinha, assim como os demais, a relação teoria e prática, compreendendo o processo de formação da identidade a partir da interação do discente em uma via dialética exercida pela universidade e escola. O programa oferece de forma muito positiva esse cenário formativo inicial por meio do contato com a vida escolar. A autora negrita ainda que, apenas isso não é o suficiente, na busca dessa construção, se tornando necessário a procura pelo conhecimento constante que se dá pela prática reflexiva e investigativa, pois segundo Paulo Freire ensinar exige pesquisa, e

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar,

constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (Freire, 2002, p.14).

Sob esse prisma, o programa nos possibilita construir nossa identidade docente, buscando por intermédio da academia o processo formativo e investigativo (pesquisa), juntamente com a escola que funciona como laboratório, local este, que podemos desenvolver nossos experimentos, colocar em prática o que temos aprendido no campo teórico, todavia sempre lembrando que a relação teoria e prática, jamais devem ser entendidas de forma dicotômica, porém devemos tê-las como homogêneas, dialéticas e dialógicas, pelo fato de possibilitar nosso processo de ação, reflexão e autoformação para que tenhamos respostas plausíveis que possibilite a transformação da realidade social.

Santos (2023) discute as nuances que estão em volta do PIBID, objetivando investigar as percepções dos agentes vinculados ao PIBID quanto às implicações políticas e formativas do Programa de Formação de Professores. A pesquisa foi desenvolvida a partir do referencial teórico metodológico do ciclo de políticas públicas de Stephen J. Ball e colaboradores e na teoria da atuação de (Ball, Maguire e Braun). Enquanto procedimento de análise, aplicou-se a análise de conteúdo segundo Bardin (2016) e para produção e coleta de dados, empregou-se questionários eletrônicos.

A pesquisa foi realizada com quatro pessoas vinculadas ao PIBID, desde os coordenadores aos pibidianos em uma IES, localizada na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Na intenção de verificar as nuances que o PIBID está envolvido, a autora discute o processo de formação das políticas públicas educacionais para formação inicial de professores a partir da década de 90, quando o neoliberalismo passou a tecer fortes influências na educação brasileira impulsionado por grandes países.

Com base nesses estudos, questionou-se se de fato o PIBID é um programa genuinamente brasileiro, ou se faz parte de políticas públicas que visam atender a interesses de determinados grupos externos ao país que dominam a economia global, como Estados Unidos, por exemplo. Neste contexto, em concordância com Resende (2023), a autora nos chama atenção para as reformas que vêm acontecendo nos últimos editais, sobretudo no tocante à expansão para participação dos subprojetos realizados por faculdades privadas que estão a serviço de grandes empresários ligados à educação.

Outro fator evidenciado, é que a formação e a construção da identidade não se dão apenas no campo teoria e prática, ou em alguns casos enfatizando apenas o prático e deixando em segundo plano a teoria. Pois para Resende é notório que a influência do neoliberalismo sobre as políticas educacionais para formação de professores alinhadas às agendas políticas

internacionais tem imposto um aligeiramento na formação, guiando os trabalhos pedagógicos de forma rígida, gerencia lista que descaracterizam e desvalorizam a formação docente. Tendo assim, uma formação padronizada, engessada em favor da formação prática de acordo com os interesses da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Destarte, este estudo desenvolvido nos catálogos mencionados, nos possibilitou visualizarmos o panorama de pesquisas produzidas envolvendo nosso objeto de estudo em diversas modalidades, todavia quando se refere a pesquisa na modalidade dissertação em nosso estado envolvendo o subprojeto do curso de Sociologia, vimos que não há pesquisas no período supracitado, deixando evidente que há lacunas a serem preenchidas. Ao levar em consideração os últimos cinco anos, não foi localizado nenhum trabalho envolvendo o PIBID, o curso de Sociologia e os alunos oriundos da classe trabalhadora de modo particular no estado do Maranhão, o que torna nosso estudo relevante e inédito.

4. O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

4.1 As contribuições de Thomas Hobbes para formação do Estado

Thomas Hobbes⁵ desenvolveu sua teoria a respeito do surgimento do Estado partindo do pressuposto que o homem vivia em estado de natureza, não que de fato o homem estava vivendo como primitivo quando pensaram em constituir o Estado por meio de um contrato, mas ele acreditava que a natureza humana é imutável, isto é, o homem tem em sua essência uma natureza que tende ao mal, ou seja, por mais que a história mude a essência humana permanece a mesma.

A respeito desse entendimento, (Renato Janine, 2001), vai nos dizer que esta teoria recebeu muitas críticas sobretudo no século XIX e XX, pois estudiosos da Filosofia Política questionavam como seres primitivos teriam condições de dominar a linguagem e até mesmo o sistema jurídico sem jamais ter tido convívio social que os levassem a delegar seus direitos naturais por meio de acordo com o consentimento da maioria, pois acreditavam que para que houvesse a celebração de um acordo, isto é, um contrato, exigiria um longo processo de vivência em sociedade.

Para Hobbes,

A natureza fez os homens tão iguais quanto às faculdades do corpo e do espírito que embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficiente considerável para que qualquer um possa com base nela reclamar qualquer benefício a que outro não possa também aspirar, tal como ele. Porque quanto à força corporal o mais fraco tem força suficiente para matar o mais forte, quer por secreta maquinação, quer aliando-se com outros que se encontrem ameaçados pelo mesmo perigo (Hobbes, 2000, p.107).

E é esse princípio de igualdade e liberdade que gera o caos, a instabilidade, o medo, porque quando o indivíduo tem consciência que é igual perante a lei, saberá que o que pertence a outrem independente de ser mais forte ou mais fraco, racionalmente ele não tenderia a querer o que pertence ao outro, todavia no estado natural defendido aqui, o processo é inverso.

Pois se dois indivíduos agem no princípio de igualdade o que pertence a um, poderá ser e pertencer ao outro, gerando assim um descontentamento natural por parte daquele que não

⁵ Thomas Hobbes é um dos grandes nomes da filosofia política do século XVII, considerado um dos clássicos quando o assunto é a formação do Estado. Nasceu na Inglaterra, na Aldeia de Westport adjacente a Malmesbury, no Wiltshire em meados do século XVI, em 5 de abril de 1588 e veio a falecer na segunda metade do século XVII, no ano de 1679. Como erudito, estudou lógica, física, latim e grego, mas foi devido à Filosofia que se tornou reconhecido tal como é. Escreveu outros livros, porém sua principal obra foi o Leviatã no ano de 1651.

tem o desejado, então o desfavorecido fará uso da força física de forma individual ou coletiva para se apossar do que pertence ao outro, seja ele mais fraco ou mais forte, iniciando então o processo de guerra de todos contra todos, tornando-os inimigos uns dos outros.

Dessa forma (Júnior e Cademartori, 2021, p.237), são críveis que a concepção hobbesiana compreende o “estado de natureza como um momento de total insegurança, em que os seres humanos, temendo ataques à sua integridade pessoal fatalmente promoveriam ofensiva aos demais, fomentando uma guerra permanente”. E para (Hobbes, 2000), como a natureza humana é tendenciosa ao mal, existe nela três pontos que podem incliná-la para tal sentimento, ou melhor dizendo que são responsáveis pela discórdia entre eles, são elas, a competição, desconfiança e a glória.

Assim, temos a primeira voltada ao mercado competitivo, pois visa lucrar sem preocupar-se com quem está sendo explorado, o segundo a desconfiança, pois vivemos a todo tempo preocupados com nossa segurança, pois não sabemos quem são as pessoas que estão a nossa volta, vivemos constantemente com um sentimento de insegurança e por fim, a reputação, pois o teórico acredita que a natureza humana no estado de natureza buscava mais a glória do que os bens, podemos pensar este último em algo voltado para nossa honra, zelo com nosso nome e dos nossos, pois nenhum homem aceita ser difamado, o nome é algo de muito valor até mesmo nos dias de hoje.

Neste sentido, o teórico acredita que quando não há entre os homens um poder comum capaz de garantir a paz, todo tempo será tempo de guerra, mesmo que essa guerra não venha acontecer, mas os indivíduos ficam constantemente movidos pela aflição de serem atacados, pois todo homem é inimigo de todo homem, portanto mediante ao clima de incerteza, o homem no estado de natureza, é comparado a um animal feroz e violento.

Como retrata umas das frases célebres do próprio Hobbes, “o homem é o lobo do homem”, e devido viver movido pelo medo, pela insegurança, não há prosperidade entre eles, seja na indústria ou no campo, desse modo “[...] não há sociedade, e o que é pior do que tudo, um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta” (Hobbes, 2000, p.109), direcionando-os sempre ao caos.

Por mais que houve diversas críticas ao entendimento hobbesiano em relação ao estado de natureza, o que difere o homem que vive em um Estado adjetivado de moderno, possuindo um conjunto jurídico de leis pelos os quais deveriam ser seguidos pela coletividade, porém em uma situação à qual é muito comum na realidade contemporânea como a tomada de assalto de

um aparelho celular, por exemplo, nesta situação, de um lado temos a figura de uma pessoa agindo fora da lei, do outro, o cidadão sendo submetido a subtração de seu bem.

Temos nesta situação um fato, em que ambos os indivíduos desejam a posse de um mesmo objeto, e na disputa, aquele que subtrai lança mão de todos os meios possíveis para adquiri-lo chegando muitas vezes a tirar à vida do proprietário do aparelho, dessa maneira, os familiares por se sentirem injustiçados revidam vingando-se ao ponto de tirarem a vida do suposto assaltante, nesta situação, o que nos difere então do mesmo estado de natureza relatado na teoria de nosso referido teórico?

Ou seja, Hobbes preconiza no Leviatã que quando o Estado é fraco e em nosso caso, ouso dizer que o estado está sendo omissos, o resultado dessa conta só poderá ser a barbárie. Ressaltando que em Hobbes não há a ideia de propriedade privada em posse dos súditos, apenas do soberano, mas ainda sim é possível fazermos analogias entre o estado vivido pela violência e a omissão provocada pelo Estado no tocante às políticas de segurança pública.

Portanto é notório que o estado de natureza é um estado em que não há justiça nem mesmo injustiça, não existe a noção do bem e do mal, da mesma forma que não há lei para serem seguidas, não há o entendimento de propriedade, tudo pode ser de todos, não há um líder, pois na concepção hobbesiana essas são características exclusivas de uma sociedade.

Então em busca de superar o estado de natureza, fugir do medo da morte violenta devido as condições de guerra de todos contra todos, é a única coisa que os possibilitará a findar à guerra e celebrar a paz, será a assinatura de um pacto social, isto é, de um acordo que os garantirá um governo forte e inabalável capaz de os garantir a paz e o principal, a garantir a manutenção da vida.

Assim Hobbes sustenta que para os homens superarem o estado de guerra de todos contra todos, há

[...] a necessidade de todos abrirem mão da totalidade dos seus poderes, exceto as próprias vidas, em favor de um indivíduo ou pequeno grupo deles que teriam a incumbência de garantir a segurança geral, instaurando-se aí o estado civil marcado pelo absolutismo (Júnior e Cademartori, 2021, p. 237).

Partindo desse pressuposto, enquanto no estado de natureza os indivíduos governam por suas próprias convicções, isto é, o que o teórico entende como as paixões que contemplam todas as emoções conforme evidenciado no pensamento de Aristóteles que podem alterar as nossas atitudes, temos então no pacto social, uma inversão.

Pois os indivíduos renunciam a seus direitos naturais havendo assim a transferência mútua de direitos em prol de algo que possa beneficiar de alguma forma aqueles que estão

aderindo ao contrato, sendo criado então a presença de um Estado civil, ou seja, uma fase cujo seres humanos estariam agindo de forma racional para combater à barbárie vivenciada no estado de natureza (Júnior e Cademartori, 2021).

Desta maneira, finda o estado de natureza, surgindo então um Estado Absoluto definido por Hobbes como “Uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar sua força e os recursos todos, para assegurar a paz e a defesa comum” (Hobbes, 2000, p.144). Assumindo assim, todas as responsabilidades em prol do povo, se uma monarquia, em prol dos súditos, se uma democracia, em prol dos cidadãos.

Deste modo, Hobbes ao refletir às leis naturais vislumbrando à celebração do pacto social, relata que deve ser uma busca constante que o homem não deve medir esforços para encontrar todas as formas de garantir a paz, isto é, se referindo à primeira lei natural, do contrário, ver-se obrigado a lançar mão do que estiver a seu alcance para defender à vida, como bem prescreve a segunda lei natural

Que um homem concorde, quando outros também o façam, e na medida em que tal considere necessário para a paz e para a defesa de si mesmo, em renunciar a seu direito a todas as coisas, contentando-se em relação a outros homens, com a mesma liberdade que outros homens permitem em relação a si mesmo (Hobbes, 2000, p.114).

Assim, com a celebração do Contrato Social, surge o Leviatã ou o deus mortal, que para Hobbes nada mais é que o Estado, este governado por um monarca absolutista ou assembleia que possa representar a vontade da maioria quando se referir a uma democracia, do contrário prevalecerá a vontade do monarca. Contudo este Leviatã idealizado por nosso teórico, uma hora apresenta características metade monstro e outra metade mortal (Júnior e Cademartori, 2021) cujo todos os homens se tornarão súditos.

Porque o Estado representará o desejo de todos e ao mesmo tempo de cada indivíduo, obtendo assim uma organização chamada de sociedade civil, e nesta sociedade, todos sem exceção deverá obediência exclusivamente ao soberano, e este por sua vez, por mais que tenha fissuras em seu governo, jamais será desobedecido, (Ribeiro, 2017). Ficando o Estado responsável para “garantir não apenas a sobrevivência, mas a melhor condição material, paz e conforto” (Janine Ribeiro, 2001, p.76).

Janine Ribeiro (2021) corrobora que o Estado surge em Hobbes a partir do medo como em nenhum outro teórico da filosofia política. Este autor vai descrever que a primeira menção do Leviatã lançado no ano de 1651, traz em sua capa um príncipe cuja sua armadura é feita em

escama que representa seus súditos, onde ele estaria agitando uma espada adjetivada por ele de ameaçadora.

Pois na visão hobbesiana seria impossível alguém governar sem oferecer temor para os súditos. Sem medo, Hobbes acredita que homem nenhum teria coragem de delegar seus direitos naturais para outrem, renunciando a toda sua liberdade, bem como seus bens. Portanto o homem renuncia a seus direitos naturais em prol da constituição de um soberano de duas formas, ou seja, pela

Força natural, como quando um homem obriga seus filhos a submeterem-se, e a submeterem seus próprios filhos, a sua autoridade, na medida em que é capaz de destruí-los em caso de recusa. [...] A outra é quando os homens concordam entre si em submeterem-se a um homem, ou a uma assembleia de homens, voluntariamente, com a esperança de serem protegidos por ele contra todos os outros (Hobbes, 2000, p.144).

Em conformidade com nosso teórico, inferimos que a constituição da formação natural surge por meio da própria natureza. Isso remete à frase célebre de Platão, pois, para este, o homem é um ser social por essência, isto é, por sua natureza, em Platão o homem já nasce com a necessidade de viver em sociedade. Em contrapartida, conforme colocado por Hobbes, a ocorre a formação de um estado político ou estado por instituição, por meio da submissão de direitos a um homem ou a uma assembleia de homens, transferindo-lhes todos seus direitos, exceto a vida (Júnior e Cademartori, 2021).

À vista disso, tem-se então personificado o Estado Absolutista por meio da monarquia ou assembleia. Esta como o próprio nome já explicita, tem um carácter absoluto, ou seja, soberano representado pelo monarca, e uma vez o contrato celebrado, não terá como reverter o acordado, caso isso viesse acontecer, poderia ser uma atitude de injustiça para com o governante, pois tudo que o governante vier a executar, fará em nome da coletividade e ao mesmo tempo da individualidade de cada súdito para a garantia da paz e da vida.

Para (Renato Janine, 2001), o Leviatã não era um ser instituído aterrorizante, pois o que de fato aterrorizava era quando o homem vivia no estado de natureza, porque no estado de natureza pressupõe que o homem vivia a todo momento com medo da barbárie, ou seja, com medo de perder a vida para seus inimigos. Como retratado anteriormente o soberano enquanto ser mortal, entende-se que este se apresenta de forma temerosa aos súditos, isto é, bastava os súditos andarem alinhados com as leis civis criadas e impostas pelo soberano que nada poderia acontecer para com eles de drástico, neste sentido, só haveria problema com o soberano, caso os súditos não apresentassem um bom comportamento.

Hobbes (2000), considera que a situação que um súdito está submetido no Leviatã não é uma condição muito favorável, pois além de levar uma vida chamada por ele de miserável, ainda encontra-se em uma situação completamente dependente das paixões de seu soberano que possui poderes ilimitados para governar como bem entender, porque quando há adesão ao contrato, quem aceita delegar poderes são os solicitantes e não o soberano, portanto em nenhum momento o soberano deu garantia de que realizaria os caprichos individuais dos súditos, podendo agir a seu bel prazer, exceto quando o soberano não honrar a garantia da paz de todos para com todos.

Assim como da guerra externa, neste sentido sim, os súditos poderiam se revoltarem e regredir ao estado de natureza levando o Estado ao caos novamente. Lembrando que o “Estado não se limita a deter a morte violenta, não é produto apenas do medo à morte—se entramos no Estado é também como uma esperança (em filosofia, o medo e a esperança são um velho par) ter vida melhor e mais confortável” (Renato Janine, 2001, p.72) tudo o que se esperava do soberano.

Neste sentido, as prerrogativas do soberano, isto é, daquele que representa o Estado são muitas, ultrapassando as obrigações já supracitadas até o momento, mas vale ressaltar algumas delas, que vai desde obrigação de fiscalizar e orientar os novos contratos, sendo eles de “compra, venda, troca, empréstimo e arrendamento” (Hobbes, 2000, p.198), realizados pelos súditos, principalmente no tocante as trocas de mercadorias com estrangeiros, pois o soberano temia que os súditos sendo conduzidos pelas paixões, sobretudo pela ganância do lucro poderiam de alguma forma prejudicar um aos outros, bem como fornecer aos considerados inimigos informações ou algo que pudesse vir a prejudicar o Estado.

Dessa forma, há uma outra prerrogativa de Estado descrita no Leviatã de suma importância, a distribuição de terras, pois a este respeito no livro Os clássicos da Política (Renato Janine, 2001), ressalta que o fulcro dessa prerrogativa tem origem nas ideias levantadas pela burguesia ascendente no contexto ao qual o livro foi escrito, porque ao olhar para forma que a sociedade feudal organizava a propriedade, isto é, o feudo, desagradava de alguma forma a classe burguesa emergente, pois viam um direito limitado por parte do proprietário da terra.

A gleba era o pedaço de terra cedida pelo senhor feudal ao servo, o servo tinha o direito de produzir o que fosse preciso para sua sobrevivência, caso o senhor feudal não concordasse com a forma que o servo estava fazendo uso da terra, não poderia deixar o servo desamparado, expulsando-o ou cedendo este pedaço de terra para outro, de alguma forma o senhor feudal

tinha uma obrigação e costumes a seguir, e essa obrigação tida sobre o senhor feudal não era bem vista por aqueles que estavam desenhando à burguesia.

À vista disso, com a burguesia, surge também a ideia de propriedade privada no pensamento moderno, onde o proprietário tem o direito de usufruir daquilo que o pertencia, ou seja, poderia fazer o que bem entender com sua propriedade, dar para quem quiser, vender, arrendar etc. Assim sendo, Renato Janine esclarece que Hobbes ao pensar o Estado absolutista, nega a propriedade privada aos súditos, porém centraliza essa propriedade nas mãos do soberano cabendo a ele, reter parte para si, como dividir para com os súditos da forma que melhor compreendesse, porém na essência, tudo pertencia ao governante que estava à frente do Estado.

Destarte o Estado surge para Hobbes a partir da mudança do estado de natureza para o Estado Absolutista, após a celebração artificial do contrato social em busca de oferecer aqueles que se tornaram súditos à proteção à vida e a garantia da paz, devido ao medo constante da morte violenta provocada no estado de guerra de todos os homens contra todos os homens pelo princípio de igualdade e liberdade onde tudo pertenciam a todos e todos faziam o que bem entender para a garantia de sua defesa pessoal, não havendo então um governante comum a todos e quando não há, o que resta é o estado de guerra.

Salientamos que ao criar o Leviatã, o teórico estava vivendo um tempo de caos devido à Guerra Civil Inglesa que veio provocar grandes influências sociais e políticas no seu tempo, bem como uma nova compreensão da natureza humana, a sociedade e o Estado como foi possível refletirmos ao longo desta seção. Embora o Leviatã não tenha sido reverenciado pela sociedade de seu tempo, devido negar direitos naturais como liberdade, igualdade e direito à propriedade privada, essa obra ainda é muito relevante atualmente para que se possa compreender como se deu a formação do Estado.

4.2 As contribuições de Jonh Locke para formação do Estado

Jonh Locke⁶ vivenciou a Inglaterra em um período de muito conflito no que se refere as questões sociais, políticas e econômicas, devido aos atritos que estavam acontecendo entre a

⁶ Jonh Locke nasceu na primeira metade do século XVII em uma família burguesa de formação puritana, no ano de 1632 na cidade de Bristol localizada no sudoeste da Inglaterra e veio a falecer em 29 de outubro de 1704, na primeira metade do século XVIII, viveu em pleno desenvolvimento do que viera ser chamado de capitalismo primitivo. Locke foi contemporâneo de Thomas Hobbes e assim como este foi consagrado como um dos clássicos da Filosofia Política. Formou-se em medicina pela University of Oxford na qual foi bolsista, não foi o discente mais brilhante de sua turma, porém sempre apresentou bons resultados, tornou-se docente nesta mesma instituição, todavia foi a partir do contato com a Filosofia que veio a ser reconhecido com maior amplitude.

coroa Católica, o parlamento e a religião protestante, pois se dava a partir das contradições entre as ideias do absolutismo defendido pela dinastia Stuart e pela burguesia em ascensão que defendia o liberalismo.

Este impasse impulsionou aos ingleses a mergulharem no ano de 1640 em uma profunda guerra civil liderada pelo rei Carlos I versus o parlamento, findando o conflito apenas no ano de 1649, tendo como vencedor o parlamento puritano, pondo fim a monarquia absolutista católica por meio da guerra civil nominada de Revolução Puritana, sendo instaurado a posteriori uma república na Inglaterra.

Mas o conflito não se encerra por aqui, houve outras disputas entre católicos e puritanos. Em 1660 com a morte do Lorde Cromwell, que tinha apoio tanto do exército, quanto da burguesia ascendente para defender à Inglaterra e fazê-la prosperar, sua partida trouxe à instabilidade política e com o objetivo de evitar mais uma guerra civil, se veem obrigados a retornar à monarquia liderada pelos Stuart.

Com a restauração da monarquia católica, é ressuscitado também o conflito entre a coroa e o parlamento, arrastando-se até o ano de 1688 com a Revolução Gloriosa, tendo como desfecho a deposição do rei Jaime II, assumindo a coroa Guilherme de Orange, que pôde iniciar um novo tempo na história inglesa pondo fim de forma definitiva no legado absolutista católico sobre a coroa inglesa, triunfando então o liberalismo e a instituição da monarquia limitada protestante o que vigora até os dias atuais com o monarca Charles III.

Diante do exposto, a Inglaterra estava mergulhada no caos como supracitado e como Locke não defendia as ideias absolutistas impostas pelos Stuart, tal como seu mentor liberalista, cujo Locke tornou-se seu médico particular, o então Lord Shaftesbury que por sinal era um dos opositores do rei Católico Carlos II, ambos precisaram deixar seus países de origem e se exilarem na Holanda, pois como o Lord Shaftesbury foi acusado de conspiração contra o rei Carlos II, devido não estar de acordo com os princípios absolutistas.

Dessa forma, Locke se viu na mesma situação, refugiando-se assim como seu mentor na Holanda, retornando à Inglaterra apenas após a queda do rei Jaime II, com o triunfo da Revolução Gloriosa em 1689, Locke ao retornar divulga suas principais obras, dentre elas destacamos os Dois Tratados sobre o governo civil, do qual buscará justificar à queda da monarquia católica pelo parlamento e a ascensão da monarquia limitada por meio do que ele chamou de doutrina do direito de resistência (Mello, 2001).

Contemporâneo de Hobbes, todavia defensor do liberalismo, uma das principais características distintas entre ambos, pois enquanto um defende o absolutismo como exposto

no Leviatã, o outro, defende as liberdades bem como preconiza o livro os Dois Tratados sobre o governo civil, livro II. Essa dicotomia evidente entre ambos fez com que alguns estudiosos viessem a levantar a hipótese de que Locke ao redigir sua principal obra, à qual é referenciada ainda hoje na Filosofia Política, estaria refutando ao contemporâneo Hobbes em o Leviatã.

Sendo esta narrativa desconstruída no prefácio do livro os Dois Tratados sobre o governo civil, pois supõe que talvez Locke jamais chegou até mesmo lê-lo, porque o que o teórico buscava refutar de fato, era a narrativa descrita na obra o Patriarca do autor Robert Filmer que defende o direito divino dos reis, trazendo a ideia central que o poder existente nas mãos das monarquias é oriundo diretamente de Deus por meio do poder paterno delegado a personagem bíblica do livro do Gêneses, na figura de Adão, o que é desconstruído no primeiro livro dos Dois tratados do governo civil (Locke, 1998).

Isto posto, embora Locke não tendo buscado desconstruir às ideias de seu contemporâneo, é possível fazer algumas distinções a respeito de como ambos os teóricos demonstraram como o Estado teria surgido. É importante sublinhar que Hobbes, Rousseau e Locke são autores que buscam justificar como o homem teria organizado o Estado a partir da saída do estado de natureza, passando pela adesão ao contrato social, chegando à formação (do estado civil, ou estado político).

Sendo estes consagrados como os principais autores do jusnaturalismo ou teoria dos direitos naturais (Mello, 2001). Frisa-se que cada autor embora complementar, são completamente peculiares uns dos outros, pois partem da mesma referência, isto é, o estado de natureza, porém compreendem cada etapa de forma distinta uns dos outros.

Como vimos na primeira seção deste capítulo, Hobbes descreve no Leviatã que o homem ao viver no estado de natureza, está constantemente aflito com medo de perder a vida de forma violenta pelo seu vizinho, pois o homem para Hobbes é mal por natureza, em contrapartida, Locke apresenta um estado de natureza mais harmônico entre os homens.

Pois a partir de sua perspectiva, todos vivem em um estado de relativa paz, dotados de razão, descrito como “[...] um estado de perfeita liberdade para regular suas ações e dispor de suas posses e pessoas do modo como julgarem acertado, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir licença ou depender da vontade de qualquer outro homem” (Locke, 1998, p.382).

Nestes termos, o homem vivia um estado de igualdade onde todos gozavam do mesmo direito, não havendo ninguém maior ou mais importante do que outrem. Porém, neste mesmo estado há princípios, há uma lei natural, pois não é porque o homem é livre que poderia atentar contra a vida ou aos bens pertencentes a outrem, pois para Locke este direito é reservado apenas

aquele a quem os criou, ou seja, o Senhor Soberano, havendo a necessidade de todos cuidarem de suas vidas e dos outros, desde que sua vida não estivesse em perigo.

Salientamos ainda que para este teórico, há apenas uma única possibilidade de um homem no estado de natureza atentar contra a vida de outrem, quando em casos restritos, mas ainda sim possível, em situações de transgressões, ou seja, em casos que um homem ao tentar sobre a liberdade ou ao direito de posse de outrem, este poderá ser punido até mesmo com a perda de sua vida para que não venha mais cometer nenhum crime, portanto servido de exemplo para que outros não viessem a cometer o mesmo ato infrator, sendo assim, segue o que preconiza a lei natural segundo Locke

E para que todos os homens sejam impedidos de invadir direitos alheios e de prejudicar uns aos outros, e para que seja observada a lei da natureza, que quer a paz e a conservação de toda humanidade, a responsabilidade pela execução da lei de natureza é, nesse estado, depositada nas mãos de cada homem, pelo que cada um tem o direito de punir os transgressores da dita lei em grau que impeça sua violação. Pois a lei de natureza seria vã, como todas as demais leis que dizem respeito ao homem neste mundo, se não houvesse alguém que tivesse, no estado de natureza, um poder para executar essa lei e, com isso, preservar os inocentes e conter os transgressores. E se qualquer um no estado de natureza pode punir a outrem, por qualquer mal que tenha cometido, todos podem fazer, pois nesse estado de perfeita igualdade, no qual naturalmente não existe superioridade ou jurisdição de um sobre o outro, aquilo que qualquer um pode fazer em prossecução dessa lei todos devem necessariamente ter direito de fazer (Locke, 1998, p.385-386).

Deste modo, diferente de seu contemporâneo, a perspectiva lockeana defende que a natureza humana não é nem boa e nem mesmo má, uma vez que Locke é considerado o pai do empirismo ou teoria da tábula rasa do conhecimento, isto é, defende que o homem nasce como uma folha em branco e conforme vai vivenciando às experiências, vai sendo preenchido e desenvolvendo o conhecimento do qual produzirá juízo de valor, ou seja, por meio da experiência humana será formado a consciência do indivíduo, isto é, sua razão (Mello, 2001).

Portanto, é por meio da vivência que cada homem detém que tenderá ao bem ou ao mal, e caso optar pela segunda opção, poderá ser julgado na força da lei natural como atestado acima. Para tanto, Ribeiro explicita que o estado de natureza em Locke

[...] Nada mais é do que a condição na qual o poder executivo da lei da natureza está exclusivamente nas mãos de indivíduos e não se tornou coletivo, que é o resultado do processo de reflexão dos homens que buscam a supremacia da racionalidade formando então a sociedade civil. Então para Locke toda sociedade humana que se encontra em uma autoridade coletiva estabelecida e permanente é proveniente da condição original, ou seja, do estado de natureza (Ribeiro, 2017, p. 13).

Neste estado, o homem por não ter alguém que pudesse de alguma forma punir os transgressores, ou seja, um órgão executor, se encontravam em uma situação onde eles mesmos

executavam às penalidades aos transgressores possibilitando-os a agirem de forma parcial, aplicando as penalidades a seu bel entender, assim sendo, Mello corrobora que “na sua concepção individualista, os homens viviam originalmente num estágio pré-social e pré-político, caracterizado pela mais perfeita liberdade e igualdade, denominado estado de natureza” (Mello, 2001, p. 84).

Conquanto em Hobbes, é notável que a superação do estado de natureza se dava por meio da adesão de um contrato para pôr fim ao caos predominante no estado de natureza, usurpando a liberdade, igualdade e os bens, pois tudo passaria a pertencer ao Estado Absolutista em troca da garantia da paz interna e externa e a vida. Já em Locke, é perceptível o oposto, pois este apresenta a adesão ao contrato social como uma forma de delegar ao Estado a obrigação da proteção e garantia da propriedade, isto é, a vida, liberdade e os bens.

No estado de natureza, o homem vivia à margem de uma sociedade civil ou sociedade política sem direito a defesa por parte de um soberano, por mais que houvesse neste estado a ideia de relativa paz e a partir da adesão ao contrato social, surge então a sociedade civil ou política delegando poderes a uma autoridade que possa garantir não apenas a paz interna e externa, mas também todas as garantias do que este teórico entende como propriedade (liberdade, igualdade e bens), assim como o direito de proteção entre os mais fracos e mais fortes, pois caso não existisse essa proteção, poderia ser usurpado a garantia da liberdade e igualdade entre todos os homens (Ribeiro, 2017).

Para (Locke, 1998), ao buscar a proteção da liberdade, igualdade e bens que já havia no estado de natureza e por medo de perdê-la para outrem, o homem necessitou renunciar a parte de seus direitos naturais por meio de um contrato social para revestir-se do que o teórico chamou de sociedade civil que ocorre quando os homens formam uma comunidade.

Esta por sua vez, objetivava viver de forma tranquila, segura e confortável, onde todos estarão vivendo em harmonia plena uns com os outros e tendo a garantia de usufruto de suas propriedades sem preocupação com aquele do qual dela não faz parte, quando isso acontece, formam uma sociedade ou governo obtendo um único corpo político que terá como soberano a decisão da maioria, como salienta Mello que

É a necessidade de superar esses inconvenientes que, segundo Locke, leva os homens a se unirem e estabelecerem livremente entre si o contrato social, que realiza a passagem do estado de natureza para a sociedade política ou civil. Esta é formada por um corpo único, dotado de legislação, de judicatura e de força concentrada na comunidade. Seu objetivo precípua é a preservação da propriedade e a proteção da comunidade tanto dos perigos internos quanto das invasões estrangeiras (Mello 2001, p. 86).

Partindo das ideias apresentadas por Melillo sobre a formação de uma sociedade ou governo, negritamos outro ponto de suma relevância na teoria lockeana, que o distingue mais uma vez de seu contemporâneo, pois em Hobbes o Estado surge para garantir a paz e a vida, porém para que isso pudesse ocorrer acreditava ser necessário que o Estado suprimisse a (liberdade, igualdade), abrimos um parêntese, pois ao se referir à ideia de propriedade, ou seja, a terra em si, Hobbes defendia que tudo pertenceria ao Leviatã e apenas após a instituição deste que surge a concepção de propriedade, mas centrada nas mãos do soberano, e caberia ao seu governante, isto é, ao monarca ou a assembleia de homens fazer o que bem entender com as terras.

Podendo entregá-las aos súditos, bem como tomá-las quando entendesse conveniente, do mesmo modo que, poderia tomá-la de um e entregá-la a outro, o que para Locke não seria viável, pois para ele, o Estado surgiu para proteger à comunidade da mesma forma que para preservar o direito à propriedade, ou seja, o súdito poderia fazer o usufruto da terra como bem entendesse, uma vez que era uma prerrogativa do estado de natureza, ou seja, a propriedade era vista por ele como algo natural e que o estado não teria o direito de usurpá-la.

Dessa maneira (Locke,1998), compreende que o direito inviolável à propriedade surge a partir da concepção de que Deus criador de todas as coisas ao dá a terra aos homens, todos terão direito a tudo para garantia de sua subsistência, refutando o pressuposto de que apenas os descendentes ou sucessores de Adão teriam direito de usufruto da terra e fazendo dê-la sua propriedade exclusiva, ou seja, o teórico defende que Deus deu tudo em comum à humanidade.

Nesse sentido, Locke argumenta que o próprio corpo é uma propriedade exclusiva e inviolável de cada homem, do mesmo modo que toda natureza modificada pela força de seu trabalho, isto é, modificado pelo uso de suas mãos torna-se propriedade de cada homem excluindo assim o direito comum que qualquer outro teria sobre tal propriedade.

Para melhor exemplificar tal situação, Locke descreve alguns exemplos, dentre eles, destacaremos dois, o primeiro pode-se compreender da seguinte forma, tudo que está sobre a terra pertence aos homens de igual forma, há várias plantações de maçãs, todas as frutas pertencem a todos de mesmo modo, todavia a partir do momento que um homem recolhe essa fruta da natureza, ela deixa de pertencer a todos e passará a ser propriedade exclusiva de quem a colheu, pois parte do princípio que houve uma mudança na natureza por parte de quem a colheu, ou seja, foi lançada mão da força física para colher uma determinada quantidade de alimentos reservando-a para seu usufruto.

O segundo exemplo, refere-se ao uso da terra em si, pois para o teórico, a terra assim como os frutos pertencem a todos, porém a partir do trabalhado investido na terra para ela ficar disponível para plantação, que envolve desde a limpeza do terreno, o arado, o plantio, até chegar à colheita, isso fará com que essa terra deixe de pertencer ao direito que todos os homens tem em comum a tudo, passando a pertencer apenas aquele a quem modificou a natureza, pois houve uma agregação de força de trabalho por um homem específico.

Diante do mencionado, Locke faz uma alerta, não é porque a partir da modificação da natureza pelo trabalho empregado pelo homem que poderá fazer usufruto a todos os recursos naturais, uma vez que, cada homem precisa apenas de uma certa porção de terra para que possa produzir seu sustento, assim, enfatiza que em relação aos frutos da terra, que cada homem pudesse colher apenas a quantidade que não viesse estragar.

Dadas essas condições, só poderia ser considerado sua propriedade o terreno de tamanho proporcional a capacidade de cuidar para produção de alimentos e a criação de animais, do contrário, estaria ferindo um princípio natural e sujeito a punição, pois poderia estar causando injurias aos demais homens, tirando o direito garantido por natureza tanto em colher, quanto em cultivar à terra que seria o direito comum a todos.

Ainda de acordo com (Locke, 1998), ao escrever os Dois Tratados do Governo Civil, caracteriza o estado de natureza o qual descreve nesta obra, comparando-o com as comunidades primitivas existentes na América de seu tempo, pois no princípio, tudo era de todos, tendo como medida da propriedade apenas a capacidade de cada homem trabalhar coletando os frutos, bem como modificando a terra com sua força de trabalho.

Isso posto, Ribeiro (2017, p.18), corrobora que “[...]Locke não apenas baliza sua teoria contratualista na propriedade, mas também é extremamente inovador para sua época no que se refere à definição e a formação da propriedade”. E essa propriedade é modificada segundo Mello a partir do surgimento de troca de coisas mais consistentes por alimentos que são perecíveis, mudando de forma profunda o entendimento sobre a propriedade

Depois, o aparecimento do dinheiro alterou essa situação, possibilitando a troca de coisas úteis, mas perecíveis, por algo duradouro (ouro e prata), convencionalmente aceito pelos homens. Com o dinheiro surgiu o comércio e também uma nova forma de aquisição da propriedade, que, além do trabalho, poderia ser adquirida pela compra (Mello, 2001, p. 86).

À vista disso, com a instituição do dinheiro, foi possível que os homens realizassem trocas entre si, de modo que pudessem guardar de alguma forma um certo valor agregado, referente a uma espécie de produção excedente podendo ser trocado por ouro ou prata, sem a preocupação de perda dessa produção, isso levando em consideração o consentimento mútuo

entre os homens a despeito do valor de troca atribuído ao dinheiro, pois (Locke, 1998) enfatiza que tanto o ouro quanto a prata apresentam pouco valor ou utilidade à vida humana, isso levando em consideração vestimentas, alimentos e transportes que são coisas essenciais para nossa manutenção.

Em contrapartida, deixa claro que o surgimento do dinheiro possibilitou concentração de riquezas de forma desordenadas fora do consentimento da comunidade, ou seja, fora do pacto social. Em decorrência disso (Ribeiro, 2017, p.18) Compreende que “o trabalho na teoria lockeana era o fundamento originário da propriedade, e daí surge a causa do pacto social e a obrigação do Estado em protegê-la.” E tudo isso, só seria possível por meio da adesão artificial ao contrato social, onde os homens deixariam o estado de natureza, passando à uma comunidade, formando então uma sociedade civil ou sociedade política.

É valoroso salientarmos que segundo (Mello, 2001), podemos perceber nitidamente que a adesão ao contrato social em Locke difere do contrato assinado no Leviatã de Hobbes, uma vez que, para o primeiro, o contrato social é assinado pelo desejo da comunidade, isto é, houve consentimento para que o Estado ascendente pudesse resguardar de todas as formas e com toda suas forças os direitos que já estava preconizados no estado de natureza, (vida, liberdade e bens), pois somente assim, todos os direitos naturais e inalienáveis estariam indubitáveis pela força que estava sendo consolidada na sociedade civil, sendo completamente assegurados pelas leis criadas pelo corpo político e unitário.

Conquanto o segundo, ou seja, a concepção hobbesiana apresentava um contrato cujo defendia à adesão de forma voluntária trocando à liberdade pela garantia de suas vidas e a paz, não levando em consideração a defesa da propriedade como defendido em Locke, estando assim, todos os súditos de mãos amarradas e completamente submissos perante o monarca ou assembleia de homens de maneira que todos estivessem sob a administração e as leis impostas por aquele que ocupava o poder supremo no Leviatã.

Assim sendo, “para Jonh Locke a sociedade política é fruto da racionalidade e do consentimento do povo, ou seja, o poder atribuído ao governante só é legítimo se tiver a concordância do povo” (Ribeiro, 2017, p. 15). Todavia negritamos que assim como defendido no Leviatã, uma vez aceito todas as condições impostas pelo contrato social, na concepção lockeana pode-se perceber uma certa semelhança, pois [...] é por direito impossível que os homens assim procedessem, pois, tendo nascidos todos eles sob um determinado governo, a ele devem submeter-se e não tem liberdade para iniciar outro (Locke, 1998, p. 472).

Ou seja, se estivéssemos falando da nossa constituição, poderíamos compreender isso, como parte do documento considerado como cláusula pétrea, isto é, parte da constituição que não pode de modo algum ser alterado/violado, pois poderia trazer prejuízo aos direitos garantidos à população e ao próprio documento que rege a forma de estado à qual estamos imersos.

Nesta perspectiva, Locke acreditava que o poder estava nas mãos da comunidade, partindo da ideia de que o contrato social os garante tal poder, desde o momento de sua adesão, pois para ele “[...] os homens possuem liberdade e devem exercê-la, exercendo controle sobre o governo, fiscalizando as atividades dos governantes.

O Estado civil seria baseado no princípio da maioria (Nunes e Rolim, 2023, p. 594). E para que isso pudesse acontecer, os homens deviam escolher um dos tipos de forma de governo sugerido pelo teórico para que pudessem elaborar às leis de acordo com o consentimento da sociedade por funcionários eleitos por um determinado tempo, como por exemplo, democracia que pressupõe a ideia que o poder estar nas mãos do povo.

Ou ainda, uma oligarquia, no qual o poder restringe nas mãos de poucos homens/governo dos melhores, ou de uma monarquia, no qual o poder estar centrado nas mãos de apenas um, quando além do monarca o poder ficar nas mãos de seus herdeiros, tem-se uma monarquia hereditária, ou ainda, uma monarquia eletiva, ou seja, ao findar a vida do monarca, o poder retorna às mãos dos súditos, tudo isso, desde que uma das formas de governo sejam escolhidos pelo princípio da maioria (Locke, 1998).

Com base no exposto, é notável que a sociedade poderá ser governada por um, por poucos ou muitos, mas Locke defende que deve haver três tipos de poderes em uma forma de governo, são eles, o legislativo, executivo e federativo. Dos três, defende que o mais importante é o poder legislativo, pois este em relação aos demais apresenta uma superioridade, sendo consagrado pelo teórico de poder supremo (Mello, 2001).

Portanto aos demais ficam completamente subordinados ao primeiro, pois o primeiro tem o objetivo de elaborar às leis que conduzirão as ações sobre a comunidade de modo que assegure a propriedade (liberdade, igualdade e bens) ficando este poder concentrado nas mãos de pessoas escolhidas pelo povo para formar uma assembleia e legislarem, enquanto o executivo terá a função de aplicar às leis criadas pelo legislativo, uma vez que, este não estará ativo diariamente, cabendo ao executivo funcionar de forma perpétua para aplicar as leis vigentes à comunidade.

Logo o executivo é confiado ao príncipe, bem como o poder federativo, responsável para atender as demandas externas no tocante ao poder de guerra, garantia da paz, ou seja, seria o poder exercido como prerrogativa de chefe de estado. Lembrando que como o legislativo é considerado como supremo, os demais poderes são completamente subordinados a ele, sendo o legislativo formado por uma assembleia de homens escolhidos pelo voto da maior parte da comunidade, tendo essa decisão como majoritária (Locke, 1998).

Todavia, enquanto no *Leviatã*, o poder estatal exercido pelo monarca ou a assembleia de homens, só poderia ser dissolvido caso o governante deixasse de cumprir o pacto social no tocante a garantia da paz interna e externa que poderia ter como consequência a perda da paz e até mesmo a vida, em Locke, a única possibilidade de o contrato social ser desfeito seria no que concerne a falha em relação a proteção da propriedade privada (liberdade, igualdade e bens), pelo governo, seja ele o legislativo ou executivo, provocando assim o retorno ao caos, portanto ao estado de natureza, tendo o governo lutando contra a comunidade de forma arbitrária para se perpetuar no poder.

Desta maneira o governo passaria a ser caracterizado como tirano que seria o “exercício do poder além do direito, a quem ninguém pode ter direito” (Locke, 1998, p. 561). Restando a comunidade apenas o direito de resistência que segundo (Mello, 2001), é quando a comunidade não tem uma alternativa para pedir socorro além de Deus, em decorrência disso, fazem uso da força em situações em que um governo se mostra tirano ou até mesmo quando estão passando por uma invasão externa, ou seja, em um contexto de guerra contra outras nações.

Com tudo, Locke buscou legitimar a Revolução Gloriosa que se deu entre (a igreja católica, a igreja protestante e o parlamento) que findou em 1689 por meio de sua principal obra consagrada de os *Dois Tratados sobre o governo*, defendendo a doutrina do direito de resistência, bem como o direito inviolável que em sua concepção existe sobre a propriedade privada desde o estado de natureza, cujo para este teórico, já havia consagrado neste estado o direito à liberdade, igualdade e bens.

Fortalecendo assim, os pilares da monarquia parlamentar protestante inglesa e tornando-se um dos percussores no tocante à teoria valor-trabalho ao relacionar o uso da moeda e a concentração desigual da riqueza, como argumenta (Ribeiro, 2017). Por esse motivo, foi consagrado pela Filosofia Política como o pai do individualismo liberal ou liberalismo. Locke foi, portanto, um dos clássicos mais célebre da Filosofia Política, influenciando diversos outros filósofos do mesmo modo, outras revoluções.

4.3 As contribuições de Jean Jacques Rousseau para a formação do Estado

Finalizando os teóricos clássicos da Filosofia Política, nos atentaremos às contribuições de Jean Jacques Rousseau⁷, este sem dúvida, foi o mais expressivo entre os três, que com certeza revolucionou o entendimento sobre a natureza humana bem como, a organização política, ou seja, como temos refletido até o momento, o modo que o homem deixa o estado de natureza, assina o contrato social e posteriormente passa a constituir à sociedade civil ou política, obtendo como resultado, a formação do Estado.

Dessa maneira, modificou todo pensamento de sua época, do mesmo modo que da atualidade sobre a organização política que há sobre o Estado, portanto foi consagrado como um grande influenciador da democracia representativa, cujo poder emana do povo, caracterizando este povo como ser soberano, isto é, acreditando que todo poder de mudança na estrutura estatal está concentrado nas mãos dos moradores da comunidade e não do governante.

Dentre suas principais obras destacam-se duas, Discurso sobre a origem das desigualdades sociais datado do ano de (1755) e Do contrato Social: princípios do direito político datado do ano de (1762), das quais nos servirá de embasamento para construção desta seção.

Abrimos esta seção fazendo uma ressalva, uma analogia entre Rousseau e Hobbes, pois um ponto em comum entre eles é o fato de que ambos desenvolveram suas principais obras das quais já foram citadas, partindo de ideias hipotéticas para justificar a natureza humana e sua organização política, todavia é o que os diferem de Locke, uma vez que este construiu a obra. Os Dois tratados sobre o governo civil de ideias mais próximo da realidade como citado no próprio livro ao mencionar as sociedades primitivas que eram possíveis ser encontradas sobretudo na América do Norte de seu tempo.

Como vimos, Hobbes desenvolve seus argumentos no Leviatã que o homem é mal por natureza, enquanto Locke descreve que a origem do homem não é boa e nem ruim, mas a partir de suas experiências tenderá ao bem ou ao mal, por meio de sua vivência em sociedade com o

⁷ Rousseau nasceu na cidade de Genebra – Suíça, na primeira metade do século XVIII, em 02 de julho de 1712, e veio a falecer na segunda metade do mesmo século, no ano de 1778. Diferente de seus antecessores, não teve uma vida muito confortável, pois perdeu a mãe ainda muito cedo, ficando sob a responsabilidade de seu pai que era relojoeiro, portanto não fazia parte da vida burguesa, mas herdou de sua mãe uma biblioteca com um acervo grandioso que com toda certeza veio a influenciar à leitura e a escrita potencializando-o futuramente a transformar-se em um grande filósofo. Detinha grandes habilidades, como a música por exemplo, da qual tornou-se compositor, tendo iniciado sua vida profissional como copista de música, todavia foi com seus escritos filosóficos que ganhou notoriedade, desenvolvendo suas altas competências discorrendo sobre a natureza humana, defensor da liberdade e igualdade como direitos garantidos por natureza.

advento da propriedade privada, que segundo ele gerará desigualdades, assim temos Rousseau que afasta-se um pouco da ideia de seus antecessores, argumenta que o homem no estado de natureza é bom, mas há um problema à vista, isto é, a concepção que o homem cria a respeito da propriedade privada.

Para (Rousseau, 1999) no estado de natureza o homem vivia na mais perfeita harmonia com a natureza e os animais, fazendo uso apenas daquilo que precisava para sua subsistência, não havendo destruição da natureza pelos homens e esta, por sua vez, oferecia segurança e refúgio para todos os animais de qualquer espécie. O homem detinha o diferencial e por não ter nenhum instinto, poderia fazer uso do de todos os animais, pois enquanto cada animal gozava apenas de um, o homem os observava e poderia acumular o máximo possível

Já em relação a alimentação havia muito e em abundância, enquanto os animais buscavam alimentar-se de alguns, o homem poderia alimentar-se de quase todos os alimentos

No que se refere as variações climáticas, eram acostumados desde crianças, defendiam-se nus e sem armas dos perigos oferecidos pela natureza, como por exemplo, de animais ferozes, pois com o passar do tempo os homens tornaram-se robustos e seus descendentes herdaram o que seus pais tinham de melhor em sua genética e ao desenvolver mais ainda essas habilidades com o tempo, se muniram de toda energia que a espécie humana necessitava para suportar as intempéries da vida.

Assim, neste estado, o homem temeria apenas aos animais ferozes, do mesmo modo que, as enfermidades naturais, isto é para este teórico, a infância, a velhice e as enfermidade de modo geral, sendo a primeira servindo para todos os animais, seja racional ou não, e a segunda restrita apenas para aqueles que vivem em sociedade, ou seja, para os seres humanos. Assim sendo, no estado defendido aqui, o homem não estava exposto a muitos males, perigos, não precisava de muita coisa que se faz necessário para que o homem possa sobreviver em sociedade, como por exemplo, o acompanhamento médico, pois todo processo acontecia de forma natural.

Diante do supracitado (Nunes e Rolim, 2023), corrobora que ao desenvolver a teoria de como o homem vivia no estado de natureza, o homem é visto por Rousseau como o bom selvagem, não que este homem fosse caracterizado como um animal feroz, violento, mas que ele vivia de forma tranquila por natureza e tem em sua essência humana a bondade, ou seja, tem-se um homem dotado de virtude desde seu nascimento, todavia tudo isso muda.

Ainda de acordo com (Rousseau,1999), com o passar dos séculos e com o avanço de muito progresso, fica evidente que as coisas começam a se alterar para a vida do bom selvagem

a partir da descoberta do cultivo da terra por meio da agricultura, do mesmo modo que o surgimento do uso do ferro que passou a ajudar a lavar a terra.

Enquanto que para (Locke,1998) essas alterações no estado de natureza haviam sido provocadas pelo uso da prata e do ouro, para este teórico foi por esse processo que o homem passou a perder a sua identidade natural tornando-se um ser corruptível devido a acumulação de bens, fruto da força de seu trabalho aplicado sobre a terra, levando em consideração o direito natural do mais forte sobre o mais fraco, isto é, nesta situação aquele que dotado de mais habilidades usufruiria de mais, do contrário, ficaria limitado a uma propriedade menor, ou até mesmo, ficando sem tal propriedade.

Isto posto, para Rousseau o homem é bom por natureza, mas sua entrada na sociedade o fará perder suas características inatas, como por exemplo, sua honestidade, sua conduta e principalmente sua moral, sofrendo alterações que o fará tender ao que o homem tem de mais perverso dentro de si, deixando-se ser completamente consumido pelo mal que habita no mais íntimo de seu ser, (Ribeiro, 2017). Neste sentido, é importante explicitar um dos principais pensamentos deste teórico que corrobora para o desenvolvimento da teoria da propriedade privada do mesmo modo que as possíveis origens das desigualdades sociais existentes nas sociedades, pois

O primeiro que, tendo cercado um terreno, atreveu-se dizer: isto é, meu, e encontrou pessoas simples o suficiente para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, quantas misérias e horrores não teria sido poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, houvesse gritado aos seus semelhantes: “evitai ouvir esse impostor. Estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não é de ninguém!” Porém, ao que tudo indica, então as coisas já haviam chegado ao ponto de não mais poder permanecer como eram, pois essa ideia de propriedade, dependente de muitas ideias anteriores que só puderam nascer sucessivamente, não se formou de uma só vez no espírito humano (Rousseau, 1999, p. 203).

Partindo desse pressuposto, Rousseau nos chama atenção para o quanto poderia ter sido diferente caso o entendimento de liberdade e igualdade houvesse sido respeitado pela coletividade da mesma forma que no estado de natureza, ou seja, quantas barbáries teria sido evitado, caso houvesse alguém o suficientemente instruído a discordar daquele que defendeu o levante da cerca, porque não aceitando, entenderiam que tudo pertencia a todos, de modo que todos deveriam usufruir tanto da terra quanto dos frutos oferecidos por ela.

Assim, ao esquecerem desse princípio, tudo muda, e os indivíduos por falta de conhecimento ou até mesmo por se considerarem mais fracos no que se refere a força física, internalizaram e buscaram reproduzir o que foi realizado por outrem, nascendo então a propriedade que ocasionou possivelmente diversos conflitos entre as famílias. Para tanto, ao

deixar muitas das características das quais o homem vivia anteriormente no estado de natureza, como por exemplo, recolher-se a cavernas, adormecer embaixo das árvores etc., Rousseau considera que assim o homem vivenciou uma espécie de primeira revolução.

E como é sabido, as revoluções trazem consigo grandes mudanças, sejam elas boas ou ruins e aqui não foi diferente, valendo frisar mais uma vez que o estopim dessas mudanças foram ocasionadas em (Locke, 1998), pelo uso do dinheiro que era feito do ouro e da prata que possibilitava ao homem acumular mais que o necessário para sobreviver e em (Rousseau, 1999) foi ocasionada principalmente pelo uso do ferro e do trigo, porém isso fez com que eles perdessem sua gênese, isto é, a sua bondade, honestidade, piedade e a moral, devido a acumulação de bens.

Com o advento da propriedade, as relações entre os homens mudaram completamente, pois ao integrarem a sociedade civil, por meio da adesão a propriedade, o homem deixa a bondade que há em sua essência e passa a viver um estado de constante ambição em multiplicar seus bens de modo que possam sempre está acima dos outros, mesmo que para isso seja necessário prejudicar-se uns aos outros possibilitando a perpetuação da maldade humana, nos fazendo lembrar a frase “o homem é o lobo do homem”, de (Hobbes, 2000), que a usou ao descrever o homem no estado de natureza.

Ou seja, podemos perceber que enquanto no estado de natureza em Rousseau o homem vivia em plena bondade, em Hobbes o homem vivia no caos, já o que faz o homem mergulhar no caos em Rousseau é a entrada do homem na sociedade civil ao passo de adquirir a propriedade privada e gerar concentração de riquezas de forma desigual entre eles. Como é possível evidenciar

As coisas nesse estado poderiam ter permanecido iguais se os talentos fossem iguais e se, por exemplo, o emprego do ferro e o consumo de alimentos estivessem sempre em perfeito equilíbrio. Porém à proporção que nada mantinha logo foi rompida; o mais forte realizava obras; o mais esperto tirava melhor partido da sua; o mais engenhoso encontrava meios de abreviar o trabalho; o lavrador tinha mais necessidade do ferro, ou o ferreiro mais necessidade do trigo e, trabalhando igualmente, um ganhava muito enquanto o outro labutava para viver. É assim que a desigualdade natural se desdobra insensivelmente com a desigualdade de combinação, e as diferenças dos homens, desenvolvidas pelas circunstâncias, ficam mais sensíveis, mais permanentes em seus efeitos, e começam a influir na mesma proporção sobre a sorte dos particulares (Rousseau, 1999, p. 216).

Mediante o supracitado, a sociedade e as leis em Rousseau é fruto da busca da resolução do conflito instalado devido à má distribuição de riquezas entre os homens, o que ocasionou disputas entre aqueles que detinham mais e aqueles que detinham menos ou até mesmo nada, ocasionando certamente o processo de servidão e miséria, o que pôde ter enriquecido ainda

mais aqueles que mais bens possuíam. Nesse processo, surge também o constante estado de guerra entre ricos e pobres, o que para os mais afortunados acabava sendo algo desvantajoso devido ao fato de eles custearem as despesas dos conflitos, além de poderem perder tanto os bens como a própria vida.

Portanto, os ricos em busca de solucionar o problema, propuseram a criação do contrato e este preconizava que,

[...] “unamo-nos”, disse-lhes, “para resguardar os fracos da opressão, conter os ambiciosos e assegurar a cada qual a posse do que lhe pertence. Instituíamos regulamentos de justiça e de paz aos quais todos sejam obrigados a adequar-se, que não abram exceção a ninguém e reparem de certo modo os caprichos e fortunas, submetendo igualmente o poderoso e o fraco a deveres mútuos (Rousseau, 1999, p. 221).

Dessa forma, os associados seriam governados e protegidos por leis supremas, das quais todos deveriam ser submissos. Assim sendo, Para Rousseau, esse discurso foi o suficiente para de certa forma ludibriar as pessoas mais simples que de fato veio acreditar que poderiam voltar a viver livres e iguais como outrora, pois devido à falta de conhecimento necessário, não percebiam os perigos que estavam por vir, e caso pudesse haver algum beneficiado pelas leis supremas, seriam sem dúvidas aqueles os quais propuseram o estabelecimento político, ou seja, os mais afortunados.

Desse modo, surge a primeira ideia de sociedade, consagrando a lei da propriedade, extinguindo a liberdade que havia no estado de natureza, conseqüentemente beneficiando ainda mais os ricos e prejudicando na mesma proporção ou até mais, os pobres, tendo como resultado a seguinte equação (ricos x pobres = desigualdades sociais).

Na contramão do que evidenciamos até aqui, veremos a partir da obra *Do Contrato Social* deste teórico uma possível superação do primeiro pacto feito por meio de leis injustas que buscavam contemplar apenas os interesses dos mais ricos. Neste sentido, Rousseau propõe por meio da adesão a um novo pacto social legítimo e justo do qual constituirá uma nova sociedade que buscará superar a perda da liberdade natural trocando-a pela instituição de um novo pacto que garantirá a liberdade civil, (Nascimento, 2001).

Sendo assim, percebe-se que enquanto em (Hobbes, 2000), o Estado surge por meio do contrato social limitando a liberdade natural concentrando-a nas mãos do soberano, tendo os súditos como garantia a paz e a vida, em (Locke, 1998), o Estado surge por meio do contrato social para garantir a vida, a liberdade e a propriedade privada por meio de leis justas, Já em (Rousseau, 1999), o Estado surge para garantir por meio da adesão ao contrato social a

igualdade entre os homens por meio da vontade geral, isto é, o povo, pois para Rousseau a decisão popular é reconhecida como soberana e não os desejos dos governantes.

Para tanto, para Rousseau o “Estado está para diminuir as desigualdades entre os homens e promover a manutenção da liberdade que já existe no estado de natureza”. (Ribeiro, 2017, p.19). Diante do exposto, em busca de reduzir as desigualdades sociais, Rousseau apresenta o novo contrato social formulado de forma racional com a seguinte cláusula:

Essas cláusulas, naturalmente, resumem-se todas a uma única, ou seja: a alienação total de cada parceiro com todos os seus direitos para toda a comunidade. Pois, em primeiro lugar, como cada parceiro dá tudo de si, a condição é igual para todos, ninguém tem qualquer interesse em torná-la onerosa para os outros (Rousseau, 2023, p.17).

Nesse novo modelo de pacto social proposto pelo teórico, todos serão vistos de igual para igual de modo que ninguém sairá prejudicado, pois todos os homens participantes abriram mão de todos os seus direitos em favor da comunidade e da mesma forma que perdem, também ganham fortalecendo ainda mais o que já possuía, não havendo entre eles ninguém maior ou menor, constituindo assim a vontade geral, desta maneira “estariam dadas todas as condições para a realização da liberdade civil, pois o povo soberano, sendo ao mesmo tempo parte ativa e passiva, isto é, agente de elaboração das leis e aquele que obedece a essas mesmas leis, tem todas as condições para agir por si mesmo” (Nascimento, 2001, p.196).

Neste sentido, passa a se configurar uma nova associação por parte daqueles que aderiram ao pacto social tendo como resultado o que este teórico chamou de órgão moral e coletivo por levar em consideração a vontade não das partes, mas do todo, sendo cada parte desse todo representada por uma assembleia cujo as decisões são tomadas por meio do voto individual de cada cidadão. À vista disso, da união gerada pela representatividade coletiva nasce a pessoa pública, anteriormente reconhecida por nome de cidade e posteriormente de República ou corpo político.

No que se refere aos moradores da comunidade, eles o reconhecem de Estado ou Soberano, podendo ser passivo ou ativo, portanto, Rousseau entende enquanto ser passivo, quando ele é chamado de Estado e Soberano quando ele é chamado de ativo, ao que se refere aos moradores dessa comunidade ao estarem representando a coletividade, são reconhecidos como povo, e cada homem representa um cidadão, porque constituem a autoridade soberana e como são eles mesmos que procuram organizar o sistema de leis do qual estarão submissos, portanto nesta situação, serão chamados de súditos, (Rousseau, 2023).

Desta forma, esta modalidade de Estado proposto pelo teórico, garantirá a liberdade civil, “[...] pois o povo soberano, sendo ao mesmo tempo parte ativa e passiva, isto é, agente do

processo de elaboração das leis e aquele que obedece a essas mesmas leis, tem todas as condições para se constituir como um ser autônomo, agindo por si mesmo”, (Nascimento, 2001, p.196), negando completamente qualquer possibilidade de escravidão, esta por sua vez não faz parte do Estado proposto por Rousseau.

Porque para este, todos “os filhos nascem livres; sua liberdade lhes pertence, e ninguém tem o direito de dispor dela a não ser eles mesmos” (Rousseau, 2023,p.13), e caso algum homem se submetesse a esse status, ele estaria completamente fora de si, desprovido da razão e conseqüentemente negando a sua essência de homem, pois para o teórico todos os homens são livres por natureza e sua liberdade é inalienável, isto é, não há possibilidade de venda como se fosse uma mercadoria.

Outro ponto que é importante destacar em Rousseau, é como o poder do Estado está centralizado nas mãos do soberano, independente da forma de governo o qual o país esteja subordinado, ou seja, monarquia, aristocracia ou democracia. Ressaltando ainda que este teórico, em relação as três formas de governo citadas, acredita que dependendo da realidade de cada país, é possível a instauração de uma democracia direta, isto é, o poder estaria centrado nas mãos da população sem necessidade de representantes como acontece no sistema de governo, como no caso do Brasil por exemplo.

Pois na sociedade brasileira há instaurado a democracia representativa, que expressa o desejo de seus cidadãos pelas mãos de deputados, senadores e presidente da república, pois defende que o poder que emana do povo é inalienável, cabendo ao Estado ser administrado por um corpo administrativo, chamado por ele de governo, este sendo compreendido como

Um órgão limitado pelo poder do povo e não como um corpo autônomo ou então soberano. Se a administração é um órgão importante para o bom funcionamento da máquina política, qualquer forma de governo que se venha adotar terá que se submeter-se ao poder soberano do povo (Nascimento, 2001, p. 196).

Neste sentido, o que é visível nas sociedades contemporâneas ou nas sociedades ditas modernas é que, há uma distorção de valores em relação ao pensamento deste teórico a respeito do corpo administrativo que possui de forma legal todas as ferramentas para administrar o Estado, pois desrespeitam a força que compete ao soberano, ou seja, as pessoas que compõem a comunidade.

Para melhor exemplificar essa situação, não precisa darmos exemplos de realidades de outros países, basta olharmos a situação do Estado brasileiro, o qual é perceptível de forma muito clara em relação àqueles que compõem a administração estatal, pois governam de modo que enriquecem uma pequena parte da população, ou seja, aqueles que estão mais próximos de

suas bases aliadas, ou melhor dizendo, os grandes empresários.

Isso ocorre devido a troca de apoio durante as campanhas eleitorais, enquanto a população que compõem o poder popular, isto é, o soberano defendido por este teórico, acabam padecendo e custeando por meio de seus impostos supersalários e regalias aos agentes políticos, talvez por esse motivo, “Rousseau não admite a representação ao nível de soberania”, em outras palavras, o poder popular é inalienável. “Uma vontade não se representa” (Nascimento, 2001, p.197-198).

Dessa maneira, o soberano torna-se submisso, e os agentes políticos que deveriam estar a serviço do soberano na função de funcionários, assumem a função e padrões, tornando-se seus opressores. Isto posto, Rousseau argumenta que em casos que há uma inversão de poderes entre governo e soberano, ou seja, quando o governo ocupa o lugar do povo se caracterizando como transgressor, o povo teria toda liberdade de romper com tal desgoverno, pois a força do soberano é legítima, delegando-o a derrubá-lo quando este não os representa, Ribeiro (2017).

Enfim, Rousseau tornou-se entre os três contratualistas jusnaturalistas o mais contemporâneo, pois suas ideias foram marcantes para seu tempo, bem como para o nosso, no que se refere aos estudos sobre a origem do Estado, sendo estudado em diversas áreas do conhecimento que contemplam a Filosofia Política. De acordo com o pensamento deste teórico, fica claro que o homem no estado de natureza era dotado de virtudes como a bondade, a piedade, a compaixão etc., perdendo todas essas características ao aderirem ao pacto social, nascendo assim, a sociedade civil.

À qual deu origem a propriedade privada, que por sua vez, ocasionou a perda de suas virtudes tornando o homem um ser cruel e egoísta muito semelhante ao homem selvagem defendido por Hobbes no *Leviatã*, gerando todas as mazelas e todo tipo de sofrimento, ocasionado pelas desigualdades sociais ao concentrar as riquezas de forma desigual entre os homens, simplesmente pelo fato de terem passado a viver em sociedade.

Diante de tudo isso, Rousseau teve forte influência em grandes movimentos revolucionários ao defender a liberdade, a igualdade como direitos garantidos por natureza, tendo como ápice da expressão de seu pensamento a Revolução Francesa ocorrida no século XVIII, do mesmo modo que, tornou-se o defensor da democracia, isto é, o “poder concentrado nas mãos do povo”, invertendo de forma muito contundente os poderes que havia entre o governo e os governados, ao menos em teoria.

Do mesmo modo, possibilitou uma nova forma de interpretar a origem das desigualdades sociais compreendendo-a não mais como fruto de um processo natural, mas sim

pelo acúmulo de riquezas por uma pequena parte da população. Portanto, as ideias defendidas por ele, o colocou como o teórico que melhor influenciou o pensamento político ao instituir o poder popular como soberano, da mesma maneira que se tornou um ícone quando a temática é a defesa da liberdade e igualdade entre os homens.

4.4 O Estado Moderno

Como vimos, o Estado Moderno é fruto das transformações que vem ocorrendo ao decorrer dos últimos séculos, seja do ponto de vista social, econômico e/ou político, devido ao processo de transição entre a Idade Média, Idade Moderna, advento da Idade contemporânea e sua profunda relação com o modo de produção capitalista iniciada com a queda do feudalismo em meados do século XV.

A partir da década de 30 do século XX surgiram as ideias neoliberais, que buscaram desconstruir o keynesianismo devido sua defesa pela intervenção estatal na área econômica, o que já se propagava em países capitalistas do Ocidente. Porém, foi no pós-Segunda Guerra que o movimento neoliberal acendeu de vez, sobretudo nos anos de 1970-1980 influenciando fortemente a estrutura estatal em uma escala global, sendo marcado pelas privatizações, enfraquecimento sindical, precarização das relações de trabalho e expansão desordenada do capital.

O keynesianismo ou as políticas econômicas keynesianas foi uma espécie de antídoto ou preventivo desenvolvido pelo economista e filósofo britânico John Maynard Keynes que visava conter o caos econômico provocado pela crise de 1929, ocasionada pela queda da Bolsa de Valores de Nova York. No pós-Grande Guerra, os Estados Unidos diferentemente da Europa, já eram considerados uma grande economia mundial, devido à forte indústria que se desenvolvera em seu território no contexto entre guerras, os tornando os maiores exportadores daquela década de bens industrializados (Rocha,2013).

Ao buscarem incessantemente o destaque como uma grande potência na economia mundial “nesta década de prosperidade, tanto quanto o desempenho da economia norte-americana, tornou-se notória a vontade do americano comum de enriquecer com o menor esforço, e o melhor lugar para isso era investir no mercado de ações” (Rocha, 2013, p.16).

Assim com a produção industrial em alta e o consumo em baixa, logo em seguida os americanos são surpreendidos com o declínio da produção o que veio ocasionar a queda da

Bolsa de Valores instalando-se não apenas na América do Norte, mas em outros países capitalistas ocidentais, uma intensa crise econômica.

A crise em evidência, ficou conhecida como “A Grande Depressão de 1929”, o que respingou em vários países, até mesmo no Brasil, uma vez que nossa economia não muito diferente dos dias atuais, era voltada para exportações de Commodities agrícolas, de modo mais específico, exportava-se café para o Norte da América, o que ocasionou um prejuízo enorme à economia brasileira. Em virtude deste contexto nacional e internacional que assolava a economia em uma escala global, as ideias keynesianas ficaram reconhecidas a partir do livro intitulado a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.

Nesta obra, o supracitado teórico, defendia a capitalização estatal, divergindo das ideias liberais clássicas de Adam Smit, pois para este, o Estado não deveria intervir na área econômica, mas possibilitar o livre mercado, porque em sua perspectiva econômica, o governo torna-se fraco quando o Estado funciona como intervencionista. Para Smit, o Estado deve permitir que o próprio mercado dite as regras do jogo econômicas o que ao ver de economistas como Keynes esse modelo, naquele momento estava se exaurindo (Guimarães, 2020).

O Estado segundo as ideias keynesianas não seria para usurpar os meios de produção e/ou a propriedade privada pertencente a cada indivíduo como defendido no liberalismo clássico, mas um Estado que pudesse trabalhar fortalecendo as estruturas econômicas da iniciativa privada. Dessa maneira ao cooperar com a iniciativa privada daria todas as possibilidades de garantir as condições de desenvolvimento do Estado de bem-estar social. É importante ressaltar que essas políticas se deram com mais intensidade no contexto europeu, mas tanto na América quanto na Europa evidencia-se o a criação de novos empregos, do mesmo modo que fortaleceu a expansão sindical e os direitos previdenciários (Matos, 2008).

Assim sendo, o Estado interventor keynesianista surgia não para sufocar os empresários, mas para proporcionar condições materiais para que os governos não permitissem o declínio dos setores econômicos de seus respectivos Estados no qual a iniciativa privada não apresentasse condições de investimento financeiro (Guimarães, 2020).

O Estado interventor por meio das políticas econômicas keynesianas passou atuar em diversas áreas da sociedade, tendo como “laboratório”, os Estados Unidos da América, na gestão do então presidente Franklin Delano Roosevelt, por meio de seu programa econômico estatal *NEW DEAL* (Novo Acordo). Este buscou conter os efeitos negativos provocado pela Crise de 1929 o que permitiu a recuperação econômica americana lentamente, reorganizando as relações da produção, do trabalho, melhorando assim a qualidade de vida das pessoas ao

proporcionar o Estado de bem-estar social, os levando a consolidar seu destaque econômico a nível global, por meio das seguintes ações

[...] Passou a regular os investimentos e a demanda, assumiu o controle do mercado nacional e a prestação de diversos serviços, subordinando todas as articulações produtivas e reprodutivas da sociedade. [...] o Welfare State constituiu-se como uma série de políticas estatais e investimentos governamentais com o fim de cobrir riscos sociais como desemprego, a velhice, a doença etc. Criou-se na estrutura do Estado uma série de serviços com a finalidade de garantir a população em dimensões quase universais, condições adequadas de moradia, saúde, educação, formação profissional. Além do próprio aumento da média salarial nos países de capitalismo avançado, visando transformar a massa operária em massa de consumidores. O salário da fábrica era complementado pelo salário social através desse amplo leque de serviços públicos. Estes serviços, longe de terem carácter assistencial, de forma mais profunda, destinavam-se a ordenar a vida produtiva da sociedade (Rocha, 2013, p.20-21).

Conforme supracitado, Roosevelt interveio fortemente na economia e na qualidade de vida das pessoas, em busca de reconstruir a economia norte americana, reduzir e/ou erradicar a pobreza que assolava seu povo e seu destaque internacional, por meio de fortes investimentos fazendo uso da máquina pública, o que não agradou muito bem aos economistas conservadores e o próprio mercado.

É importante negritar que as políticas sociais, bem como a melhoria da massa salarial, não se deram de forma assistencialista como perceptível à primeira vista, podendo ser facilmente confundido com ações socialistas. Pois ao buscar fomentar a qualidade de vida das pessoas por meio das políticas elencadas acima e ao potencializar a massa salarial, esses trabalhadores (as) que antes eram tidos apenas como trabalhadores (as) assumem uma outra função no modo de produção capitalista, a condição de consumidores e isso passa a fazer toda a diferença.

Neste sentido, quando o trabalhador (a) passa não apenas produzir, mas poder fazer parte da massa consumidora, torna-se necessário que haja mais oferta, para suprir a demanda, e quanto mais demanda, mais saída de mercadorias, e conseqüentemente mais lucro, fortalecendo o capital, fazendo toda uma cadeia produtiva circular e gerar riquezas devido ao excedente de sua produção. Logo no capitalismo, “os detentores dos meios de produção são compradores e vendedores; no caso dos trabalhadores (as), sem nada para vender senão a própria força de trabalho, são vendedores e consumidores” (Guimarães, 2020, p.100).

Isto posto, é importante que as políticas de intervenção na economia por meio do Estado defendidas por Keynes não sejam confundidas com ideias socialistas, uma vez que, nessa perspectiva busca-se fortalecer o trabalho em equipe entre o Estado e os investimentos privados, desse modo, o Estado não visa apossa-se dos meios de produção, mas fomentar o

capital, garantindo assim a segurança econômica das propriedades dos meios de produção, tendo como resultado desses investimentos a busca pelo Estado de bem-estar social e/ou previdenciário (Guimarães, 2020).

Na contramão disso, os socialistas desejam ardentemente tomar posse do Estado por meio da ditadura do proletariado, findando a ideia de classes antagônicas, “[...] a exploração de uma classe sobre a outra, conquista do poder político pelos trabalhadores e abolição da propriedade privada” (Marx e Engels, 2021, p.44). Como notável, as políticas implementadas por Roosevelt, estavam na direção oposta em relação ao que ansiavam os socialistas.

Dessa maneira, percebe-se que o modo de produção capitalista embora tenha uma estrutura sólida, mas sempre que necessário, passa por reestruturação. Assim sendo, no limiar da década de 70 do século XX as políticas econômicas em discussão entraram em declínio, devido a recessão econômica que passou a fazer parte da realidade dos países capitalistas mais avançados, findando os Trinta Gloriosos, havendo redução do crescimento econômico, níveis exorbitantes inflacionários, diminuição na oferta de trabalho, aumento da dívida pública etc.

Este contexto possibilitou o início de uma nova reestruturação do capitalismo ou uma nova fase, que se deu pelas ideologias neoliberais desenvolvidas na Europa ocidental e na América do Norte no pós-II Guerra mundial findando mais um ciclo de crises em meados do século XX, (Matos, 2008). Desse modo as políticas econômicas neoliberais surgiram para pôr fim as ideias de Estado interventor e a promoção do Estado de bem-estar social, sendo propagado por meio do Consenso de Washinton, tornando-se um referencial que mudaria a conjuntura global ao se referir como o Estado deveria ser mais bem organizado e intervir de forma mínima na área econômica, reduzindo assim a dívida pública, sobretudo com os investimentos em políticas sociais,

Sendo assim, o neoliberalismo significou uma nova ordem mundial do capital, teve como objetivo ditar políticas a governantes conservadores, de perfil liberal, com o intuito de fazer as mudanças supostamente necessárias para se modificar o papel do Estado frente à sociedade, sob o argumento de que elas seriam imprescindíveis para a inserção de seus respectivos países no mundo contemporâneo globalizado (Marques, 2016, p .12).

Assim como Keynes é tido como o pai das políticas econômicas keynesianas, para os economistas neoliberais seu principal idealizador foi o austríaco-britânico Friedrich Hayek ao tecer críticas a intervenção estatal e defender a ideia do Estado mínimo por meio da obra *O Caminho da Servidão* de 1944. Pois nesta, argumenta que os Estados interventores coagem a garantia da liberdade individual, tanto na área econômica quanto na área política, o que ao seu

entender poderia danificar ou até mesmo destruir o Estado de direito, do mesmo modo que possibilitaria a criação de governos totalitários (Matos, 2008).

Para (Guimarães, 2020), o neoliberalismo surge para desconstruir o intervencionismo estatal, ao defender que suas ideias se tornavam ruins e sinônimo de retrocesso ao se assemelharem com ideologias socialistas. Nesse caso, a melhor opção era mergulhar mais uma vez nas boas ideias do liberalismo puro, isto é, do liberalismo clássico do século XIX, abandonando por completo o que foi denominado pelos economistas liberais de ideias más, referindo-se à intervenção estatal em diversas áreas da sociedade e a regulamentação do mercado.

À vista disso, as boas ideias estariam embasadas nos ensinamentos dos economistas liberais clássicos. Seriam ideias que defendiam a garantia de aprendizagem e defesa das bases da economia de mercado, isto é, deixar o mercado tomar as decisões econômicas necessárias, enquanto o Estado passaria a cuidar de outras áreas. De modo geral, na perspectiva neoliberal ainda de acordo com Guimarães quase nada estaria sob controle do Estado, nem mesmo os órgãos públicos, buscando sempre se espelhar na gestão das empresas privadas para “otimizarem” a prestação de serviço.

Levando em consideração o exposto, podemos compreender neoliberalismo a partir da sintetização do que seria as diretrizes econômicas das políticas neoliberais, no qual os economistas olhando para última década (70-80) do século XX, viam de forma positiva as mudanças que estavam acontecendo na área econômica deixando o Estado de certa forma no "Estande bay", assim essa ideologia pregava que o Estado deveria se reorganizar aplicando os seguintes princípios

[...] 1) Disciplina fiscal, 2) reorientação das prioridades de gastos públicos para as áreas “denominadas políticas sensíveis” (educação, saúde, infraestrutura), 3) reforma fiscal, 4) liberalização de financiamento visando à determinação das taxas de juros pelo mercado, 5) unificação das taxas de câmbio em nível competitivo, 6) liberação comercial, 7) liberação do investimento externo direto, 8) privatização, 9) desregulamentação do mercado e 10) proteção de direitos de propriedade (Williamson, 1990 *apud* Matos, 2008, p. 207).

Assim sendo, como consideramos os Estados Unidos como o laboratório das políticas intervencionistas keynesianas, tem-se a Inglaterra como uma das grandes referências de implementação das políticas neoliberais elencadas acima na gestão da Primeira ministra Margaret Hilda Thatcher, a Dama de Ferro (1979 -1990). Já nos Estados Unidos foram implementadas na gestão do então Presidente Ronald Reagan (1981 – 1989).

Essas políticas chegaram ao Brasil na década de 90 na gestão do então Presidente Fernando Collor de Mello, este teve uma passagem breve pelo cargo devido ter sofrido impeachment, sua gestão foi um período vivenciado por hiperinflação e confisco da poupança para tentar conter o caos inflacionário (1990-1992). Desse modo, o processo de consolidação do neoliberalismo se deu com as reformas realizadas na máquina pública brasileira pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002) alinhado a bandeira ideológica da esquerda, mas surfava entre ambas as ideologias, inclinando-se mais à direita. Destaca-se em sua gestão, o Plano Real, contenção inflacionária, privatizações e políticas sociais para os mais pobres (Marques, 2016).

Abre-se um parêntese em relação a implementação das políticas em destaque ao governo de Thatcher, devido ter realizado reformas desafiadoras dentro da estrutura estatal o que foi reproduzido por outros países capitalistas como os Estados Unidos e Brasil, por exemplo. Suas reformas foram aplicadas desde a concentração monetária, crescimento das taxas de juros, subsídio de impostos para os lucros dos grandes empresários, ou seja, assim como no Brasil, quem muito tem, quase não paga impostos ou não paga, altas taxas de desemprego, proibição das greves.

Como também a precarização da legislação sindical, o que buscava enfraquecer os movimentos dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, assim como no governo Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) aqui no Brasil, redução e/ou cortes nas políticas públicas sociais, e por fim, o carro chefe das ideologias neoliberais, ou seja, a privatização das empresas públicas com o falso discurso que na gestão pública essas empresas dão mais despesas do que lucro (Matos, 2008). Como tem-se visto o caso da estatal Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - (ETC), conhecida como Correios em nosso país nos dias atuais.

As políticas neoliberais podem ser caracterizadas também pela “[...] formação de intelectuais, organização de instituições internacionais, por exemplo: a OCEDE (Organização de Cooperação e de desenvolvimento Econômico), OMC (Ordem Mundial do Comércio), o FMI entre outros” (Marques, 2016, p.14), ou seja, os organismos financeiros internacionais. Mesmo com todas essas organizações globais em curso que possibilitou determinados períodos de crescimentos econômicos, fruto do movimento neoliberal, não conseguiram evitar novas crises.

No limiar dos anos 90 do século XX, mais uma vez o mundo que estava se globalizando enfrenta uma nova crise, devido ao alto endividamento das empresas públicas e privadas, bem

como das famílias, em virtude de uma profunda recessão econômica. Ou seja, com todo esforço imbuído pelas políticas econômicas financiadas pelos organismos financeiros internacionais e pelo apoio dos Estados Unidos não foram suficientes para pôr fim aos cenários de crises nos países no qual o capitalismo predomina, seja avançado ou em desenvolvimento.

Logo, diante dessa conjuntura, o Estado moderno passa assumir um novo protagonismo ao lado do capital, ou seja, o Estado moderno diante outras funções que passa a ser responsável, assume o compromisso de “ atuar como instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise” (Netto, 2009, p.26), de modo que ele torna-se o Estado do capital nas mãos da burguesia, uma vez que assume a missão de fornecer todas as ferramentas necessárias para manutenção exclusiva da junção das grandes empresas, sejam elas de caráter global ou nacional, constituindo assim o chamado capital monopolista financeiro ou seja, a união de grandes bancos, indústrias e corporações que visam o lucro exacerbado em uma escala global.

Neste sentido, o Estado moderno burguês passa estar a serviço do capital monopolista financeiro, declinando a ideia de que no neoliberalismo o Estado intervém de forma mínima na economia. Na contramão disso, ele “[...] defende sim, o redirecionamento da ação do Estado de forma a garantir a reprodução das relações de produção capitalistas” (Mattos, 2008, p.212). Dessa maneira o Estado passará a fazer intervenções econômicas redirecionando parte ou parte maior de sua força econômica para manutenção dos grandes monopólios capitalistas e reduzindo cada vez mais a criação de políticas que proporcionem o bem-estar social como visto no keynesianismo.

Dessa maneira, o capital monopolista financeiro visa fazer uso do poder econômico, jurídico e político que há na estrutura do Estado para dar todas as condições materiais necessárias para que esses monopólios tenham não apenas lucros, mas superlucros, ao passo que o Estado faz investimentos em áreas sem rentabilidade aos olhos dos monopolistas, ou até mesmo em empresas que estão em crise, ao recuperar essas empresas com uso de recurso público, elas são repassadas para iniciativa privada e em muitos casos ainda recebem por parte do Estado incentivos fiscais o que aumenta ainda mais sua lucratividade (Netto, 2009).

Diante das mudanças que vêm ocorrendo na estrutura do Estado Moderno, torna-se perceptível os danos causados sobretudo aos direitos da classe trabalhadora, pois conforme o capital se apossa da estrutura estatal, este torna-se uma espécie de escritório de defesa dos direitos desses grandes capitalistas ficando nítido a relação intrínseca que há entre capital e o Estado moderno. Explicitando as análises desenvolvidas por István Mészáros ao enfatizar que

existe uma intensa aproximação entre ambos, gerando uma espécie de metabolismo social, no sentido de o Estado oferecer todas as condições necessárias de produção e reprodução do capital, de modo que

A manifestação prática dessa reciprocidade está no fato de que a dimensão política é parte integrante do sistema do capital. Como parte integrante de um sistema em que o capital se ratifica como sua própria estrutura de comando e em correspondência às determinações deste, o Estado moderno, complementa politicamente e reforça a dominação do capital contra as forças antagônicas que poderiam desafiá-lo. O fato de seu papel se manifestar ao reproduzir a articulação da absoluta dependência entre capital e trabalho implica que o fundamento da relação entre capital e Estado moderno encontra no trabalho o elo explicativo de sua reciprocidade dialética. É assim que, como mediação de segunda ordem do sistema do sistema capital - a forma alienada assumida pelas funções mediadoras primárias de decreto e a administração das normas sociais-, o Estado impõe aos indivíduos a reprodução ampliada desse metabolismo social (Ribeiro, 2014, p.121).

Isso fica muito evidente com os partidos políticos alinhados as ideologias fascistas neoliberais que em todos os seus discursos atribuem o fracasso econômico dos Estados modernos aos investimentos realizados no que se refere aos direitos trabalhistas e as políticas públicas sociais. Ainda de acordo com as análises realizadas por Mészáros, “[...] O Estado moderno passa a existir, sobretudo, para exercer o papel de coesão sobre as forças antagônicas insubmissas que emanam dessas fragmentações” (Ribeiro, 2014, p.123). Ou seja, ele torna-se responsável para manter os interesses da classe burguesa em detrimento daqueles que não detêm os meios de produção.

A partir desta perspectiva o Estado moderno lançará mão do que for necessário, até mesmo do poder coercitivo que detém nas mãos, ao fazer uso da força policial como nos alerta (Webber,1982) para reprimir todo e qualquer movimento que afronte os interesses da classe dominante, tornando-o uma espécie de coluna vertebral para que o sistema metabólico do capital possa se manter de pé com todo seu esplendor e expansão. Dessa forma, a união entre Estado moderno e capital, é a precarização e alienação da classe trabalhadora, que envolve asfixia dos direitos trabalhistas e redução das políticas públicas sociais. Na realidade Brasileira essas mudanças ficaram expostas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

Esta Lei foi criada na gestão do (des) governo Michel Temer, representando um retrocesso aos direitos trabalhistas, os empurrando à precarização. Dentre as várias mudanças, destaca-se o fracionamento das férias, podendo não ser concedida de modo integral ao trabalhador; o trabalho intermitente, algo muito semelhante ao que acontece nos Estados Unidos, no qual o trabalhador (a) passa a trabalhar como diarista ou por frações de horas, isto é, os dias e horas que o funcionário fica em casa à disposição da empresa, não é computado

como tempo de trabalho; a mina de ouro das políticas neoliberais, a terceirização de modo geral das atividades de uma empresa, agora não mais apenas a área da limpeza, mas em todas as áreas indo da limpeza ao administrativo; facultação da contribuição sindical, o que fragiliza a coesão entre os trabalhadores em busca da defesa por uma causa coletiva e mais justa, etc.

Todas essas mudanças passaram a fazer parte da vida dos trabalhadores (as) brasileiros (as) de maneira mais intensa a partir da pandemia da COVID-19 iniciada em março de 2020 espalhando-se por todo globo, o que fez não apenas o Brasil mais o mundo parar e se reorganizar no que compete as atividades produtivas, fragilizando ainda mais as leis trabalhistas. Assim sendo, é importante refletirmos por quem é formado a classe trabalhadora no século XXI ou melhor na contemporaneidade, a partir de um conceito mais amplo daquele descrito por Marx, tendo como trabalhador (a) agora não mais apenas os/as trabalhadores (as) (proletários) da indústria, como descrito em meados dos séculos XIX.

Dessa maneira, imersos no mundo do capital global compreende-se como classe trabalhadora todos aqueles que para viverem, ou melhor, sobreviverem, ou seja, homens e mulheres que por não deterem as propriedades dos meios de produção se veem obrigados a trocarem assim como uma mercadoria, sua força de trabalho por um valor em dinheiro, isto é, o salário. Em outras palavras, de acordo com o Professor Ricardo Antunes inspirado nos estudos marxistas, é a classe que vive do trabalho, agora não mais fazendo referência apenas ao trabalhador (a) manual, mas unifica o trabalho social ao coletivo,

Portanto, a classe trabalhadora, em sentido amplo, incorpora a totalidade daqueles/as que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o proletariado rural, os chamados boias-frias das regiões agroindustriais do Brasil do etanol. Incorpora também o proletariado precarizado, fabril e de serviços, *part time*, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo do capital (Antunes, 2018.p 104).

Nessa mesma direção o supracitado autor exclui da classe trabalhadora todos aqueles que estão à frente dos interesses do capital, isto é, a classe dominante, logo

Em nossa concepção ampliada estão excluídos da classe trabalhadora os gestores do capital, que são parte constitutiva da classe dominante, pelo papel central que têm no controle, na hierarquia, no mando e na gestão do capital e de seu processo de valorização, bem como os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural, que é detentora – ainda que em menor escala – dos meios de sua produção. Estão excluídos também aqueles que vivem de juros e da especulação (Antunes, 2018.p 104).

A partir do conceito apresentado, compreender a classe trabalhadora torna-se algo mais heterogêneo no mundo do capital globalizado, sobretudo devido a era da tecnologia que vem

se expandido de forma avassaladora fragmentando ainda mais a força sindical empurrando os trabalhadores para a informalidade com o falso discurso que agora o trabalhador poderá ser dono do próprio negócio, podendo ser um pequeno empreendedor, um microempresário, no qual tudo dependerá de seu mérito.

Todavia o que fica visível, é a exploração dos trabalhadores, sobretudo pelas leis que permitem a flexibilização do trabalho como já citado, e agora, de forma mais explícita como demonstrado pelo Professor Ricardo Antunes, ao se referir a uberização. A uberização é um exemplo perfeito do que está sendo desenvolvido pelo capital global financeiro contando com o apoio da estrutura do Estado moderno que expande a prestação de serviço ao mesmo tempo que reduz os direitos trabalhistas inserindo um enorme quantitativo de trabalhadores na informalidade por meio de uma plataforma digital.

Esses trabalhadores tornam-se aos olhos do Estado, seres invisíveis, uma vez que são trabalhadores autônomos, isto é, fazem parte do trabalho intermitente, no qual só recebem pelas horas trabalhadas, do contrário, não recebem. Ou seja, tudo isso empurra o trabalhador (a) que pode estar fazendo uso de uma bicicleta, uma motocicleta ou até um carro, a ter que trabalhar dobrado para ganhar uma melhor remuneração, e em caso de acidente de trabalho, este por não ter vínculo empregatício formal com a empresa de plataforma digital, não terá também nenhum direito indenizatório, devido a empresa não efetuar nenhum pagamento tributário ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, vinculado ao Estado.

Logo, fica na responsabilidade dos trabalhadores assumirem todas as despesas oriundas de seu trabalho, desde a manutenção de seu veículo até mesmo despesas hospitalares em caso de acidente. A intermitência, vem destruindo os direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo de muitos embates traçados no decorrer da história. É importante ressaltar que a plataforma não se limita a um tipo específico de prestação de serviço, mas vem avançando para diversas áreas de forma ambiciosa o que possibilitará o aumento do desemprego em decorrência do alto padrão tecnológico que se instala em todo processo produtivo (Antunes, 2020).

Em virtude de tudo isso, fica claro que as ideologias neoliberais embora apresentem uma aparente crise, é notável que permanecem em plena ativa nas sociedades capitalistas de países desenvolvidos ou em desenvolvimento com forte influência tanto na área econômica quanto política, o que continua a fomentar os organismos econômicos multilaterais, (Matos, 2008). Cooptando cada vez mais a estrutura estatal, tonando o Estado moderno seu Estado, de modo que este como nos alertou Mészáros, fornece todas as condições materiais para o pleno desenvolvimento do metabolismo socioeconômico do capital.

Isso permite paulatinamente o fortalecimento dos grandes monopólios financeiros globais e na contramão disso, a precarização da classe trabalhadora, bem como sua alienação, o que desumaniza o homem/mulher os tornando a cada avanço tecnológico um “escravo assalariado”, visto que sucessivamente vem perdendo espaço no processo produtivo, levando-se a meditar a frase: “Trabalhadores de todas as terras, uni-vos!” de (Marx e Engels, 2021, p.79), pois apenas por meio da constante luta de classe poderemos afrontar o aparato que garante por meio do monopólio legítimo do uso da força armada aquele que segue vigilante dia e noite os interesses da alta burguesia dos países capitalistas, em outras palavras, o Estado moderno.

4.5 O Estado: agente gerador de políticas públicas

A Revolução industrial e Francesa datada da segunda metade do século XVIII, alterou profundamente todo cenário Ocidental, iniciando-se pela Europa e posteriormente propagando-se por outras partes do globo. Essas mudanças contribuíram significativamente para a cisão entre os vestígios do feudalismo ainda existente no Estado Absolutista e o novo modo de produção capitalista que marcou inexoravelmente as relações sociais, econômicas, jurídicas e políticas do mundo moderno.

O desenvolvimento da indústria modificou a paisagem urbana das cidades europeias, pois com a mecanização do campo, acentuou ainda mais o êxodo rural devido à redução de mão de obra nas fazendas, extinguindo dessa forma as sociedades comunais, a influência da igreja, as cooperativas de artesanatos e comércio o que impulsionou a busca por melhores condições de vida nos centros urbanos possibilitando o crescimento das cidades de forma célere e desordenada.

Nessa conjuntura, surgem também novas classes sociais, como os detentores dos meios de produção e o proletariado e da relação entre ambas, nascem os primeiros movimentos sociais que reivindicavam melhores condições de vida e trabalho. Como as cidades não disponibilizavam vagas de emprego para todos, possibilitou aos proprietários das fábricas pagarem baixos salários devido ao excedente de mão de obra disponível, e a outra parte da população que não conseguiam empregos “formais” trabalhavam em pequenas feiras, ou ficavam expostos a mendicância, desocupação, violência etc. (Quintaneiro, 2019).

Diante dessas considerações, as desigualdades sempre existiram, todavia tornaram-se mais evidentes no período industrial devido ao aumento populacional que passou a concentrar-

se nas zonas urbanas, o que gerou insatisfação por parte dos trabalhadores e desempregados, assim “a luta por melhores condições de trabalho, na Europa como na América, foi árdua, e novos direitos foram sendo paulatinamente conquistados e acrescentados a legislação social e trabalhista em diversos países” (Quintaneiro, 2019, p. 11). Logo, devido ao excedente de pessoas que não foram imersos neste novo mundo do trabalho, tem-se início as primeiras ideias de políticas públicas de cunho social.

Desta maneira, nota-se os primeiros desenhos do que posteriormente veio a se chamar de políticas públicas de seguridade social. Segundo (Pereira e Siqueira, 2021) no início do século XVII, com a lei inglesa *Poor Law Act*, ou simplesmente Lei dos Pobres de 1601, editada pela Rainha Isabel I, preceituava as primeiras políticas sociais de carácter assistencialista.

A lei funcionava por meio de arrecadação obrigatória aos moradores das cidades, todo valor arrecadado era direcionado à igreja que lhe competia realizar as obras sociais com os mais necessitados, desde crianças, velhos, inválidos e desempregados, outro véis da suposta lei, era o uso de parte do valor arrecado para capacitar mulheres e crianças para posteriormente serem inseridos no mundo do trabalho (Pereira e Siqueira, 2021).

Embora haja vestígios de leis assistenciais ainda no século XVII, mas foi apenas por volta dos séculos XIX e XX que de fato leis voltadas para as classes mais necessitadas passaram a fazer parte das leis institucionais e cívicas com o advento do Estado de Bem-Estar Social no contexto europeu. Isso devido a transição entre a sociedade feudal para o modo de produção capitalista, sobretudo a partir das ideias liberais que possibilitou por meio de novas filosofias a Revolução Francesa que impulsionou diversos movimentos sociais pelos trabalhadores que passaram a clamar por melhores condições de vida (Oliveira e Montefusco, 2017).

Assim sendo (Pereira e Siqueira, 2021), argumentam que os primeiros sistemas de políticas de assistência social surgem na Alemanha denominado de Sistema Bismarkiano por volta de 1883 sendo implementado até o ano de 1911, este tinha como objetivos a proteção contra velhice, invalidez, acidente do trabalho e doenças que impossibilitavam ao trabalho. Essa implementação se deu devido ao temor que se tinha acerca das ideias comunistas que rondavam a Europa, era visto como uma forma de conter as rebeliões uma vez que os trabalhadores gozavam de alguns direitos trabalhistas, posteriormente essas ideias foram sendo expandidas por outros países.

É importante ressaltar que no pretérito a contribuição era recolhida apenas de parte da população, porém devido as mudanças que estavam ocorrendo constantemente na sociedade europeia, a conta passa a ser dividida por meio de um tripé formado pelos trabalhadores, donos

das empresas e o Estado, como na atualidade, além de o Estado ser um órgão que recolhe os impostos repassados pela classe patronal, cabe a ele fiscalizar por meio de seus órgãos competentes e posteriormente distribuir de acordo com as necessidades dos trabalhadores, como é feito nos dias de hoje. No Brasil essa atividade é desenvolvida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Logo o Estado surge nesse cenário devido compreender que as desigualdades que se proliferaram na sociedade europeia são frutos do próprio modo de produção capitalista que visa apenas o lucro sem levar em consideração o bem-estar social, cabendo ao Estado “proporcionar” ao trabalhador assistência em casos de “doenças, acidentes, envelhecimento, mortes prematuras, dentre outras contingências sociais” (Oliveira e Montefusco, 2017, p. 28). Todavia as primeiras políticas públicas tal qual conhecemos hoje, surgiram para resolver os problemas sociais resultantes das sociedades complexas, ou seja, sociedades que sofreram alteração devido aos efeitos da industrialização e do capitalismo predatório (Muller, 2018).

Levando em consideração as ideias apresentadas por Muller, há ensaios relacionados às políticas públicas como uma área de estudo ou disciplina de origem americana, que buscava instituir seu próprio modo de pesquisa com foco nas ações governamentais afastando-se das pesquisas europeias. Pois esta apresentava um outro direcionamento em suas pesquisas, seus estudos eram frutos de trabalhos focados em teorias que buscam explicar a função do Estado e suas instituições dando maior embasamento na ação governamental, ou seja, no governo (Souza, 2006). Diante do exposto, compreendemos que o governo está voltado para a capacidade técnica de governar, como salienta Pierre Muller:

Trata-se da constituição daquilo que, após Michel Foucault, chamamos de conhecimentos de governo, isto é, o conjunto de “tecnologias” que possibilitaram ao Estado governar os territórios e as populações. Essa “governamentalização” muda a relação entre o poder e a sociedade porque, daí para frente, o Estado passa a ter sua legitimidade reconhecida graças à sua capacidade de estabelecer a ordem servindo-se de conhecimentos (como a estatística, por exemplo) e de dispositivos eficazes (luta contra as epidemias, organização do comércio) (Muller, 2018, p.12).

Dessa maneira, como nos estudos europeus e as considerações de Muller, acreditamos sem dúvidas que o governo por meio do Estado é o principal agente técnico gerador de políticas públicas, embora compreendamos que há a participação indispensável de outros atores no processo. Como antecipado, há variados estudos sobre as políticas públicas, da mesma maneira, há também distintos conceitos, uma vez que política pública denota um conceito polissêmico, mas buscamos apresentar o conceito de política pública de acordo com os estudos contemporâneos desenvolvidos pelo estuendo professor Dimas dos Reis Ribeiro, como segue

Políticas públicas são ações planejadas, a partir da leitura comunitária, da participação da sociedade, das entidades, dos usuários, e se materializam através de programas e projetos voltados para solucionar os problemas sociais existentes e para criar mecanismos de planejamento e monitoramento, afim de que novos problemas sejam evitados e coibidos. O fim último de toda política pública deve ser a pessoa humana e a melhoria das suas condições de existência, tanto material como espiritual (Ribeiro, 2013, p.25).

Consentimos com o conceito apresentado por Ribeiro, todavia a conceituamos do seguinte modo, como a única possibilidade de existência, resistência e mobilidade social para aqueles que estão à margem da sociedade. Sendo materializada por meio de políticas públicas distributivas e redistributivas que buscam reduzir as desigualdades sociais por meio de programas que possibilitam a esperança de ascensão social.

Sob essa ótica, segundo o site Jusbrasil e (Souza, 2006), existem quatro tipologias principais de políticas públicas pelas quais o governo pode direcionar suas ações e assistir à população de modo geral, com base nos estudos desenvolvidos pelo americano Theodore Lowi, como descrito abaixo.

QUADRO 8- TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Tipologia	Característica	Exemplo
Regulatórias	Estabelece normas e regras	Leis trabalhistas
Distributivas	Distribuir recursos e oportunidades	SUS/ Escolas/vacinação/PIBID
Redistributivas	Distribuir recursos / reduzir às desigualdades sociais	Bolsa Família / Pé- de- Meia / BPC
Constitutivas	Funcionamento das instituições democráticas	Leis de combate à corrupção

Fonte: Souza (2006) / Site Jusbrasil **Organização:** Silva e Ribeiro

Como é possível observar, é notório que cada política pública busca atender uma demanda específica da sociedade, em outras palavras, um setor, logo o “objetivo das políticas públicas é gerenciar os desequilíbrios provenientes da setorização e, por conseguinte, da complexidade das sociedades modernas” (Muller, 2018, p.14). Ou seja, cada setor da sociedade buscará financiamento do Estado de forma independente, seja a educação, segurança pública, economia etc. Cada campo de interesse terá representantes que são reconhecidos como atores sociais disputando recursos para melhoria de uma determinada categoria da sociedade.

No caso brasileiro, cabe ao Estado gerar e gerir as políticas públicas por meio dos governos, sendo um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, como podemos evidenciar nos artigos 144 que se refere a segurança pública, 205 que se refere a educação, 196 que se refere a saúde, 201 que se refere a seguridade social, e enfatizamos o Artigo 3º do título I, que apresenta os objetivos fundamentais do Estado brasileiro em seu inciso III – pois é obrigação do Estado “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (Brasil, 1988, p.10).

Esses artigos constitucionais estão imersos nas quatro tipologias apresentadas nos estudos de Theodore Lowi, e cabem aos agentes políticos, isto é, vereadores, prefeitos, deputados, senadores e presidente da república vigiar e zelar pela melhoria da qualidade de vida da população como ordena a Carta Magna brasileira. E quando se refere ao combate às desigualdades sociais, cabem aos agentes políticos criarem, fomentarem ou até mesmo apenas fazer com que funcionem com qualidade as que já existem.

Porém a implementação de qualquer política pública independente de qual setor beneficiará, muitas vezes passa por processos lentos para saírem das ideias, principalmente quando são políticas que buscam assistir à população mais vulnerável, devido os partidos políticos divergirem quando a pauta da agenda se refere aos direitos trabalhistas.

Como por exemplo, o cenário atual brasileiro, no que se refere a recusa de partidos alinhados aos grandes empresários de não aprovarem dois Projetos de Leis que tramitam no Congresso Nacional que com certeza irá melhorar a qualidade de vida da população, como o fim da jornada de trabalho 6x1(seis por um)⁸ e a isenção do imposto de renda para quem ganha um salário de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)⁹ mas beneficiará também quem ganha até R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

Diante deste impasse, tem-se um problema que necessariamente passará pelas análises dos agentes políticos para que deixe de ser um problema social e torne-se uma política pública, ou seja, uma solução para resolver um determinado problema social, neste caso, a redução das desigualdades sociais e o fortalecimento da chamada classe média, como nos tem chamado atenção constantemente o atual presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. Assim como já referido, o Estado é o principal agente gerador de políticas públicas, mas se faz necessário a participação de outros atores sociais para que um problema possa tornar-se objeto de intervenção política, pois

⁸ Este projeto, segue em tramitação no Congresso Nacional, sem previsão para aprovação.

⁹ Este texto foi escrito antes da aprovação da Lei nº 15.270/2025, sancionada em 26 de novembro de 2025, pelo atual governo do Partido dos Trabalhadores, ou seja, pelo presidente Lula.

A transformação de um problema em objeto de intervenção política sempre é, portanto, produto de um trabalho específico realizado por atores políticos que podem provir do sindicalismo, da política, do mundo associativo ou de grupos criados pelas circunstâncias. Para compreender a emergência de uma política pública é preciso identificar esses diferentes atores e compreender as relações que os unem. Frequentemente, observaremos grupos de interesse (as organizações feministas, por exemplo). [...] O papel desses empreendedores políticos consiste, assim, em traduzir a linguagem da ação política (Muller, 2018, p. 31).

Conforme as ideias explicitadas por Muller, defendemos o protagonismo que há nas mãos da sociedade civil organizada para formação dos respectivos grupos de interesses, sejam eles partidos políticos ou movimentos sociais, no qual há uma variedade ampla de atores políticos buscando pressionar os agentes públicos a atenderem aos clamores sociais e não apenas apresentar uma solução, mas resolvê-los.

Dessa maneira (Ribeiro, 2013, p.25), corrobora que “política pública se faz com planejamento, participação, eficiência, eficácia e controle social, caso contrário, não deve ser considerada política pública”. Pois neste sentido, entende-se que por meio da política pública deve existir mudanças inevitáveis na realidade social que oportunize qualidade de vida a todos, sobretudo aos mais vulneráveis.

E isso, só será possível por meio de uma educação não alienadora como nos alerta o velho Karl Marx, todavia uma educação que nos possibilite a emancipação social e política da qual jamais permitirá que sejamos vítimas das ideologias impostas pela classe dominante, desenvolvendo em cada cidadão a consciência de classe, que nos impulsionará constantemente não apenas reivindicarmos a criação de políticas públicas por meio de movimentos sociais ou partidos, mas permitir que a classe trabalhadora aja de forma enérgica em sua criação.

Pois como ressalta (Ribeiro, 2013), a instituição governo jamais deverá estar a serviço dos interesses de determinados grupos políticos, uma vez que todos os cidadãos pagam impostos, e por meios desses, o governo deve desenvolver políticas públicas para melhorar a vida de todos, de modo que não exista exclusão independentemente de classe, raça, sexo etc.

5. HISTÓRICO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA – PIBID

Na atualidade brasileira muito tem se ouvido que os professores são responsáveis por formar outros profissionais e “mudar o mundo”, isso se torna mais evidente a cada dois anos quando o país vivencia o período eleitoral, seja no pleito eletivo para os cargos do executivo, como prefeito, governador e/ou presidente da república, e não apenas quem visa assumir esses cargos, mas também aqueles que desejam ocupar as cadeiras legislativas, tornam a educação uma das melhores pautas para angariar votos. Todavia ao findar os pleitos eleitorais, com eles findam também os defensores da educação, retornando-se apenas nas próximas campanhas, deixando a educação brasileira sempre em segundo plano.

Em virtude do descaso da classe política para com a educação brasileira, na primeira década dos anos 2000, foi publicizado o resultado de um relatório demonstrando um possível apagão de professores que estava por vir, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) divulgado no ano de 2007. Nesta evidenciaram que poderia vir a faltar sobretudo para o Ensino Médio, professores de Biologia, física, química e Matemática. O relatório explicitou ainda que esse contexto era fruto da falta de estímulo pelo governo devido estar pagando baixos salários, a presença da violência dentro das escolas e a falta de uma carreira sólida etc. (CNE, 2007).

Nessa mesma direção, em 2022, ao passar mais de uma década do relatório emitido pelo CNE o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo - SEMESP, divulgou uma “nova” pesquisa intitulada “Risco de apagão de professores no Brasil”, no qual projetou que haverá falta de cerca de 235 mil professores até o ano de 2040. O Instituto demonstrou resultados muito semelhantes ao relatório do CNE emitido em 2007, que caso as projeções venham a se confirmar, será pelo fato de que não há interesse em ingressar na carreira docente, os mais jovens que estão saindo do Ensino Médio, os professores que seguem sobrevivendo na educação básica estão envelhecendo, salários desestimulantes ao comparar com outros profissionais de mesmo nível de formação, abandono da profissão bem antes do tempo de aposentadoria e a violência que avança dentro das nossas escolas.

Desse mesmo modo, em 2025 o G1, divulgou uma reportagem de mesmo título, ou seja, “Risco de um apagão de professores no Brasil”, repetindo as informações apresentadas pelo Instituto SEMESP no ano de 2022. Assim o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, ao ser questionado pela TV Globo a respeito dessa possibilidade, o instituto em questão respondeu que essa problemática não se trata mais de uma

projeção, mas sim de uma realidade já vivenciada pela sociedade brasileira e não só brasileira, pois o “magistério constitui um setor nevrálgico nas sociedades contemporâneas” (Gatti, 2011, p.136). De outro modo, há fissuras, há feridas que necessitam de tratamento pelos que governam, isto é, criação de políticas públicas mais eficazes ao se referir a formação docente e a permanência de bons profissionais na carreira.

Diante deste fato, ao regressar um pouco no tempo, ressaltamos que as duas primeiras décadas em questão corresponde ao primeiro e segundo mandato do governo do partido dos trabalhadores – PT (2003-2010), o qual o país passou a desenvolver diversas políticas públicas que visava sanar essas problemáticas em questão. Afastando-se de forma tímida das ações governamentais do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC que demonstrava uma simpatia muito grande pelas políticas econômicas neoliberais.

Logo o então Presidente Luís Inácio Lula da Silva passa a realizar investimentos no setor educacional fomentando a expansão de vagas nas universidades públicas para classe trabalhadora por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni, do mesmo modo que possibilitou políticas de acesso específica para ingressar em instituições privadas, como o Programa (Pró-Uni), ao direcionar recursos públicos para essas instituições (Campos, 2021).

Nesta conjuntura que o partido dos trabalhadores passou a levantar a bandeira da democratização do ensino público, cria-se leis que vieram estimular a formação inicial de professores, ao levar em consideração o que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) 9394/96, em seu artigo 62, ao direcionar como se dará o processo da formação inicial de professores delegando obrigações à União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios (Brasil, 1996). Assim, cria-se a Lei nº 11.494, de 20 de julho de 2007, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (Brasil, 2007).

Dentre vários pontos, evidencia-se nesta Lei a “valorização dos profissionais da educação”, embora seja muito importante, todavia essa valorização ainda permanece no plano do discurso, precisa-se de ações concretas para valorizar de fato esses profissionais, sejam professores ou apoio técnico, para que eles tenham suas necessidades materiais atendidas e passem a demonstrar interesse em permanecer na carreira docente sem precisar ocuparem-se de mais de uma fonte de renda para complementar seu salário e conseguir honrar seus compromissos financeiros .

Destaca-se ainda entre essas ações, a Lei do piso salarial do Magistério Nacional por meio da Lei nº 11.783, de 16 de julho de 2008, para os professores de jornada de 40h semanais (Brasil, 2008) ao passar quase duas décadas de sua implementação, ainda há muito desrespeito pelos gestores no que se refere a Lei do Piso, pois nem todos os estados e municípios cumprem o que preceitua a referida Lei, tornando-se necessário todos os anos os sindicatos recorrerem via judicial e nem sempre são atendidos. Diante deste contexto nasce também nosso objeto de estudo, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, o PIBID.

Lançado em 2007, por meio da Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007, que dentre seus principais objetivos, surge para fomentar a formação inicial de professores em cursos de nível superior, estreitando as relações das universidades com a realidade das escolas ao inserir os/as estudantes entre essas duas realidades. Ou seja, desenvolver a teoria propiciada pela universidade ao mesmo tempo que os/as coloca em prática e podendo desenvolver novas práticas pedagógicas no contexto das escolas parceiras (Brasil, 2007).

Enquanto objetivo secundário, nós o compreendemos como um programa essencial para combater a evasão acadêmica dos cursos de licenciaturas ao dar aos alunos da classe trabalhadora possibilidades para permanecer no decorrer da jornada estudantil, o que tanto para os trabalhadores, quanto para seus filhos não é uma tarefa muito fácil, levando em consideração que muitos trabalhadores só conseguem acesso ao Ensino Superior ao se tornarem responsáveis por suas famílias, algo comum na realidade brasileira. Como evidenciaremos nas próximas seções.

5.1 Implementação do Programa PIBID

Nesta seção abordaremos alguns documentos oficiais que tratam especificamente como se deu o processo de implementação e algumas mudanças ao longo de quase duas décadas de existência do nosso objeto de estudo. Ressaltamos ainda que na pesquisa documental o documento é a mina de ouro do pesquisador. Nesta perspectiva, é de suma importância compreendermos em qual contexto os documentos os quais serão analisados foram produzidos, ou alterados ao longo dos últimos anos. Por isso, se faz necessário uma visão mais ampla para entendermos a conjuntura política, econômica, social, cultural na qual esses documentos foram editados e não menos importante, saber qual governo estava nos bastidores para produzi-los (Cellard, 2008).

Na busca de sanar ou até mesmo reduzir as problemáticas levantadas a respeito do déficit de professores, surge o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, uma política pública criada exclusivamente para formação inicial de professores (as) vinculada em um primeiro momento apenas para as instituições federais. Ou seja, uma política específica para os cursos de licenciaturas que se consolidou como política de Estado por meio da Lei nº 12.796 de 2013, ao alterar o Artigo 62 da Legislação de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) acrescentando o quinto inciso, orientando que a União, Distrito Federal, Estados e Municípios passassem a incentivar a formação inicial de professores por meio do PIBID (Brasil, 1996).

Retomando a ideia de política pública, (Muller, 2018) explicita que é o modo como os governos das sociedades complexas, contemporâneas administram e direcionam suas ações governamentais para atender sobretudo os mais necessitados, ou os setores que precisam de mais atenção na sociedade por parte do Estado. Em virtude disso, inferimos que as políticas públicas para formação inicial de professores, são ações traduzidas por meio de leis, decretos portarias e programas que objetivam a qualidade da formação inicial de professores, melhorando os cursos de licenciatura. Estes sendo,

cursos que, pela legislação, tem por objetivo formar professores para educação básica: educação infantil (creche e pré-escola); ensino fundamental; ensino médio; ensino profissionalizante; educação de jovens e adultos; educação especial (Gatti, 2010, p.1359).

Sendo assim, o PIBID é uma política pública para formação inicial de professores criado pela Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007 de modo experimental, Brasil(2007) e quase três anos mais tarde oficializado pelo Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010,(Brasil, 2010) na gestão do governo Lula II, pelo Ministério da Educação – MEC em parceria com a Coordenação de Pessoal de Nível Superior - CAPES, respaldada por meio da Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007,(Brasil, 2007), e pelo Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação – FNDE, que passou a delegar a (CAPES) a função de desenvolver políticas públicas em parceria com o MEC para a formação de profissionais para atuarem na educação básica e superior, do mesmo modo que, autorizou a concessão de bolsas de estudos a alunos dos cursos de formação inicial e continuada de professores.

Desse modo, a primeira versão do Programa estava voltada apenas para os cursos de licenciatura na modalidade presencial com intuito de estimular os acadêmicos dos cursos de licenciatura de graduação plena para atuarem na educação básica pública brasileira, ao

estreitarem as relações entre a universidade e a escola, apresentando os seguintes objetivos de acordo com o Edital MEC/CAPES/FNDE (2007):

a) incentivar a formação de professores para a educação básica, especialmente para o ensino médio; b) valorizar o magistério, incentivando os estudantes que optam pela carreira docente; c) promover a melhoria da qualidade da educação básica; d) promover a articulação integrada da educação superior do sistema federal com a educação básica do sistema público, em proveito de uma sólida formação docente inicial; e) elevar a qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores nos cursos de licenciaturas das instituições federais de educação superior; f) estimular a integração da educação superior com a educação básica no ensino fundamental e médio, de modo a estabelecer projetos de cooperação que elevem a qualidade do ensino nas escolas da rede pública; g) fomentar experiências metodológicas e práticas docentes de caráter inovador, que utilizem recursos de tecnologia da informação e da comunicação, e que se orientem para a superação de problemas identificados no processo ensino-aprendizagem; h) valorização do espaço da escola pública como campo de experiência para a construção do conhecimento na formação de professores para a educação básica; i) proporcionar aos futuros professores participação em ações, experiências metodológicas e práticas docentes inovadoras, articuladas com a realidade local da escola (Brasil, 2007.p.1-2).

Estes objetivos, estavam restritos apenas para alunos dos cursos de licenciatura em física, química, matemática e biologia que apresentava naquela conjuntura um maior déficit de professores sobretudo no Ensino Médio. Enquanto para ambos, ou seja, fundamental e Médio, restringia-se para licenciaturas em Ciências/Biologia e Matemática, porém de forma complementar, podia-se abranger as licenciaturas em Língua Portuguesa, Música, Artes e demais licenciaturas (Brasil, 2007). Mas o foco central estava nas áreas de exatas e biológicas.

Nesse contexto, almejando fomentar a formação inicial de professores em cursos superiores de licenciatura, melhorar a qualidade da educação básica e a valorização do magistério, a Portaria Normativa de 2007 fez várias exigências, das quais destacaremos algumas. São elas: para que houvesse a implementação do Programa seria necessário que existisse um convênio entre IFES e a CAPES; o projeto desenvolvido pelos discentes dos respectivos cursos deveria ser direcionado para escolas com baixo IDEB e médias ruins no ENEM; as bolsas só seriam liberadas, após aprovação pela CAPES e pela Secretaria de Educação Superior – SESU, do MEC por meio de chamada pública de projetos para o PIBID (Brasil, 2007).

Segundo (Gatti, 2011), todas essas medidas foram bem aceitas pelas universidades, pois no ano de 2009, já era possível perceber um grande número de instituições que havia aderido ao Programa, do mesmo modo que outras estavam demonstrando interesse. Outras exigências que destacamos é que as escolas parceiras deveriam colaborar tanto com a formulação, quanto com o acompanhamento do projeto. No que se refere a seleção dos projetos institucionais, teria

êxito os projetos que estivessem direcionados para alunos (as) oriundos de escolas públicas da educação básica, ou de renda per capita de até um salário-mínimo e meio, (Brasil, 2007).

À vista disso, para que alunos dos cursos de licenciatura pudessem participar do Programa, eles precisavam cumprir as seguintes regras de acordo com o Edital MEC/CAPES/FNDE (2007):

- a) ser brasileiro ou possuir visto permanente no País; b) estar regularmente matriculado em curso de licenciatura nas áreas abrangidas pelo PIBID; c) estar em dia com as obrigações eleitorais; d) estar apto a iniciar as atividades relativas ao projeto tão logo ele seja aprovado; e) dedicar-se, no período de vigência da bolsa, exclusivamente às atividades do PIBID, sem prejuízo de suas atividades discentes regulares; f) apresentar coeficiente de rendimento acadêmico compatível com os objetivos do PIBID; e g) apresentar carta de motivação justificando seu interesse em atuar futuramente na educação básica pública (Brasil, 2007, p.3).

No que se refere ao desenvolvimento do Programa na prática, isto é, na interação entre a universidade e a escola, o PIBID conta com uma equipe de acordo com o que consta nos itens financiáveis, formada pelo Professor coordenador Institucional, Professor coordenador de vínculo com o curso de licenciatura, Professor supervisor de vínculo com Educação Básica e o discente que é o bolsista de iniciação à docência, conforme o excerto,

A concessão de bolsas oferecidas para os discentes da graduação, em formação inicial de professores e ao professor supervisor, possibilitava que o professor da Educação Básica, em exercício na escola pública, acompanhasse o bolsista no ambiente escolar, mais especificamente na sala de aula. O coordenador de área também acompanhava as ações desenvolvidas: os momentos formativos, as produções científicas do grupo, o controle de assiduidade, dentre outras tarefas necessárias para efetivação, regularidade e qualidade do programa (Resende, 2023, p.43).

Assim sendo, ao ingressar no Programa, toda a equipe enfatizada, deveria cumprir algumas exigências para que pudessem fazer jus a adesão ao PIBID e conseqüentemente fazer usufruto do valor pargo pela bolsa, conforme exposto no quadro a seguir.

QUADRO 9- FUNÇÃO/CRITÉRIOS/VALOR DA BOLSA

Função	Crítérios	Valor da Bolsa R\$
Prof. Coordenador Institucional	Pertencer à instituição de Educação Superior responsável perante a CAPES, garantir e acompanhar o planejamento. Organização e a execução das atividades de iniciação à docência previstas no projeto de sua instituição, zelando por sua unidade e qualidade.	1200,00

Prof. Coordenador	Pertencer ao quadro efetivo da universidade, haver no mínimo três anos de exercício no Ens. Superior, selecionar os Professores supervisores da Ed. Básica e ser docente do curso de licenciatura.	1200,00
Professor supervisor	Prof. da rede pública de Ed. Básica responsável pela supervisão dos bolsistas.	600,00
Bolsista iniciação à docência	Estar matriculado em curso de licenciatura, dedicação exclusiva ao programa, assinar termo de compromisso em atuar futuramente na educação básica.	350,00

Fonte: (Brasil, 2007/2010)

Org: Silva e Ribeiro (2026)

Os valores das bolsas em destaque, seriam efetuados pela CAPES em cotas institucionais em um período de vigência de 12 meses, abrangendo de março a fevereiro do ano subsequente, e seriam baseadas de acordo com os valores já praticados pela política federal de concessão de bolsas de iniciação científica à época, (Brasil, 2007). Assim ao cumprirem todas essas exigências ressaltadas, as instituições selecionadas após finalizar cada ciclo de suas atividades, deveriam organizar seminários para culminar os resultados adquiridos enfatizando as boas práticas desenvolvidas pelos bolsistas nas escolas-campo, atendendo ao (V) objetivo do Programa, de acordo com o Decreto de 2010 (Brasil, 2010).

Ao mesmo tempo, essa imersão dos bolsistas nas escolas, possibilitava que as Instituições de Ensino Superior pudessem estar verificando se de fato estava havendo impactos positivos nas escolas as quais o Programa estava sendo executado e se estava afetando positivamente os cursos de formação inicial de professores dos subprojetos, isto é, cada universidade apresentava um projeto macro, sendo fragmentado de acordo com cada área do conhecimento da mesma universidade, sendo chamado então de subprojeto. No que se refere as áreas do conhecimento ou nível de ensino que seriam abrangidos pelo PIBID seria de plena responsabilidade da CAPES, sendo ela definidora de qual área deveria ser escolhida de acordo com a demanda existente em uma dada região (Gatti, 2011).

Como evidenciou-se alguns pontos referente a Portaria Normativa¹⁰ (2007), o Edital de (2007) e ao Decreto de (2010) de criação do PIBID, que em nosso entendimento é de sua importância para compreendermos como vem se dando o desenvolvimento deste Programa, nos lançaremos nas mudanças/alterações realizadas em alguns documentos a posteriori ao lançamento de nosso objeto de estudo.

A Portaria Normativa (PN) nº 122 , DE 16 de setembro de 2009 (Brasil, 2009), apresentou alterações no que se refere a adesão a novas áreas de conhecimento e aos níveis de

¹⁰ Utilizar-se- à a sigla (PN) para se referir à Portaria Normativa.

ensino, enquanto a (PN de 2007) estava dando prioridade para áreas de ciências exatas e biológicas, como por exemplo, Matemática, Química, Física e Biologia, a (PN de 2009), passou a abranger exclusivamente para o Ensino Médio, licenciaturas em Filosofia, Sociologia, Letras – Português, Pedagogia e as licenciaturas ditas especiais, desde que atendessem projetos em uma perspectiva interdisciplinar ou que possibilitasse novas formas de organizar o Ensino Médio (Brasil, 2009).

Em relação ao Ensino Fundamental, a novidade foi no que compete a presença de Licenciatura em Pedagogia voltada para os anos iniciais, uma vez que veio em destaque que os bolsistas da Pedagogia pudessem desenvolver seus projetos em classes de alfabetização, bem como Licenciatura em Educação Artística e Musical. A (PN de 2009), também enfatizou a presença de licenciaturas que pudessem assim como no Ensino Médio, possibilitar projetos interdisciplinares que possibilitassem novas formas de organização do Ensino Fundamental.

No que compete as disciplinas complementares, notamos que a abrangência foi bem inovadora, devido a (PN de 2009), ter ampliado o Programa para Licenciaturas em Letras-Língua estrangeira, Licenciaturas que viesse acolher a Educação do Campo para trabalhar de modo específico com as comunidades quilombolas e as demais licenciaturas das quais não foram especificadas pela (PN de 2009), desde que fossem comprovado a necessidade social dessa área do conhecimento para suprir as demandas locais e regionais.

Diante do supracitado, percebe-se que há um “esforço” por parte do Governo Federal em fomentar a formação inicial de professores ao lançar mão do Programa, compreendemos que é uma medida importante, sobretudo para alunos (as) oriundos das famílias mais pobres, ou como temos buscado sustentar, alunos oriundos da classe trabalhadora, todavia acreditamos que programas que garantam bolsas é extremamente importante, mas insuficiente.

Porque, não adianta motivar a formação inicial, sem criar bons planos de cargos e carreiras, pois todo aquele que busca uma formação superior visa um salário digno, e acreditamos que é neste sentido que há uma enorme falha do Estado Brasileiro, em nível Federal, Estadual e Municipal. Ou seja, Programas como PIBID poderá até combater e está combatendo a evasão dos cursos de licenciatura, mas nos questionamos: será se combaterá a evasão do profissional docente da Educação Básica?

A partir do Edital nº 02/2009, percebe-se mudanças em relação a expansão das universidades, o Programa passou a beneficiar projetos de instituições Públicas de Educação Superior (IPES), tanto federais quanto estaduais, desde que os projetos estivessem alinhados com as diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, do mesmo modo que

alinhados com a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Enquanto o Edital nº 18/2010 apresenta mais uma novidade, isto é, passou a expandir o Programa para instituições públicas municipais de Educação Superior e de universidades e centros universitários filantrópicos, confessionais e comunitários sem fins lucrativos.

Destaca-se também, segundo Resende (2023) que na versão inicial, ou seja, de 2007, os projetos deveriam ser desenvolvidos em escolas com baixo IDEB, com o Edital 02/2009 essa norma é alterada, e o Programa passou a ser desenvolvido em escolas tanto com baixo quanto alto IDEB, de modo que os bolsistas pudessem contar com ambas as experiências, pois era o que preceituava um dos objetivos do Programa, ou seja,

proporcionar aos futuros professores participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar e que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração o IDEB e o desempenho da escola em avaliações nacionais, como Provinha Brasil, Prova Brasil, SAEB, ENEM, entre outras (Brasil, 2009, p.3).

No que se refere aos projetos, destaca-se que,

é recomendável que as IPES, comprometidas com a educação de sua localidade/região, desenvolvam as atividades do Programa tanto em escolas que tenham obtido Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB abaixo da média nacional como naquelas que tenham experiências bem sucedidas de ensino e aprendizagem, a fim de apreender as diferentes realidades e necessidades da educação básica e de contribuir para a elevação do IDEB, aproximando-o do patamar considerado no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Brasil, 2009, p.4).

Diante dos fragmentos elencados, inferimos que tanto o objetivo especificado, quanto as recomendações de como os projetos deveriam estar sendo elaborados, foi atribuído aos bolsistas imersos nas escolas, ao assumirem a missão de corrigir erros estruturais. O Programa em nosso entendimento, jamais será capaz de resolver esses problemas, uma vez que, a função de elevar o Índice da Educação Básica e potencializar a aprovação no ENEM, quando atribuído aos bolsistas, tira do Programa os seus objetivos primários que é fomentar a formação inicial de professores (as).

Logo, essa exigência foi suprimida dos objetivos do Programa pela Portaria Normativa nº 260, de 30 de dezembro de 2010, porém retorna ao Programa a partir da Portaria nº 96 de 2013, não mais como objetivo, porém como uma “recomendação”. O que acaba retirando do PIBIB sua essência, uma vez que o problema da elevação do IDEB está para além da inserção dos bolsistas nas escolas de Educação Básica, como evidencia-se no excerto a seguir.

[...] muito embora sejam evidentes os benefícios do Programa para a melhoria da formação docente, a mudança nas práticas escolares requer outros investimentos ou atenção a outros fatores, como o piso salarial, condições de trabalho, infraestrutura mínima nas escolas e políticas de formação continuada (Gatti, 2014, p. 92).

Ou seja, de acordo com as considerações da referida autora, o Programa tem melhorado a qualidade da formação inicial de professores sim, todavia há uma necessidade de o Governo, seja ele Federal, Estadual e/ou Municipal, urgentemente melhorar os salários desses profissionais e as condições físicas de onde os professores desenvolvem suas atividades diárias. É quase que impossível em pleno 2026 um professor em processo formativo ter acesso na universidade a condições mínimas em relação a estrutura física e pedagógica e ao chegar em seu campo profissional, ou seja, nas escolas de educação básica e encontrar apenas um quadro e um pincel, ministrar as melhores aulas possíveis e construir todas as habilidades necessárias juntamente com seus alunos para melhorar os índices exigidos pelo Ministério da Educação, como IDEB e ENEM, por exemplo.

Outra alteração que destacamos foi realizada por meio do Edital nº 2/2010, pois passou aceitar projetos vindos de cursos de Licenciatura para Educação do Campo e Licenciatura para Educação Indígena, o que possibilitou ao Programa beneficiar todos os cursos para formação inicial de professores. Dessa forma, o Programa imbuíu todos os cursos de licenciatura e passou a fazer parte de todos os níveis de ensino, estando presente no contexto formativo da Pré-escola ao Ensino Médio.

Paulatinamente o Programa foi beneficiando projetos das diversas universidades disponíveis no país que ofereciam cursos para formação inicial de professores, sendo elas Federais, Estaduais, Municipais, Filantrópicas, Confessionais e Comunitárias sem fins lucrativos. Todavia, faltava o Programa passar a receber projetos de universidades privadas, logo por meio do Edital 61/2013 o quesito instituições proponentes recebeu alteração, e as Instituições de Ensino Superior de origem privada com fins lucrativos passaram a fazer parte das instituições proponentes, desde que, os alunos que participassem enquanto bolsistas tivessem vínculo ativo com o Programa Universidade para Todos – (ProUni).

De acordo com o Edital em questão, foram disponibilizadas 72.000 mil bolsas para alunos (as) dos cursos de licenciatura, professores (as) vinculados (as) às instituições de Ensino Superior e professores (as) da Educação Básica. Das 72.000 bolsas disponíveis à época, 10.000 foram direcionadas para alunos (as) das instituições privadas vinculados ao (ProUni) e seus respectivos professores (as) que estariam à frente dos subprojetos. Dessas vagas, caso não

ocupadas, poderiam ser redirecionadas para as universidades públicas e privadas sem fins lucrativos.

Embora reconheçamos que é importante estender as bolsas a todos os alunos ou ao menos a maioria, seria bom se abrangesse a todos (as), mas não é uma realidade ainda, uma vez que, alunos dos cursos de licenciatura independente da universidade, são pertencentes à classe trabalhadora provindo das escolas públicas, porém o que nos causa angústia é saber que essas instituições privadas são alimentadas com recursos públicos, como a verba do (ProUni), por exemplo, e acabam retirando investimentos das universidades públicas na qual poderia melhorar ainda mais a qualidade de nossas universidades federais em detrimento das instituições privadas, e ainda estas acabam prestando uma formação de qualidade duvidosa aos futuros profissionais da educação, (Resende, 2023).

Neste sentido (Campos, 2021), corrobora que apesar de o partido dos trabalhadores ter conseguido ascensão política levantando a bandeira das políticas sociais, dentre elas, o acesso ao Ensino Superior pelos mais pobres, ressalta que sempre os governos do partido dos trabalhadores andavam alinhados com os interesses dos grandes capitalistas, de modo que, a educação assim como qualquer outra coisa tornou-se uma mercadoria, que ao ser trocada por um valor em dinheiro pode enriquecer um determinado setor específico, neste caso, o setor do mercado educacional, levando em consideração o que preconiza as políticas econômicas neoliberais, pois

no reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em shopping centers, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro (Sader, 2008, p.16).

Dessa forma, fica mais que evidente a proliferação das Instituições de Ensino Superior impulsionadas pelas políticas econômicas neoliberais subsidiadas pela estrutura estatal, o que tem contribuído ao longo das duas últimas décadas para a mercantilização e conseqüentemente a precarização da formação de nível superior em qualquer área do conhecimento. Outro destaque do Edital 61/2013 se refere as características do projeto, pois apresentou orientações para todas as universidades envolvidas com o Programa.

Sendo assim, o projeto deveria conter um ou mais subprojetos de modo que seria definido pela área do conhecimento do curso de licenciatura, todavia só poderia haver um subprojeto por área de licenciatura. No tocante a equipe para desenvolver o projeto, deveria ser formado da seguinte forma, por no mínimo: a) 05 (cinco) estudantes de licenciatura; b) 1 (um)

professor da licenciatura da (IES) que atue como coordenador de área; c) 1 (um) professor da educação básica que supervisione os estudantes na escola.

Mais um destaque evidenciado neste edital, se refere a alteração realizada no valor da bolsa, todavia ressaltamos que embora enfatizado agora, mas já era possível visualizar o primeiro reajuste pago pela bolsa no Edital 02/2010 e posteriormente reajustados anos mais tarde de acordo com a (PN) nº 33, de 16 de fev. de 2023 (Brasil, 2023), como exposto no quadro a seguir.

QUADRO 10 - VALORES E REAJUSTES DAS BOLSAS

Função	Valor da bolsa em 2007 R\$	Valor da bolsa em 2010 R\$	Reajuste em (%)	Aumento em dinheiro	Valor da bolsa em 2023 R\$	Reajuste em (%)	Aumento em dinheiro
Prof. Coordenador Institucional	1200,00	1.500,00	25%	300,00	2.100,00	40%	600,00
Prof. Coordenador de área	1200,00	1.400,00	16,7%	100,00	2.000,00	42,9%	600,00
Professor supervisor	600,00	765,00	27,5	165,00	1.100,00	43,8	355,00
Bolsista iniciação à docência	350,00	400,00	14,3	50,00	700,00	75%	300,00

Fonte: Brasil (2007) / (2013) / (2023)

Org: Silva e Ribeiro

Embora reconheçamos o grau de importância dos professores envolvidos no Programa, enfatizaremos nossa análise no valor da bolsa paga aos bolsistas levando em consideração o salário mínimo de 2007 quando o PIBID foi lançado, o salário mínimo de 2010 quando as bolsas foram reajustadas pela primeira vez, o salário mínimo de 2023 quando ocorreu os últimos reajustes nos valores das bolsas ofertadas pela CAPES, bem como o salário mínimo vigente em 2026, uma vez que, não houve reajuste nos últimos dois anos e levando em consideração que o valor da bolsa é essencial para permanência da classe trabalhadora no Ensino Superior.

No ano de 2007 de acordo com a Lei nº 11.498, de 28 de jun. de 2007, (Brasil, 2007), que homologou o valor do salário-mínimo para aquele ano, estava sendo praticado o valor de

R\$ 380,00. Enquanto o valor que seria pago aos bolsistas de acordo com as informações do quadro acima, corresponderia a R\$ 350,00 fazendo jus ao percentual de aproximadamente (92,10%) do total do salário-mínimo vigente à época. Ou seja, ao comparar o salário-mínimo com a bolsa, percebe-se, a diferença entre ambos de apenas R\$ 30,00. Isto é, a bolsa apresentava um valor respeitável que proporcionava boas condições materiais para que os bolsistas de fato pudessem dedicar-se com êxito as atividades do Programa, levando em consideração que na (PN de 2007) de abertura do Programa de acordo com o Art. 5º, Inciso II, exigia a participação exclusiva ao Programa.

Enquanto no ano de 2010, a Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010 (Brasil, 2010) estabeleceu o novo valor do salário-mínimo a ser praticado em R\$ 550,00. O valor da bolsa descrito acima, após o reajuste, passou a ser concedido em R\$ 400,00 o que corresponderia a (72,73%) do total vigente a época de uma salário-mínimo. Havendo uma diferença entre ambos de R\$ 150,00, ou seja, passou-se a diminuir o valor da bolsa em relação a primeira proposta, mas ainda era um valor significativo, enquanto no que compete a carga horária de dedicação, percebe-se de acordo com o Decreto nº 7.219, de 24 de jun. de 2010, (Brasil, 2010), que a carga horária deixa de ser exigida com exclusividade ao passar a ser cobrada 30 horas mensais de disponibilidade pelos bolsistas, de acordo com o Art. 2º, Inciso I do supracitado decreto.

Ainda de acordo com as informações apresentadas no quadro, percebe-se que os valores das bolsas CAPES passaram mais de uma década para serem reajustadas novamente, enquanto o salário-mínimo seguiu sua política de reajuste anualmente, implicando negativamente no poder de compra dos bolsistas. Dessa maneira, torna-se visível o quanto os governos têm sido insuficientes nas políticas públicas de fomento a formação inicial de professores. Assim, mesmo com as críticas realizadas ao governo Lula, é importante frisar que apenas com seu retorno em 2022, as bolsas concedidas via CAPES vieram a sofrer alterações no ano seguinte de forma tímida em relação a proporção da proposta inicial das bolsas concedidas ao PIBID em 2007.

Dessa forma, o valor da bolsa para os iniciantes da formação inicial de professores em 2023 passou a ser praticado em de R\$ 700,00. Enquanto o salário-mínimo estava efetivado no valor de R\$ 1.320,00, correspondendo a (53,03 %) do valor total do salário-mínimo, passando a ser pago pela bolsa um pouco mais da metade de um salário, por mais que houve o reajuste, o valor continuou diminuindo. Ao passar três anos do último reajuste, agora em 2026 a bolsa continua pagando o valor de R\$ 700,00 pelo Programa, enquanto o salário-mínimo vigente neste ano está em R\$ 1.621,00 de acordo com o Decreto nº 12.797, de 23 de dez. de 2025 (Brasil, 2025). Assim, ao comparar o valor da bolsa com o salário-mínimo, o valor da bolsa está

representando aproximadamente (43,18%), do valor total de um salário-mínimo e ficando abaixo de meio salário.

Nesta direção, nota-se que desde seu lançamento em 2007 no que se refere ao valor das bolsas para os alunos iniciantes da formação inicial de professores deste Programa, vem diminuindo paulatinamente, o que fragiliza cada vez mais as condições de permanência dos bolsistas que dependem exclusivamente da bolsa ou a tem como complemento, ao mesmo tempo que os impulsionam a procurar emprego, podendo até mesmo abrir mão da bolsa de estudos, pois nem todo emprego formal apresenta flexibilidade para o funcionário se dedicar a horas complementares de estudo, sobretudo no turno diurno exigido pelo Programa.

Neste sentido, a partir de Gatti (2019), é possível compreender que diante do Estado contrabandeado por aqueles que defendem as políticas econômicas neoliberais, vivenciar a universidade de modo exclusivo é para uma minoria da população brasileira. Em outras palavras, a universidade é um local no qual acontece o processo de transformação cultural limitado a uma classe específica, e essa classe não é a classe trabalhadora, logo o trabalhador está cada vez mais ocupando aquele espaço de produção do conhecimento e não por generosidade da elite brasileira, mas por resistência, tornando-se mais que necessário o fomento financeiro à classe trabalhadora para sua manutenção e permanência por meio de Programas como o PIBID, por exemplo.

Desse modo, a autora defende que os investimentos realizados na educação, sobretudo nos cursos de formação inicial de professores devem ser investimentos mais robustos que possam direcionar uma fração maior do Produto Interno Bruto – PIB do país, para que haja uma educação de melhor qualidade em todos os níveis, (Gatti, 2011), sobretudo para alunos (as) provindos da classe daqueles que realmente produzem a riqueza neste país, ou seja, a classe trabalhadora.

Retomando as alterações feitas pelo Programa, destacamos o Edital nº 66/2013 que veio específico para diversidade, voltada para os cursos de licenciatura que abrangessem a formação de professores para atuarem na Educação Básica Indígena e do campo, englobando Educação quilombola, extrativista e ribeirinha. Como temos chamado a atenção, o fomento dado pelo Programa a formação inicial de professores é de suma importância, sobretudo no que compete a formação direcionada para atender cada especificidade, seja ela indígena, ribeirinha, ou quilombola, logo

[...] a Educação do Campo enquanto mobilidade educacional com tradições e costumes singulares, com papel de potencializar reflexões que acumule em forças e produção de saberes que corroborem para a desconstrução da ideia hierárquica entre campo e cidade (Rodrigues, Costa e Martins, 2023. p.3).

Sendo assim, o Programa possibilita condições mínimas para aqueles que saem de locais mais distantes dos centros urbanos onde se localizam as universidades, oferecendo uma formação não apenas teórica, mas prática e de acordo com a reais necessidade de cada povo, fortalecendo seus saberes e apresentando uma visão global que oportuniza sua permanência em seu local de origem ou impulsiona-o a ingressar em novos desafios, como por exemplo, a Ministra dos Povos Indígenas, Sonha Guajajara que saiu de uma pequena cidade do interior do Maranhão e tornou-se uma das maiores referências para seu povo e para nós em nível nacional.

É importante ressaltarmos que nos anos posteriores, ou seja, 2014, 2015, 2016 e 2017 não foram lançados novos editais pela CAPES referente ao PIBID a nível nacional para seleção de novos projetos devido à instabilidade econômica e política que se instalava no país, dessa maneira o Programa seguiu as diretrizes que haviam sido estabelecidas no último edital de 2013, mais especificamente o Edital nº 61/2013. Por conseguinte, o próximo edital foi lançado em 2018 apresentando algumas mudanças que acreditamos pertinentes serem enfatizadas por meio do Edital CAPES 07/2018.

No que se refere aos bolsistas, passou a ser exigido que eles deveriam estar na primeira metade do curso de licenciatura, não podendo ter concluído mais de (60%) do curso, independentemente se a instituição onde cursava a licenciatura fosse pública ou privada com ou sem fins lucrativos na modalidade presencial. Outro destaque que fazemos, é que o Programa passou a abranger o Sistema de Universidade Aberta do Brasil (UAB), bem como a participação de bolsistas voluntários. No que desrespeita a carga horaria, também houve alteração, foi ajustada de 30h para 32 horas mensais, do mesmo modo que o tempo de vigência das bolsas, passaram a valer por 18 meses, ou seja, um ano e meio, ou três semestres.

Para ingresso dos novos bolsistas as (IES) deveriam passar a realizar processo seletivo. Para aqueles que desejavam ser bolsistas e trabalhavam, poderiam participar do Programa, desde que não fosse na instituição vinculada ao Programa, ou seja, a universidade ou a escola de Educação Básica. Poderiam firmar termo de compromisso em ter disponibilidade de no mínimo 32 horas mensais. Em relação as vagas direcionadas as (IES) privadas deveriam ser exclusivas para alunos com vínculo ativo no (ProUni), e caso nas (IES) privadas houvesse bolsas remanescentes, poderiam redirecionar para alunos sem vínculos com o (ProUni).

De acordo com este edital, foram disponibilizadas apenas 45.000 bolsas para alunos em formação inicial. O Edital não especifica quantas bolsas foram direcionadas para os professores envolvidos com o Programa naquele ano, mas que haveria um núcleo, composto por 30

discentes de iniciação à docência, sendo que 24 deles fariam jus ao valor da bolsa, enquanto os outros seis estudantes deveriam integrar o programa de forma voluntária, isto é, sem bolsa.

Fazendo uma comparação entre os editais de 2013 e 2018, observa-se que no edital de 2013 foram disponibilizadas 72.000 bolsas para professores e alunos, enquanto no edital de 2018 disponibilizaram apenas 45.000 bolsas, embora o edital de 2018 direcionasse essas bolsas apenas para os alunos em formação, todavia se olharmos de modo geral, percebe-se uma redução de 27.000 bolsas que corresponde a um percentual de (60%) da quantidade de bolsas ofertadas no edital de 2013, ou seja, foram muitos estudantes que tiveram oportunidades ceifadas devido a essas reduções no orçamento do Programa.

Isto posto, (Cellard, 2008), nos alerta que na Pré-análise um dos fatores de um documento que o pesquisador deve ficar atento, é no que se refere a conjuntura política e econômica, pois a partir desses fatores, o pesquisador poderá desenvolver a análise de forma mais adequada possível. Neste sentido, o edital em destaque, foi editado quando o Brasil passava por momentos sensíveis no que se refere a política e a economia, devido ao caos ocasionado pelo processo de impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff pertencente ao Partido dos Trabalhadores (PT) e os casos de corrupção envolvendo diversos agentes políticos e empresários brasileiros em 2016. Após sua queda, assume o cargo de Presidente da República o então Presidente Michel Temer vinculado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e defensor das políticas econômicas neoliberais.

A partir desse episódio histórico, “[...] aconteceram importantes retrocessos nas políticas sociais e educacionais, mediante adoção de novas práticas, programas e ações do governo federal”, (Dourado e Oliveira, 2018, p. 39). Essas mudanças impactaram negativamente diversas políticas sociais, devido a Emenda Constitucional nº 95/2016, Brasil (2016) promulgada em 15 de dezembro de 2016, que ficou conhecida como Teto de Gastos, estipulando redução nos investimentos pelo Estado em políticas públicas sociais ao realizar cortes excessivos nos investimentos em educação, sobretudo em Programas sociais que subsidiava a classe trabalhadora no Ensino Superior, como por exemplo, a redução no financiamento das bolsas do PIBID como explicitado no edital de 2018, do mesmo modo que precarizou as leis trabalhistas por meio da Lei nº 13.467 de 2017, Brasil (2017) o que prejudicou de forma muito violenta os mais pobres etc.

Dando seguimento, o próximo Edital que destacamos é o Edital nº 2/2020. Os principais pontos que nos chamam atenção, é no que se refere a quantidade de bolsas ofertadas em relação a 2018, ao ser ofertado 45.000 bolsas, enquanto o de 2020 foi ofertado 30.096 bolsas para alunos

em formação inicial e assim como o anterior, não especificou o quantitativo de bolsas para os professores envolvidos com o Programa.

Em relação aos dois editais, há uma redução de 14.904 que corresponde aproximadamente a um percentual de (49,6%) bolsas a menos disponíveis em 2020, ou seja, a cada novo edital lançado, percebe-se a diminuição do quantitativo das bolsas, o que é negativo para permanência de muitos alunos, o que simboliza perfeitamente os ideais neoliberais, embora estes apresentem uma aparente crise, é apenas uma aparência, pois

[...] o neoliberalismo ainda se mantém como principal paradigma econômico (e político) da atualidade, o que torna necessário a contínua análise de seus efeitos econômicos e suas implicações políticas como forma de entender os desdobramentos do modo de produção capitalista neste início de século XXI (Matos, 2008, p.193).

Em vista disso, ressalta-se que parte dos ideais neoliberais consiste sobretudo em enriquecer uma pequena parte da sociedade (os mais ricos) em detrimento da outra (os mais pobres), que por sinal é muito maior, neste sentido a educação para os neoliberais tem a função de produzir mão de obra para o mercado de trabalho no qual os possibilite a execução de atividades simples, os transformando em meros repetidores. Do mesmo modo que visam sucatear o máximo possível os direitos da classe trabalhadora, principalmente no que compete a educação ofertada a eles, pois a educação de qualidade nas mãos dos trabalhadores pode ser uma arma perigosa aos olhos dos capitalistas.

Isso justifica todo descaso com a educação, sobretudo com as universidades federais que foram duramente perseguidas por ex-presidentes alinhados as bandeiras centro-direita e extrema-direita, principalmente no que se refere a ciência produzida por elas. Dando continuidade, outra alteração que merece destaque, se refere diretamente aos bolsistas, que de acordo com o edital em questão, para que pudessem fazer jus a bolsa, passou a exigir no máximo 60% da carga horária total do curso, como também o termo de compromisso passou a ser realizado diretamente no sistema eletrônico da CAPES. Outra novidade, foi a prioridade para escolas que funcionavam como Cívico-Militares.

Levando em consideração o contexto que este edital foi redigido, compreende-se o porquê da redução do quantitativo das bolsas e adesão às escolas militares, pois se traduzem pelo fato de o então Presidente Jair Bolsonaro, assim como seu antecessor, não defender a bandeira educacional ao vê-la como despesa e não como investimento, do mesmo modo que defendia que a educação Cívico-Militar deveria passar a fazer parte do contexto da Educação Básica pública brasileira, dessa maneira justifica-se a prioridade em aderir à esse modelo educacional, o que não é possível visualizar em nenhum outro edital precedente.

Já o Edital nº 23/2022, não trouxe muitas novidades, além de especificar quantas (IES), iriam participar, sendo apenas 250 instituições e o quantitativo de bolsas ofertadas que em nosso entendimento ainda era uma quantidade insuficiente de apenas 30.840. Um pouco mais de 744 bolsas a mais em relação ao edital de 2020, o que corresponde a um aumento na quantidade de aproximadamente (2,47%) de bolsas a mais em relação ao edital anterior.

Caminhando para finalizar nossas análises, verificaremos as principais mudanças ocorridas no Edital nº 10/2024, editado no governo Lula III. Pois após seis anos de administração dos governos alinhados as pautas econômicas neoliberais, o Brasil vivenciou um profundo retrocesso no que compete a manutenção e criação de políticas públicas sociais que visam subsidiar sobretudo os mais pobres impulsionado pelo “Novo Regime Fiscal”, de Michel Temer, como já supracitado.

Assim, os governos que têm como embasamento as políticas econômicas neoliberais “[...] defendem o Estado mínimo e que o próprio mercado seja regulador de tudo, até mesmo dos órgãos públicos” (Guimarães, 2020, p.100), todavia o que de fato há no pensamento neoliberal é o redirecionamento dos investimentos pelo Estado para áreas que contemplam os reais interesses dos grandes capitalistas e foi isso que o Brasil vivenciou de forma muito acentuada nos seis anos dos governos dos então presidentes Temer e Bolsonaro.

Na contramão de tudo isso, ao retornar a ocupar o cargo de Presidente da República em seu terceiro mandato no ano de 2023, o Presidente Lula por ter uma pauta de defesa que mais se aproxima aos interesses dos mais necessitados, uma vez que está alinhado ideologicamente à esquerda, trouxe de volta importantes investimentos por parte do Estado em todas as áreas que contemplam a manutenção e criação de políticas públicas sociais, dentre elas, destacamos o fomento a Educação Superior, ao beneficiar políticas públicas para formação inicial de professores ao conceder mais de 80.000 bolsas de estudos para o PIBID de acordo com o último edital (Brasil, 2024).

Logo, é importante sublinharmos que “os que lutam contra a exploração, a opressão, a dominação e a alienação-isto é, contra o domínio do capital-têm como tarefa educacional a “transformação social ampla e emancipadora” (Sader, 2008, p.18). Embora concordarmos com este autor, todavia fazemos a seguinte ressalva, mesmo que o atual presidente brasileiro seja o que mais tem direcionado recursos financeiros para as políticas educacionais, ao defender que a educação é a força transformadora para elevar a qualidade de vida das pessoas, ainda há muito o que se fazer, no que se refere a investimentos em educação, sobretudo em nível mais deficitário, como é o caso da Educação Básica, para que de fato saíamos do discurso político e

possamos entrar na realidade concreta. Contudo não podemos deixar de reconhecer que o atual gestor do Executivo Federal é o presidente que mais se destacou quando o tema é criação e manutenção das políticas públicas sociais em todas as áreas da sociedade.

Desse modo, destacamos o Edital nº 10/2024 que apresentou algumas alterações que merecem ser enfatizadas em relação aos editais anteriores. Como o quantitativo de vagas, por exemplo, pois houve um salto quantitativo entre o edital de 2022 e 2024, ao passar de 30.840 para 80.040 bolsas, ou seja, um aumento de 49.200 bolsas para iniciação à docência, o que corresponde a um percentual de aproximadamente (159,53%) de bolsas a mais referente a quantidade ofertada no último edital, isto é, as bolsas quase que triplicaram, o que é muito pertinente para o Programa e conseqüentemente para a classe trabalhadora permanecer no Ensino Superior.

Outro ponto que sofreu alteração neste edital, é no que se refere aos subprojetos, ao passar englobar as seguintes áreas do conhecimento: Ciências Agrárias, Computação, Dança, Educação Bilingue de Surdos, Letras Espanhol, Letras Língua Brasileira de Sinais, Licenciaturas Interdisciplinares, Música, Teatro, juntamente com todas as outras áreas do conhecimento já ofertadas em editais precedentes.

Da mesma forma, o Projeto Institucional passou a ser organizado por núcleo de Iniciação à Docência (NID), composto por um coordenador Institucional, um coordenador de área, três supervisores e 24 bolsistas de iniciação à docência. Neste edital foi excluído a participação dos bolsistas voluntários e em relação aos subprojetos, as (IES) poderiam desenvolver atividades que transitassem por um ou mais núcleo, como por exemplo, etapas da Educação Básica, Modalidades de Educação e as Temáticas Educacionais, mas de forma optativa.

Das 80.040 vagas ofertadas para todas as Unidades da Federação (UF) em 2024 foram direcionadas 5.016 vagas para os subprojetos denominados de PIBID Equidade, ou seja, subprojetos voltados para Educação do Campo, Educação Bilíngue de Surdos, Educação Especial Inclusiva, Educação Indígena e Educação Quilombola. Reservou-se ainda 10.008 bolsas para subprojetos que atendam as demandas da alfabetização. Outro destaque que fazemos, se refere a dois pontos da implementação das propostas aprovadas pela CAPES, pois de acordo com o edital, passou a exigir-se dos bolsistas 10 horas semanais de disponibilidade, ou seja, se levarmos em consideração quatro semanas, referente a um mês, equivale a 40h mensais de disponibilidade pelo bolsista ao Programa.

Em relação aos Núcleos de Iniciação à Docência, passou a ser permitido a desenvolver suas atividades apenas os (NIDs) que apresentassem no mínimo 2 supervisores e ao menos 18

bolsistas de iniciação à docência, juntamente com o Coordenador Institucional. Enquanto os (NIDs) Equidade, poderia contar no mínimo com um supervisor e nove bolsistas de iniciação à docência. Já os (NIDs), que não atingissem a quantidade mínima de pessoas, deveriam devolver suas bolsas à CAPES.

Diante das exposições feitas por meio de portarias, editais nacionais e decreto, vimos o quanto o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência vem sofrendo alterações ao longo de quase duas décadas de existência, o que nos leva a compreender “[...] que a educação é um campo de muita disputa política, existindo uma face que é tida como recurso de dominação, direcionando as políticas educacionais para o atendimento de determinados interesses hegemônicos” (Resende, 2023, p.52). Isto se dá de forma muito clara de acordo com as bandeiras ideológicas levantadas por cada chefe do executivo federal, como explicitado por meio das principais alterações realizadas em cada portaria e edital estando de acordo com o contexto econômico e político o qual cada documento é editado como nos chama atenção (Cellard, 2008).

Embora haja este campo de disputa em torno da educação, não podemos deixar de exaltar que o Programa vem demonstrando eficiência (meios) e eficácia (resultados) para formação inicial de professores, ao possibilitar a inserção dos futuros professores no contexto das escolas de Educação Básica antes mesmo do fim do seu processo formativo pela universidade, ao mesmo tempo que os possibilitam a observar e desenvolver suas próprias práticas pedagógicas de ensino, uma vez que “[...] na formação permanente de professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (Freire, 1996, p.18). O que atende aos objetivos deste renomado Programa.

Ao mesmo tempo que o PIBID os impulsionam para além de seus objetivos primários, como destacado, oferece condições materiais mínimas de permanência por meio da bolsa disponibilizada para a classe trabalhadora, o que sem dúvidas acaba combatendo a evasão acadêmica dos cursos de licenciaturas, ao mesmo tempo que os proporcionam uma visão mais ampla que só a execução das atividades acadêmicas muito provavelmente não conseguiriam oferecer, ou seja, uma perspectiva fora dos muros da universidade, o que os tornam futuros profissionais mais bem qualificados ao sanar as exigências mínimas de mercado ao mesmo tempo que por meio da pesquisa que são incentivados a desenvolver pelo Programa, os projetam para o universo da pós-graduação.

5.2 A função do PIBID para a permanência dos filhos da classe trabalhadora no Ensino Superior

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma política pública nacional voltada à formação inicial de professores em nível superior. Um de seus principais objetivos é ampliar a qualificação nos cursos de licenciatura plena em seus respectivos campos de conhecimento, potencializando a reflexão crítica e o aprimoramento das práticas pedagógicas. Ao oportunizar a construção da identidade docente, o programa também estimula o desejo de permanência no curso, combatendo indiretamente a evasão acadêmica, especialmente entre estudantes da classe trabalhadora de baixa renda ao conceder uma bolsa de estudos.

Ainda que o Programa não seja uma política específica de permanência, pois existe legislações específicas para isso, como a Lei nº14.914, de 3 de julho de 2024. Tal norma institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que subsidia estudantes de baixa renda no Ensino Superior para reduzir desigualdades sociais nas universidades federais. Dentre as diretrizes da lei, destaca-se, o Capítulo II, Inciso I, (que trata do Programa de Assistência Estudantil), voltado a garantir benefícios essenciais como alimentação, transporte e inclusão digital etc (Brasil, 2024).

Medidas como essa, não são concedidas pela generosidade dos governos do Executivo Federal, mas sim em decorrência da luta dos movimentos estudantis. Segundo Campos (2021), tais ações levam os estudantes a compreender que não se trata apenas de uma política assistencialista, mas de uma conquista de muitos egressos, permitindo-lhes usufruir de seus direitos com orgulho. Nesta mesma direção o PIBID tem demonstrado, ainda que indiretamente, características fundamentais ao prover auxílio financeiro, garantindo as condições materiais mínimas de existência para que alunos (as) da classe trabalhadora e seus filhos permaneçam no universo acadêmico ao se dedicarem aos cursos de formação de professores.

Nesta direção, destaca-se que o Programa, ao proporcionar a permanência, ainda que como objetivo secundário, encontra respaldo no Artigo 62, inciso 4º da LDB (Lei nº 9.394/96). O referido texto preceitua que a “União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios devem adotar mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes para a educação básica pública” (Brasil, 1996, p.47). Tal respaldo é de suma importância, visto que a maioria dos ingressantes em cursos de licenciatura provém de escolas públicas e pertencem à classe trabalhadora de menor poder aquisitivo (Pereira e Fiamengue, 2026).

Segundo Campos (2021), a abertura da universidade à classe trabalhadora de baixa renda viabilizada por programas do governo do Partido dos Trabalhadores, fomentou o debate acadêmico sobre as desigualdades sociais existentes no ensino superior. Até a criação do Reuni, do ProUni e da Lei de Cotas, a universidade pública era restrita às elites. O que possibilitou por meio de muitas discussões a criação de leis que viessem não apenas dar acesso à classe trabalhadora, mas condições de permanência aos trabalhadores e seus filhos no Ensino Superior.

Contudo, após o impeachment de 2016 sofrido pela então presidente Dilma Rousseff, os grupos que assumiram o poder buscaram reformular o Ensino Médio para atender aos interesses do mercado. Essa reforma visou à formação de mão de obra barata por meio do sucateamento desse nível de ensino o que poderia dificultar o tão sonhado acesso ao Ensino Superior tanto pelos trabalhadores, visto que muitos só têm acesso à universidade depois que se tornam responsáveis por suas próprias famílias, quanto por seus filhos.

Diante de tal proposta, caso não viesse a sofrer alterações anos mais tarde, segundo (Frigotto, 2016), consolidaria duas modalidades educacionais: uma destinada aos filhos das elites, com acesso garantido a uma educação rica em conhecimento e cultura, voltada para quem exerce o comando, e outra voltada aos trabalhadores, baseada em um aprendizado aligeirado para atender às demandas imediatas do mercado. Essa divisão fundamenta-se na premissa de que o estudo integral seria um privilégio de quem dispõe de tempo. Em nosso país, muitos jovens trabalham desde cedo devido a diversas nuances socioeconômicas, o que prejudica a dedicação exclusiva aos estudos e os impulsionam, quando possível, aos cursos noturnos, dada a jornada de trabalho exacerbada (Gatti, 2014).

Diante do exposto, com o retorno do Governo do Partido dos trabalhadores a legislação criada pelo então presidente Michel Temer sofreu ajustes, devolvendo o acesso de forma obrigatória de todos os componentes curriculares, dos quais merecem destaques, as disciplinas de Filosofia e Sociologia para que todos alunos (as) pertencentes à classe trabalhadora da Educação Básica pública brasileira pudessem ter acesso aos conteúdos necessários para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio “diminuindo as disparidades” entre os estudantes da educação pública e privada, dando assim oportunidades quase que iguais para ambos concorrerem uma vaga nos cursos oferecidos pelas universidades públicas.

Embora o acesso às universidades públicas federais seja realizado pelo ENEM, e às estaduais por processos seletivos próprios, o que seriam mecanismos que teoricamente garantem o “acesso a todos (as) de forma igualitária”, a seleção não é justa para a classe trabalhadora proveniente das escolas públicas. Isso devido ao investimento massivo das

instituições privadas no Ensino Fundamental e Médio, deixando seus alunos bem mais preparados para os vestibulares. Em contrapartida, persistem imensas necessidades de investimento financeiro na educação básica pública, o que coloca os alunos da rede pública em desvantagem e com menor preparação para disputar o exame, restringindo o acesso de estudantes de baixa renda aos cursos menos concorridos, (Picanço, 2016). Esse processo acontece sobretudo pelos desvios de verbas públicas que deveriam ser direcionadas a educação básica, principalmente pelos gestores dos executivos estaduais e municipais, juntamente com os representantes do legislativo.

Levando em consideração o supracitado, torna-se quase que uma regra a predominância de pessoas negras e da classe trabalhadora de baixa renda, oriundas de escolas públicas, nos cursos de formação inicial de professores. Isso ocorre porque as condições socioeconômicas se tornam um fator determinante na escolha do curso. Esse cenário impulsiona a opção por cursos considerados de baixo prestígio, como lamentavelmente é vista as licenciaturas pela sociedade brasileira. Em compensação, cursos ditos de alto prestígio, como Direito e Medicina, nas universidades públicas, acabam tendo a maior parte de suas vagas preenchidas por alunos provindos de instituições de ensino privado. Essa realidade seria muito mais acentuada, caso não houvesse a Lei de Cotas (Pereira; Fiamengue, 2026).

Nesse sentido, torna-se pertinente a criação de mecanismos que garantam condições materiais mínimas para que os alunos (as) da classe trabalhadora de baixa renda consigam em meio a tantas dificuldades, manter-se no Ensino Superior. Para tanto, são fundamentais políticas públicas de permanência. Segundo (Mendes, 2020), a ideia de permanência quando se refere ao Ensino Superior está diretamente vinculada as condições materiais necessárias que oportunizem a vivência com êxito de todas as atividades realizadas no transcorrer do curso, visando sua conclusão, sendo este, o resultado que todos esperam ao ingressarem na universidade.

Ainda de acordo com Mendes, discutir no contexto universitário políticas de permanência, é trazer à tona, às desigualdades sociais que são históricas e ainda persistem no interior de nossas universidades federais e/ou estaduais, sejam econômicas ou raciais. Essas desigualdades são sofridas por pessoas que, até início deste século, talvez jamais tivessem pensado em frequentar uma instituição de Ensino Superior, especialmente o público, pois durante muito tempo foi o principal fulcro de produção de conhecimento e cultura restrita às famílias elitizadas de nosso país.

Nesse contexto, o PIBID tem contribuído para consolidação do processo formativo dos estudantes dos cursos de licenciaturas, do mesmo modo que, combate a evasão acadêmica por

meio da bolsa de estudos ao permitir condições materiais possíveis para os discentes se dediquem com mais intensidade as exigências universitárias. Pois para os alunos que não são chefes de suas famílias, possibilita uma renda que se torna fundamental, e para aqueles que trabalham e dispõem de cerca de 10h semanais, funciona como um complemento financeiro, dando-lhe oportunidade de vivenciar com zelo as atividades acadêmicas, transformando-o em um profissional mais capacitado em comparação aos que não usufruíram da mesma oportunidade.

Logo, pode-se compreender que as políticas públicas de permanência estudantil para o Ensino Superior, “[...] está ligada ao conjunto de ações que visem a conclusão exitosa, minimizando tanto a evasão quanto a retenção destes estudantes durante sua passagem pelos cursos de graduação [...]”, (Pereira e Fiamengue, 2026, p.5). Nesta mesma direção, o PIBID é uma política pública que está para além de seus objetivos primários ao ansiar a potencialização da formação inicial de professores em curso de graduação, pois ao vincular teoria, prática e ajuda de custo financeiro, torna-se uma política estratégica fundamental para combater a retenção e o abandono acadêmico (Faustino e Lopes, 2025).

Assim, torna-se evidente que mesmo existindo políticas específicas de permanência, o Programa também diminui mesmo que minimamente o distanciamento entre alunos que estudaram todo seu percurso da educação básica em instituições ensino privado e aqueles vindos das escolas públicas periféricas. Mesmo na universidade pública raramente os pais têm condições financeiras para mantê-los no Ensino Superior. Partindo desse pressuposto, o PIBID assim como as políticas específicas de permanência estudantil, atua sobre fatores materiais básicos que pode ser impedimento na realidade de muitos da classe trabalhadora, como alimentação, vestimenta, moradia, transporte, livros, xerox, equipamento tecnológico, participação em eventos etc.

Isso não reduz as políticas de permanência e, excepcionalmente, o PIBID a uma ação meramente assistencialista de cunho eleitoral. Pelo contrário, trata-se de uma iniciativa que dá à classe trabalhadora a oportunidade de voltar a sonhar e de compreender que o espaço de produção de conhecimento e cultura não se limita à elite brasileira. Caso esteja limitado, a classe trabalhadora deve continuar reivindicando seus direitos e ocupando cada área do saber oferecida pelas nossas universidades.

Embora seja reconhecido o poder de transformação dessas políticas na vida das pessoas, elas ainda são insuficientes para resolver o problema das condições de permanência dos trabalhadores de baixa renda no Ensino Superior. O que nos leva a cobrar de nossos governantes

o aprofundamento e desenvolvimento de novas ações que venham estancar de vez a questão das desigualdades sociais, não apenas no interior de nossas universidades, mas na sociedade de modo geral.

6. PRODUTO DA PESQUISA

Em busca de atender as exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas - PPGEP, este sendo um Programa de Mestrado Profissional, se fez necessário lançar mão da produção de um documentário, enquanto produto educacional, no qual teve-se como intenção apresentar em síntese o que é o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID para toda a comunidade acadêmica, vinculada aos cursos de licenciaturas com ênfase nos alunos oriundos da classe trabalhadora de baixa renda, e os demais interessados do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia – UFMA Imperatriz.

Documentário é um gênero cinematográfico e audiovisual que, busca de forma clara e objetiva apresentar aquilo que é factual por meio de áudio e vídeo recorrendo-se a uso de imagens, narrativas, entrevistas com personagens reais etc., para expressar um contexto específico o qual o documentarista busca transmitir a seu telespectador. Em outras palavras,

[...] o documentário, diferentemente da ficção, é a edição (ou não) de um conteúdo audiovisual captado por dispositivos variados e distintos (câmera, filmadora, celular), que reflete a perspectiva pessoal do realizador – ou seja, nem tudo é verdade no documentário-, envolvendo informações colhidas no mundo histórico, ambientações quase sempre realistas e personagens na maioria das vezes autodeterminantes (que falam de si ou desse mundo), roteiro final definido e não necessariamente com fins comerciais, com o objetivo de atrair nossa atenção. Uma definição longa, mas completa, ou ao menos uma tentativa de definição (Lucena, 2012, p.16).

Dessa maneira, apresentamos por meio de um documentário os relatos das experiências dos ex-bolsistas, os impactos causados pelo Programa, tanto da vivência que eles/elas tiveram entre a universidade e a escola-campo, como também, o suporte financeiro concedido pela bolsa de estudos para que o (a) discente permaneça desenvolvendo suas atividades acadêmicas.

Neste sentido, em busca de melhor externalizar as impressões a respeito do Programa fizemos uso do documentário de subgênero participativo, pois “[...] de um modo geral, o tema desses documentários é a relação do documentarista com o mundo. As impressões e opiniões dele importam para a narrativa que está sendo elaborada” (COLEN, 2019).

Assim, a divulgação das experiências e opiniões explicitadas pelos ex-bolsistas são importantes para divulgação do Programa, pois a partir das entrevistas foi evidenciado que a divulgação do PIBID por parte da universidade ainda é tímida, podendo ser publicizada por meio deste trabalho a um maior número de estudantes.

Para o desenvolvimento deste produto educacional, produziu-se juntamente com a profissional contratada para gravação e edição do vídeo, um delineamento de como seria

organizado cada etapa da gravação conhecido também de acordo com (Campos, 2021) de pré-produção. Em seguida, levantou-se previamente como se daria cada etapa de gravação, quais imagens seriam utilizadas, qual trilha sonora seria escolhida, qual espaço se tornaria cenário do documentário e qual parte seria inserido a voz do narrador.

Depois, partiu-se para as gravações propriamente ditas, explorando alguns espaços internos e externos da UFMA/Imperatriz/Centro Unidade Pref^o. José Batista de Oliveira, como a biblioteca, a sala de estudos do próprio PIBID subprojeto de Sociologia, praça de alimentação, o corredor que liga as salas de madeira à estrutura administrativa da universidade e a praça. Por fim, todo material produzido foi encaminhado para parte final do processo que consiste na edição dando conclusão ao nosso produto educacional.

As gravações do documentário ocorreram por meio de um aparelho celular da marca: Iphone, modelo: XR 64gb, em dia e horário de acordo com a disponibilidade de cada participante. A voz que aparece narrando os critérios de acesso ao Programa foi desenvolvida pelo aplicativo de áudio: Vozdonarrador tts. Para edição dos vídeos e trilha sonora, contou-se com o aplicativo *CapCut* gratuito disponível na loja virtual Play Store do Google. Todas as gravações foram realizadas dentro das dependências da UFMA/CENTRO, exceto uma, a da participante Regina Ribeiro, em razão de morar na cidade de São Bento no estado do Tocantins.

Como a cidade fica longe de Imperatriz e por ela fazer parte do quadro efetivo de professores da rede estadual, não conseguiu se deslocar à cidade de Imperatriz para a realização desta etapa. Portanto, a gravação foi feita pela própria participante nas dependências da escola onde trabalha, realizada por seu próprio aparelho celular da marca: Xiaomi de sistema operacional: HyperOS. No quadro a seguir, evidenciam-se o, os dias e duração de cada gravação, nesta etapa, utilizaram-se os nomes reais dos participantes, visto que, autorizado por eles (as) e constam no desenrolar do documentário.

QUADRO 11- GRAVAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO

Participante e pesquisador	dia	Duração da gravação
Diego Santos	23/02/2021	4m
Regina Ribeiro	24/02/2026	10 m e 7s
Sulane Silva	23/01/2025	3 min e 43s
Ramon Lopes	25/02/2026	7min 47s
Rangel Nascimento	19/01/2026	2 min e 40s
Leucivan Santos	27/02/2026	1m e 28s

Fonte: do próprio pesquisador

Org. Silva e Ribeiro (2026)

Em seguida, de forma concisa, apresentou-se de acordo com o último edital, quais as principais exigências para que o discente possa estar se integrando ao Programa, como descrito a na próxima seção.

6.1 Critérios de seleção para os bolsistas PIBID/UFMA/Sociologia.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência é normatizado pelas Portarias Normativas emitidas pelo Ministério da Educação – MEC a nível nacional que apresenta todas as exigências para o bom funcionamento do Programa, bem como Editais nacionais que realizam as chamadas públicas das instituições proponentes dos respectivos projetos, enquanto os editais internos são realizados pelas (IES) as quais seus respectivos projetos foram aprovados pela CAPES direcionando as seleções mais específicas, desde alunos de iniciação à docência aos respectivos professores que atuarão nas escolas-campo de educação básica, como supervisores etc.

Desse modo, de acordo com o Edital PIBID/UFMA/CAPES nº 291/2024, para que os bolsistas pudessem/possam ser selecionados, eles deveriam/devem estar de acordo com os seguintes requisitos:

a) Estar no ato da inscrição deste processo seletivo, regularmente matriculado a partir do segundo período nos cursos de licenciaturas elencados tabela I deste Edital; b) Ter bom desempenho acadêmico; c) Realizar as atividades planejadas juntamente com o Supervisor e o Coordenador de Área, com dedicação de carga horária mínima de 10 (dez) horas semanais ao PIBID conforme a Portaria nº 157, de 28 de Maio de 2024; d) O estudante de licenciatura que possua vínculo empregatício poderá ser bolsista PIBID, desde que não possua relação de trabalho com a UFMA ou com a escola onde desenvolverá as atividades do subprojeto; e) Não receber bolsa do programa Aprimoramento Acadêmico-PROAES-UFMA, PIBIC, PET, Residência Pedagógica-RP/CAPES, e/ou da UFMA – vinculadas a programas financiados pela CAPES, FNDE e CNPq. f) Possuir cadastro na Plataforma Paulo Freire, disponível no endereço eletrônico <https://freire.capes.gov.br/portal/> g) Possuir Conta Corrente para recebimento de bolsa quando houver disponibilidade no programa (UFMA, 2024).

Todavia os alunos (as) interessados (as) em participar do Programa deve se atentar aos requisitos mencionados, mas ficar atento, pois poderá haver alterações nos requisitos de acordo com os novos editais que vão sendo lançados em cada nova seleção específica. Em relação a inscrição, não há dificuldades, ou seja, basta seguir as orientações do edital de seleção em aberto, podendo o discente realizar os seguintes passos: (Acesse o sistema SIGAA)

a) 1º PASSO: Acessar no perfil discente >> ENSINO >> PROGRAMAS E SELETIVOS ESPECIAIS DE GRADUAÇÃO >> INSCREVER-SE. b) 2º PASSO: Selecione o Programa/Seletivo >> Seleção PIBID-UFMA-CAPES e o clique em

inscrever-se. c) 3º PASSO: Para finalizar sua inscrição, clique em OK na caixa de diálogo (UFMA, 2024. p.5).

Por fim, basta o candidato aguardar o resultado da seleção que será feito pela Coordenação Institucional e Coordenadores de Área de Gestão levando em consideração o coeficiente de rendimento do discente enquanto critério de seleção e classificação. Em relação ao resultado, é divulgado no próprio site da UFMA via edital de convocação, ou via e-mail institucional da própria universidade, (UFMA, 2024). Desse modo, os candidatos devem ficar atentos as informações para além do site da UFMA e do e-mail podendo estar verificando mais informações junto a coordenação de seu respectivo curso.

7. DIÁLOGOS ENTRE RESULTADOS ESPERADOS E ALCANÇADOS

Em busca de atender aos nossos propósitos, frisamos mais uma vez que, esta dissertação contou com cinco ex-bolsistas vinculados ao subprojeto PIBID/Sociologia, todos oriundos da classe trabalhadora de baixa renda. Sendo duas participantes mulheres e três homens. Todos externalizaram a relevância do Programa para permanência de alunos oriundos da classe trabalhadora no Ensino Superior, ainda que esta não seja uma política específica de permanência, bem como a importância que ele apresenta para o desenvolvimento de experiências no contexto da Educação Básica antes mesmo da conclusão do processo formativo oferecido pela universidade.

Diante do mencionado, o conteúdo proveniente das cinco entrevistas foi agrupado em cinco categorias: 1ª) Condição socioeconômica e ocupacional; 2ª) Fatores Determinantes da Escolha Profissional; 3ª) Barreiras de Acesso Socioeconômicas; 4ª) Meios de comunicação; e 5ª) Motivações e Impactos Socioeconômicos da Bolsa. Assim sendo, apresentamos um quadro abaixo, descrevendo as categorias, juntamente com os temas gerados por meio dos dados levantados.

QUADRO 12- ESTRUTURAÇÃO DAS CATEGORIAS E TEMAS DAS ENTREVISTAS

Categoria	Temas
Perfil socioeconômico e ocupacional	Ensino Fundamental e Médio, doméstica, Op. de máquinas, camponês, salário-mínimo e desempregado.
Fatores Determinantes da Escolha Profissional	Aptidão, nota de corte, influência familiar e de professores.
Barreiras de Permanência Socioeconômicas	Falta de recurso financeiro e locomoção.
Meios de comunicação	Divulgação espontânea e plataforma digital.
Motivações e Impactos Socioeconômicos da Bolsa	Experiência profissional, ajuda financeira, a bolsa é um incentivo para permanência

Fonte: Dados obtidos pelos pesquisadores em entrevistas com ex-bolsistas (2026).

Os dados apresentados são referentes ao período que os ex-bolsistas estavam vinculados ao Programa. Nas seções a seguir, realizar-se-ão as discussões entre o referencial teórico e os dados localizados.

7.1 Perfil socioeconômico e ocupacional

A primeira categoria mencionada foi nomeada de Perfil socioeconômico e ocupacional. Esta categoria leva em consideração o nível de escolaridade dos pais ou responsáveis, do mesmo modo que, à qual profissão estão inseridos no processo produtivo. No tocante ao nível de escolaridade dos pais ou responsáveis, dois temas foram sublinhados em termos de frequência, sendo mencionado com maior intensidade o Ensino Fundamental, em seguida o Ensino Médio. No que se refere ao campo de atuação profissional, o mais enfatizado foi o trabalho doméstico, seguido de trabalho no campo e operador de máquinas.

Conforme podemos evidenciar nas falas dos participantes Comte e Barros:

Bom, o grau de escolaridade dos meus pais são ensino fundamental incompleto. Minha mãe é **doméstica**, mas no quesito faxineira, popularmente falando, e meu pai é pedreiro (Comte, 2026).

Eles vieram de Portugal na década de 50. O grau de escolaridade lá é o mesmo que fosse o fundamental aqui. Eles eram **camponeses**, em uma cidade muito pequena. Então, aquela história, né? Vieram para o Brasil para procurar uma vida melhor (Barros, 2026).

Nesta perspectiva, destaca-se a presença de filhos da classe trabalhadora no Ensino Superior de menor prestígio social, provenientes de família de baixa renda como enfatizado pelas participantes. Ampliando-se assim, o conceito de classe social apresentado por Marx, ao olhar a sociedade do século XVIII, que vivenciava profundas transformações em virtude dos efeitos da industrialização, dividindo-a em duas classes sociais: a burguesia e a classe trabalhadora (Oliveira e Quintaneiro, 2019).

Todavia o conceito de classe social na contemporaneidade sofreu alterações por causa da internacionalização do capital, tornando-a mais ampla, heterogênea e multifacetada, podendo ser compreendida segundo as pesquisas do professor Ricardo Antunes, como todos aqueles (as) que vivem do valor ganho pelo seu trabalho, como por exemplo, “o proletariado rural, o proletariado moderno, fabril e de serviços, *part time*, que se caracteriza pelo vínculo do trabalho temporário, a totalidade dos trabalhadores desempregados, o trabalho doméstico etc.” (Antunes, 2008).

Dessa maneira, o conceito de classe social na contemporaneidade incorpora todos as áreas do processo produtivo, podendo ficar de fora, unicamente, ainda de acordo com o professor Ricardo Antunes, àqueles (as) que são gestores do capital, pequenos empresários, a burguesia urbana e rural, quem vive de juros e especulação. Portanto com exceção destes, todos os outros fazem parte da classe trabalhadora moderna.

O que nos faz compreender que os estudantes dos cursos de licenciatura nas últimas décadas são os filhos e as filhas provindos da classe trabalhadora de baixa renda que passaram a ocupar os cursos de licenciatura em universidades públicas em razão do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), ao proporcionar a ampliação de vagas descentralizando os campi dos grandes centros urbanos para pequenas cidades, bem como as ações afirmativas que permitiu-lhes adentrar tanto nas universidades públicas quanto privadas (Gatti,2019).

Neste contexto, inferimos que o acesso ao Ensino Superior para esses estudantes será um divisor de águas em suas histórias, ao propor-lhes uma mudança na qualidade de vida. Ainda que a área da educação não seja uma referência para o bem-estar do trabalhador, não há dúvidas que o serviço docente efetivo os concederá uma melhor remuneração ao compara-se com outras áreas do processo produtivo à qual não exige uma formação de nível superior. Sem desmerecer a profissão de seus pais, eles poderão, quem sabe, quebrar os círculos viciosos ao evitar herdar profissões que exigem muito esforço físico e oferecem baixa remuneração, fator que os mantém na classe trabalhadora de baixa renda.

7.2 Fatores determinantes da escolha profissional

Nesta segunda categoria, intitulada de Fatores determinantes da escolha profissional levaram-se em consideração os reais motivos pelos quais os participantes optaram em cursar Sociologia, e posteriormente, seguir a carreira docente. Todavia, lembra-se que embora o Programa sinalize que seus respectivos participantes devam aderir a essa política visando vir a ingressar na carreira docente, nem sempre é possível, devido a diversas nuances. Não aprofundaremos neste mérito, pois aqui há uma outra discussão que não contempla nossos objetivos. Porém destaca-se três temas com maior frequência nesta categoria: aptidão para área de Ciências Humanas, seguido de nota de corte, influência familiar e de professores.

É o que transparece nas falas dos participantes Marx e Bicudo:

Essa é uma pergunta interessante. Inclusive, quando a gente começa o curso, eles perguntam isso, né? Então, **eu escolhi Sociologia por causa de um professor**. Eu não diria só um, mas ele foi o principal, né? **Professor Valder**, professor de História do Edna Moraes, aqui em Imperatriz. O livro da minha época era melhor do que ele é hoje. Ele era grosso, né? E eu terminei em 2019 o Ensino Médio. Eu sempre tive contato com os livros de Sociologia e Filosofia, porque os meus irmãos, eles são formados também. Eu tenho três irmãos, mais um homem e duas mulheres. Pedagogia, Geografia, Física e História. Então, eles todos, têm formação. Em Virtude disso, a gente tinha uma biblioteca em casa. Biblioteca, assim, entre aspas. Eram livros que eles iam pegando, por exemplo, no antigo Farol, que tinha aqui em Imperatriz, né? Então, quando o Farol fechou, eles jogaram muitos livros na calçada, eles pegaram e levavam pra casa (Marx, 2026).

Tá, um dos fatores é porque eu queria muito entrar na Universidade Pública, né? E aí, eu já vinha concorrendo há muito tempo a questão do Enem e **nunca consegui entrar no curso que eu queria, infelizmente**. E aí, eu tentei, eu falei, essa vai ser a última vez que eu vou fazer o Enem e vou tentar essa possibilidade. E aí, eu tentei para o curso de Licenciatura em Sociologia e deu certo. Eu falei, ah, então era para entrar mesmo (Bicudo, 2026).

Levando em consideração o supracitado, apesar de o curso de formação inicial de professores sofrer muitas críticas e ser classificado como um curso de baixo prestígio social ao comparar-se com as áreas da medicina e do direito, como nos chama atenção (Pereira; Fiamengue, 2026), percebe-se o grau de importância de famílias que compreendem o meio educacional como uma ferramenta para o processo de emancipação social, ao possibilitar todas as condições necessárias para que seus filhos (as) ingressem em um curso superior.

Neste sentido, outro fator determinante na realidade da educação básica evidente na fala do participante (Marx, 2026) acentua a relevância positiva de quando há no processo formativo da Educação Básica, professores embebecidos pelos ensinamentos Freirianos, no sentido de ajudar o aluno, se autoformar para quebrar os paradigmas dominantes rompendo com os círculos viciosos, que desejam ardentemente nos transformar em meros repetidores de atividades técnicas e reprodutivistas para manutenção do capital.

Nesta mesma direção, revisitamos (Moura e Nacarato, 2024), ao argumentarem que nosso processo formativo é muito mais amplo do que os muros da universidade, pois nosso interesse pela carreira docente brota desde a mais tenra idade, ao sermos influenciados por todos os mestres (as) pelos quais passamos e tivemos a honra de tê-los (as) ao longo da jornada educacional, seja na Educação Básica ou Ensino Superior, em outras palavras, o ser docente está em nossa essência e quando tem-se o privilégio de encontrar bons mestres (as), nos tornamos mestres (as) ainda melhores do que aqueles que nos precederam, independente de qual campo do conhecimento exerceremos nossa docência.

Entretanto, não se deve romantizar a carreira docente. O que nos faz refletir a contribuição de (Bicudo, 2026). Nem todo aquele que está na carreira docente, ingressou por “amor, habilidades ou influência”, mas sim pelo fato de ser a única oportunidade de melhoria na qualidade de vida. Ou seja, muitos ingressam nos cursos de licenciatura e em nosso caso, de Sociologia, em razão de não atingirem notas mais altas para ingressar em cursos elitizados oferecidos pelas (IES) por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ou nos exames específicos das universidades da rede estadual de ensino.

Ainda que tenhamos chamado atenção para a relevância de todas as políticas públicas direcionadas tanto para áreas sociais, quanto educacionais adotada pelo Governo do Partido dos Trabalhadores, nota-se visivelmente que a Educação Superior, no que se refere aos cursos de alto prestígio social, ainda está muito distante da realidade da classe trabalhadora de baixa renda, e limitado a uma classe trabalhadora mais elitizada.

Mesmo com a ampliação do número de vagas nas universidades públicas, e a criação das políticas afirmativas que permitiram aos trabalhadores, e seus filhos o acesso ao Ensino Superior, como destaca (Campos, 2021). Existe um certo avanço, porém ainda é tímido a presença de pessoas oriunda da classe trabalhadora de baixa renda nos cursos renomados.

Essa realidade alarmante, se justifica sobretudo, pela tomada de assalto do Estado brasileiro pelos detentores do capital há muito tempo, vindo a se escancarar de forma definitiva com o Golpe de Estado sofrido pela então Presidente Dilma Roussef no ano de 2016. No qual, inspirados nos preceitos do Banco Mundial, juntamente com a Organização Mundial do Comercio desejavam homologar duas vertentes educacionais: uma para quem manda e outra para quem é obedecido (Frigotto, 2016).

Contudo, mesmo o plano não se concretizando como afirma este autor, percebe-se essa realidade, ou seja, mesmo com todas as ações governamentais, existem lacunas de grandes proporções na Educação Básica. Há muitas deficiências, o que impossibilita a classe trabalhadora de baixa renda competir de forma igual aos da elite brasileira pelas vagas ofertadas nas universidades públicas, restando-lhes como opção, os cursos menos concorridos como as licenciaturas (Picanço, 2016).

Assim sendo, inferimos que, apesar de haver alunos (as) que ingressam nos cursos de licenciatura por serem dotados de habilidades nas respectivas áreas e em virtude de terem a oportunidade de encontrar excelentes professores em suas trajetórias, necessita-se de ações concretas por parte daqueles que ocupam os três poderes da República Brasileira. Tais ações são fundamentais para que se possa vencer as barreiras impostas pelos interesses neoliberais

que, embora se propague sua falência, permanece entre nós com todo vigor como alerta (Matos, 2008).

Segundo (Mészáros, 2008, p.27) “[...] é por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente”. Portanto, só será possível uma competição de igualdade pelos cursos superiores oferecidos pelas universidades públicas, a partir do momento que a educação básica for tratada com o respeito que merece, do contrário, prevalecerá sempre mais do mesmo, ou seja, as desigualdades entre ricos e pobres, mantendo a lógica do capital.

7.3 Barreiras de Permanência Socioeconômicas

Esta categoria nomeada de Barreiras de acesso socioeconômicas atentou-se aos desafios encontrados pelos ex-bolsistas no que se refere a se manter no contexto universitário, mesmo sendo uma Instituição de Ensino Superior Pública, o que nos instiga refletir a relevância de políticas públicas não apenas de acesso, mas de permanência que possibilite condições mínimas para existência da classe trabalhadora de baixa renda nos cursos de nível superior. Nesta categoria, enfatiza-se dois temas, sendo o de maior frequência, falta de recurso financeiro, seguido de locomoção.

É o que demonstra os participantes Comte e Durkheim:

Eu acho que, querendo ou não, o maior **desafio** para quem não mora perto da universidade é o deslocamento. Assim como a questão do **deslocamento**, o **subsídio que, dependendo da família**, a minha também não tinha como subsidiar muito. Então, uma das coisas que acabou dificultando foi por conta disso, porque eu tinha que vir de ônibus, ou então eu vinha de bicicleta para a UFMA (Comte, 2026).

Para mim, um dos principais **desafios** sempre foi a questão do horário em relação ao **trabalho**. Porque eu fico com uma rotina bastante corrida. Muitas vezes, eu já cheguei a ter que sair do trabalho e vir direto para a faculdade. Às vezes, não dá para ir em casa tomar um banho ou **almoçar**. Então, a gente vem com fome, muitas vezes. E isso dificulta muito, a gente focar e ter mesmo aquela vontade de estar na faculdade. Isso prejudica um pouco (Durkheim, 2026).

A partir das considerações levantadas por Comte e Durkheim verifica-se o quanto é difícil a permanência ao longo da jornada acadêmica para os filhos dos (das) trabalhadores (as) de baixa renda. Como evidenciado na primeira seção deste capítulo, os pais ou responsáveis, por possuírem baixa escolaridade, conseqüentemente fazem parte de profissões que não promovem o pagamento de bons salários, o que implica negativamente na qualidade de vida de

toda família, impossibilitando a assistência financeira para subsidiar seus filhos no desenvolvimento acadêmico.

Neste cenário (Pereira e Fiamengue, 2026, p.4) afirmam que “o PIBID pode apresentar características que favorecem a permanência dos (as) estudantes, sendo uma estratégia, mesmo não sendo uma política criada com esse objetivo”, mas vem ajudando na sobrevivência destes estudantes no ambiente acadêmico. Ainda que, o aluno faça parte do Programa contando com a bolsa, muitos se veem obrigados pela necessidade material, conciliar o Trabalho formal, o curso de licenciatura, juntamente ao PIBID, pois do contrário, o orçamento financeiro de sua casa não fecha, levando o/a bolsista passar sérias necessidades financeiras, faltando dinheiro para custear despesas básicas.

Dentre elas, destacam-se: a questão do deslocamento entre casa, trabalho e universidade. Sem o apoio da família e sem emprego, o aluno fica impossibilitado de realizar atividades diárias, como por exemplo, comer, vestir ou até mesmo pagar um transporte para se deslocar até a universidade, em razão de muitos morarem em bairros periféricos, ou até mesmo aqueles que vêm de outras cidades, não conseguirem pagar um aluguel próximo da instituição de ensino, devido aos altos valores cobrados.

Desse modo, reflete-se as dificuldades às quais os trabalhadores e seu filhos são submetidos, não são algo alheio ao pensamento de quem idealiza a educação em nosso país. Tudo que nos é imposto faz parte do avanço do pensamento neoliberal que, dificulta não apenas a entrada da classe trabalhadora no ensino superior, mas também sua permanência. Por conseguinte, a classe trabalhadora de baixa renda, é empurrada aos cursos noturnos, de modo que, possa estar imersa no processo produtivo desde muito cedo e trabalhando de forma exacerbada, (Gatti,2014).

Assim, aqueles que conseguem chegar à universidade, será após dias exaustivos de trabalho, sem oportunidade de vivenciá-la em sua totalidade. Contudo, a educação brasileira encontra-se fundamentada nos princípios neoliberais que são seguidas fielmente pelos partidos de direita e extrema direita, pois ao destruir o futuro de muitos de origem pobre, ao reduzir de forma drástica o financiamento em educação, enriquecem cada vez mais os grandes capitalistas. Pois “é melhor uma boa escola para poucos do que uma escola deficiente para muitos” (Saviani,1999, p.22). Em virtude desse direcionamento, persistem as desigualdades sociais dentro das escolas e universidades, mesmo elas sendo instituições públicas.

Portanto, inferimos que, as dificuldades encontradas pela classe trabalhadora não estão limitadas apenas às questões de acesso, uma vez que, há políticas que estão buscando sanar ou

ao menos diminuir a ausência de pessoas de menor poder aquisitivo nas universidades públicas. Mas condições de permanência, tornando-se necessário a ampliação e a criação de novas políticas que ofereçam, mais que condições mínimas, ou seja, condições dignas que permitam o licenciando comer, vestir, pagar o aluguel, o transporte etc. Pois quem sabe assim, os estudantes oriundos da classe trabalhadora encontrarão mais motivos para permanecerem e concluírem com êxito seus respectivos cursos.

7.4 Meios de comunicação

Esta penúltima categoria, a chamamos de Meios de comunicação. Por meio desta, buscou-se compreender junto aos participantes como tem sido feito a divulgação do Programa para aderir novos participantes a cada novo edital. Nesta categoria, evidenciou-se dois temas, sendo o de maior frequência Divulgação espontânea, seguido de plataforma digital de comunicação. Como ressalta os participantes (Marx), (Barros) e (Durkheim):

Isso é interessante. Porque a universidade não divulga bem. O curso de LCH não divulga bem. Pedagogia, eu já não sei. Mas de LCH, eu posso dizer que ele não divulga direito. Quando sai o edital, já passou um caro tempo e já está quase acabando o processo. Aí você tem que correr atrás de um monte de coisa. [...] O meio de divulgação é péssimo. Não tem! Agora sim, quando eu entrei e saiu o novo edital, eu fiz a divulgação nos grupos, fiz a divulgação no Instagram, aí na seleção do ano passado, também fizemos. Então a gente fez as coisas bonitinhas e lançou no grupo. Falaram, gente, tá aqui, vocês podem entrar, tem oito bolsas. Eram oito bolsas que tinha. Aí ensinava, passo a passo, quem tivesse dúvida, podia vir conversar com a gente. A gente que já tinha experiência, já conseguiu, já entendia o trâmite todo. Como eu consegui? Pela boca dos outros (Marx, 2026).

Ah, o corredor da UFMA aí, né? As pessoas comentavam, a gente ouvia falar e corria, viu o edital, olhava, se preparava, enfim... Dentro da universidade mesmo (Barros, 2026).

O PIBID é um programa muito disseminado no nosso curso. Então, toda vez que vai abrir bolsa, os professores, a coordenação, eles avisam de todos os meios possíveis que eles encontram para a gente. Pelos grupos de informação WhatsApp, pelo e-mail, no Siga. Então, eles disseminam muito isso para que os alunos tenham a oportunidade de ingressar e aproveitar do que o programa tem a oferecer (Durkheim, 2026).

Por meio das falas de Marx e Barros, nota-se que a comunicação é insuficiente. Porque não há um meio de informação permanente que possa estar de maneira rotineira publicizando para os licenciandos iniciantes como eles podem ingressar no Programa. A partir do relato transcrito acima, fica claro que a comunicação foi realizada de forma espontânea, de outro modo, no conhecido popularmente boca a boca, o que de certa forma, impede que a divulgação

alcance um maior número de alunos possíveis, embora seja reconhecido que esta forma de propagação também é válida, contudo, limitada.

A comunicação é uma ferramenta primordial e indispensável para a propagação do Programa. Levando em consideração (Pinheiro, 2005, p.10), quando se faz “[...] uso da comunicação podemos convencer, persuadir, influenciar, despertar interesses e sentimentos, e ainda provocar expectativas”. Ou seja, a comunicação sobre o Programa precisa ser melhor compartilhada, chegando a toda comunidade acadêmica, sobretudo aos licenciandos da classe trabalhadora de baixa renda para que tenham novas experiências e conseqüentemente boas expectativas de que o ensino superior também é possível, mesmo para aqueles que têm realidades materiais difíceis.

Porém, a partir da contribuição de Durkheim, nota-se que essa divulgação não é tão ineficiente, em razão de não haver um canal institucional de informação específico. Porque segundo ele, essa comunicação é desenvolvida pelos próprios professores, juntamente à coordenação do curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia, ao lançar mão das plataformas digitais de comunicação de uso do próprio curso, o que minimiza os efeitos negativos da falta de um canal institucional específico para a divulgação do Programa.

Assim sendo, inferimos que é necessário um canal informativo específico e permanente sobre o Programa, que alcance a toda comunidade acadêmica e que, se possível, utilize a TV UFMA para sua publicização. De modo que, apresente a comunidade o que é o Programa, como funciona e quais os critérios necessários para que os licenciandos tenham direito a aderir a ele. Pois assim, estarão munidos das informações e experiências singulares promovidas pelo PIBID, bem como da bolsa que poderá ajudá-los financeiramente, tendo uma expectativa melhor para concluírem o curso com êxito.

7.5 Motivações e Impactos Socioeconômicos da Bolsa

Enfim, chegamos à nossa última categoria, intitulada de Motivações e Impactos Socioeconômicos da Bolsa. Nesta, objetivamos entender as motivações que levaram os participantes a aderirem ao Programa, bem como, os impactos provocados do ponto de vista socioeconômico, em virtude do valor da bolsa que, na época era, de R\$ 400,00. Nesta categoria, evidenciou-se três temas, sendo os de maior frequência: experiência profissional e ajuda financeira, seguido de a bolsa é um incentivo para permanência. É o que explicitam os participantes Durkheim, Marx e Bocado:

Eu acredito que seja extremamente importante. Porque **ele nos proporciona** uma **experiência** diferente da do estágio e um **período** muito maior. Uma vez que o Programa durou um ano e meio. São 18 meses aí no projeto, desenvolvendo um projeto junto aos alunos. Que nos permite ter uma **aproximação** maior com eles, uma **experiência** mais detalhada. Uma **vivência** melhor dentro do ambiente escolar, enquanto professor. Então, ele é de extrema importância, principalmente para um curso de licenciatura (Durkheim, 2026).

Primeiro: ter uma condição a mais de conseguir se desenvolver melhor no curso. Porque querendo ou não, estudar. Para que você possa estudar direito mesmo. Você precisa ter alguma **ajuda financeira**. Você precisa! Porque, ou seus colegas vão estar tudo com notebook, tablet dentro da sala. Ou você precisa de uma bicicleta para se locomover. Você precisa de um livro para ler. Porque tem livro que não tem na biblioteca. Não tem online. E aí você, como você vai adquirir esse livro? Você precisa de dinheiro para conseguir as coisas. As viagens por exemplo. Todo mundo indo e você fica. Eu não estou indo por quê? Acontece isso demais, entendeu? A galera indo para São Luís apresentar lá nos eventos que tinha em São Luís na UFMA de lá. Não tinha dinheiro para ir. Então a bolsa. Ela ajudou, por exemplo, a ir para São Luís para apresentar no evento. Aí lá, você ficava na casa do estudante. Com a bolsa você conseguia comer de noite e se locomover dentro do local [...] (Marx, 2026).

Ah, com certeza! Mas com certeza. Primeiro o PIBID, e aí consegui me **manter**. [...] Então, eu tô praticamente **dependendo** disso, sabe? É o que me **mantém firme**, presente todos os dias na faculdade. Porque se não fosse isso, seria muito complicado para mim. **É inviável a permanência** (Bicudo, 2026).

Durkheim, Marx e Bicudo apresentam um panorama a despeito do Programa que ultrapassa as barreiras entre teoria e prática que o PIBID busca desenvolver no decorrer de sua vivência ao transitar pela escola e a universidade, sem deixar em segundo plano seus respectivos objetivos. Portanto, esta política pública transcende suas metas fundamentais, das quais, destaca-se a fomentação da formação docente em cursos de nível superior, em razão de conceder uma experiência mais densa como externalizou o participante Durkheim. O que permite aos licenciandos visualizarem todo processo formativo e profissional por um ângulo mais amplo do que aqueles que não obtiveram a mesma experiência.

O que tem segundo (Gatti,2014), promovido a melhoria da formação inicial dos profissionais que atuarão na educação básica, seja de escolas públicas e/ou privadas. Neste mesmo sentido, reafirma-se que o Programa oportuniza uma experiência completamente nova para aqueles que deixaram a educação básica, ao olharem para escola, não mais como alunos, mas como futuros profissionais que atuarão nesses mesmos espaços como docentes (Pereira e Fiamengue, 2026). Agora, a escola deixa de ser uma instituição formadora no que se refere as competências formativas da educação básica, e passa ser encarada pelos bolsistas como uma instituição de ensino coformadora ao proporciona-lhes experiências metodológicas, tecnológicas, bem como as práticas docentes (Brasil,2022).

Para além de tudo isso, sublinha-se por meio das falas dos participantes Engels e Weber a contribuição do Programa para permanência de alunos oriundos da classe trabalhadora de baixa renda, em decorrência da bolsa de estudos, o que tem contribuído para permanência exitosa desses alunos, ainda que (Pereira e Fiamengue, 2026), reconheçam que o Programa não seja uma política específica para isso, todavia tem proporcionado indiretamente condições mínimas para que isso aconteça.

As políticas públicas de permanência fazem parte da universidade, por meio da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que visa dar condições materiais para que os estudantes sobrevivam no contexto universitário possibilitando-os que tenham acesso a: alimentação, transporte, meios digitais, dentre outros (Brasil, 2024). Todavia, por meio das falas dos participantes, nota-se que o Programa assume, mesmo que indiretamente essas mesmas características visando a conclusão do curso, pois a permanência de alunos oriundos da classe trabalhadora no ensino superior está “[...] ligada ao conjunto de ações que visem a conclusão exitosa, minimizando tanto a evasão quanto a retenção destes (as) estudantes durante sua passagem pelos cursos de graduação[...]” (Pereira e Fiamengue, 2026, p.5).

Portanto, torna-se inviável a presença da classe trabalhadora no ensino superior sem políticas públicas que garantam condições de permanência. Em virtude de nem sempre a família ter condições financeiras para ajudar a custear as despesas básicas como mencionado nas falas dos participantes. Essa realidade torna-se ainda mais gritante sobretudo nos cursos de licenciatura dos quais os alunos quase que majoritariamente provém da classe trabalhadora de baixa renda, como enfatizado por (Gatti, 2019).

Logo a ajuda financeira proporcionada pelo Programa influencia diretamente na redução das desigualdades sociais existentes dentro das universidades públicas, ainda que, não atenda a todos, mas ajuda muitos daqueles que nem sempre pode contar nem mesmo com o básico. Neste cenário (Mendes, 2020) enfatiza que refletir as políticas públicas de permanência no ensino superior, é refletir ações que busquem possibilitar condições concretas que permita o desenvolvimento de todas as atividades desenvolvidas pelo meio acadêmico, de modo que, terá como resultado a conclusão do curso em sua plenitude.

Diante deste contexto, inferimos que a adesão ao PIBID, nem sempre se dá em razão da experiência que o Programa proporciona ao estreitar as relações entre teoria e prática (práxis), para os estudantes dos cursos de formação inicial de professores. Muitas vezes, o licenciando ao ingressar, não detém os conhecimentos necessários a respeito dos reais objetivos que esta

política se propõe, mas no decorrer do processo, passam a perceber o impacto positivo que terão em seu processo formativo, os tornando futuros profissionais da educação bem mais preparados.

Todavia, o que lhes chamam atenção no primeiro momento está ligado diretamente ao valor da bolsa de estudos, o que os proporciona uma certa segurança financeira para aqueles que não foram imbuídos pelo processo produtivo, e para aqueles que já foram obrigados por diversas nuances a se inserir no mercado de trabalho, o valor da bolsa, torna-se um complemento a renda familiar.

Dessa forma, as benesses promovidas pela bolsa de estudos não se restringem apenas no quesito financeiro, mas proporciona as condições básicas para que os alunos possam vivenciar de forma mais adequada possível a vida acadêmica o que aproxima, o PIBID a uma política pública de permanência, embora não seja, em virtude de seu foco central girar em torno da ampliação da formação inicial de professores em curso de nível superior na modalidade presencial.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Dissertação teve como objetivo central **analisar** como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID tem contribuído para formação inicial de professores oriundos da classe trabalhadora em um curso de Licenciatura em Ciências Humanas, com ênfase em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão.

No que concerne aos objetivos específicos, procurou-se **compreender** a intencionalidade do PIBID para formação inicial e permanência dos discentes provenientes da classe trabalhadora de baixa renda ao longo do curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia; **delinear** o perfil socioeconômico dos (as) alunos (as) do curso de Sociologia vinculados (as) ao PIBID; e, buscando dar visibilidade ao Programa, **desenvolver** um documentário a partir dos relatos de experiências de ex-pibidianos sobre a importância do Programa para os filhos da classe trabalhadora do curso.

Partindo da seguinte problemática: de qual maneira o PIBID, enquanto Política Pública Educacional, tem contribuído para formação inicial de professores oriundos da classe trabalhadora de baixa renda? Ao longo da análise, verificou-se que o Programa transcende a ideia de política específica para formação inicial, por proporcionar condições materiais básicas para que alunos (as) oriundos da classe trabalhadora permaneçam dentro do espaço de produção do conhecimento científico. Isso reduz a retenção, e a evasão acadêmica, aumentando a conclusão exitosa do curso de Sociologia e impulsionando o egresso para além da graduação.

Como evidenciamos ao longo deste estudo, as desigualdades sociais não são um fenômeno emergente das sociedades contemporâneas. Esse processo está nas sociedades desde o princípio, todavia se intensificou de forma escancarada, principalmente, pelos efeitos da industrialização e a consolidação do modo de produção capitalista ao usurpar a estrutura estatal.

Esta, que ao mesmo tempo é a principal responsável por diminuí-las, configura-se como o fulcro causador de sua propagação, por estar sempre atendendo os interesses de determinados grupos econômicos. Tal cenário nos instiga a estarmos sempre atentos e vigilantes ao reivindicar que o Estado, independentemente de interesses econômicos, busque resolver esta problemática por meio das políticas públicas sociais que atendam os/as trabalhadores (as) que mais necessitam de sua atenção.

Sob esse prisma, os resultados obtidos demonstraram que, apesar de o Programa ser uma política pública sólida, ao passar por governos alinhados às bandeiras ideológicas de centro-direita e/ou extrema-direita, o PIBID sofreu sérios abalos em seu financiamento, isso reduziu

drasticamente a quantidade de bolsas de estudos para os alunos e alunas oriunda da classe trabalhadora, em decorrência de estarem alinhados as políticas econômicas neoliberais, que visam, principalmente reduzir ou até mesmo aniquilar as políticas públicas educacionais e sociais criadas sobretudo, pelo Partido dos Trabalhadores ao longo dessas últimas duas décadas.

No que se refere ao valor da bolsa, notou-se que, quando o Programa foi lançado em 2007, oferecia uma bolsa de estudos robusta ao ser comparado ao salário-mínimo daquele ano. O que proporcionava condições mais adequadas de permanência, devido o valor da bolsa ficar muito próximo ao salário-mínimo, todavia conforme os anos se passaram, a bolsa não acompanhou as variações inflacionárias, distanciando-se de forma muito significativa do valor do salário-mínimo ao ser comparado proporcionalmente.

Neste ano de 2026, o valor corresponde a menos da metade do atual salário-mínimo, o que impacta diretamente nas condições materiais de permanência. Isso empurra os alunos, em alguns casos, a escolherem apenas estudar, ficando sujeitos a dificuldades financeiras, ou conciliar o Programa juntamente com o trabalho formal, o que permitirá um complemento a renda familiar.

Ou seja, levando em consideração um bolsista que ganha apenas um salário-mínimo cujo valor atual é de (R\$ 1.621,00), descontando a contribuição do INSS que é de (8%), restará o valor de (R\$ 1.431,92) ao adicionar ao valor da bolsa de R\$ 700,00, o PIBIDiano passará a contar com um valor de (R\$ 2.191,32). Parece pouco, mas, para nós, isso significa fôlego e ter mais incentivo para concluir o curso. Do contrário, a bolsa acaba sendo a única fonte de renda para sobrevivência na universidade e sem ela, a permanência, torna-se quase que inviável.

Nesta situação, compreendemos que, assim como o salário-mínimo possui uma política de valorização com reajuste real anual, o valor da bolsa de estudos, e não somente do PIBID, necessita de algo semelhante, ou até mesmo igual, para que possam reduzir as disparidades de renda em nossas universidades. O Programa representa uma possibilidade única para alunos (as) oriundos da classe trabalhadora de baixa renda, pois tem contribuído de forma singular para que tenham acesso a uma formação ampla, ao inseri-los no futuro campo educacional antes de findar a universidade, o que faz toda diferença, ao consolidar desde o segundo período do curso, sua identidade docente.

Reconhecemos nossas limitações metodológicas ao apresentar uma amostra pequena em relação ao quantitativo de participantes, o que nos leva acreditar que os resultados de nossa pesquisa estão inacabados. Isso nos instiga aprofundar esse estudo em um curso de doutoramento que nos permitirá, em virtude de o prazo cronológico, obter resultados mais

amplos. Porém, é inegável, a partir dos dados levantados neste estudo, que esta política pública salva vidas e oferece oportunidades, singulares.

Em virtude disso, tem-se egressos mudando suas realidades ao passarem em concursos públicos, seja em âmbito municipal, estadual ou federal. Do grupo de egressos que participaram deste estudo, há pessoas trabalhando como servidor efetivo na rede estadual de ensino no estado do Tocantins, como também aprovado em excelente colocação no último concurso para docente do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), neste último caso, além da aprovação no referido concurso, houve aprovação também no Programa de Pós-graduação da UFMA do curso de Sociologia.

O que nos leva evidenciar o diferencial que o estudante apresenta ao estar submetido a condições mínimas de existência dentro da universidade. Isso, levando em consideração a outro dado que obtivemos, ou seja, que os participantes vinculados ao Programa e como colocado por alguns estudiosos sobre a formação inicial de professores no Brasil, os alunos presentes nos cursos de licenciatura, quase que de forma homogênea, são alunos provindos da classe trabalhadora de baixa renda. Estando ligado aos cursos de formação em nível superior de menor prestígio social.

Logo, tivemos participantes filhos de trabalhadores do campo, empregada doméstica, pedreiro, operador de máquinas, do lar, correspondendo diretamente aos nossos objetivos. Ressaltamos que se amostra fosse ampliada, com certeza encontraríamos diversas outras profissões de menor prestígio social, cujos filhos que conseguiram chegar à universidade, muito provavelmente estariam em cursos de formação de professores, nem sempre por desejo, mas por falta de acesso a uma base educacional bem-feita.

Ao refletir sobre a propagação do Programa, mesmo que haja uma apresentação nas aulas inaugurais realizada pela própria universidade, contando também com o auxílio dos próprios professores para divulgação, o estudo evidenciou que a disseminação precisa ser melhorada. Não há um canal específico para isso. Defendemos que possa ser criado um meio de comunicação, no qual o Programa possa ser apresentado à comunidade acadêmica ao longo de todo o ano, quem sabe fazendo uso até mesmo da TV UFMA, à qual pertence a própria universidade, e podendo ser ampliado para as redes sociais às quais muitas pessoas têm acesso.

Contudo, mediante a este estudo, defendemos a relevância da criação de políticas públicas voltadas à permanência de alunos que não dispõem de recursos financeiros para vivenciar a universidade em sua plenitude, de modo que, atenda um maior número possível, dando condições materiais suficientes não apenas para o ingresso, mas para a permanência e

conclusão dos estudantes. Portanto este estudo, se propôs produzir conhecimento científico sobre a relevância dessa política que ultrapassa as barreiras da formação inicial.

Levando ao conhecimento de todos os interessados da comunidade acadêmica um dos possíveis meios de turbinar sua formação, bem como permitir que conheçam, tanto por meio deste material escrito, quanto pelo documentário que é o produto educacional deste trabalho, uma das políticas públicas para formação inicial de professores que tem transformado e dado oportunidades a muitos daqueles que não teriam outro meio de subsistir em um curso de nível superior, mesmo sendo em uma universidade pública.

9. REFERÊNCIAS

A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. AGUAR, M. Â; DOURADO, L. F. (org.). Recife: ANPAE, 2018. E-book. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>Acesso em: 5 maio. 2024.

ALMADA, F. d. A. C. d. Educação e trabalho no limiar do século XXI: projeto neoliberal ou adeus à escola pública? In: Nascimento, F. S. C. et al (Org.). **Pesquisas interdisciplinares sobre formação e práticas educativas nos contextos socioeducacional, saúde e direito.** Fortaleza: Editora Impresse, 2019, v.2, p. 46-64.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018. (Mundo do trabalho). *E-book*. Disponível em: <https://nestpoa.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/09/ra-ps.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo *et al.* (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020. Cap. 1. *E-book*. Disponível em: https://grupos.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2626858/mod_resource/content/1/Uberizac%CC%A7a%CC%83o%2C%20trabalho%20digital%20e%20Indu%CC%81stria%204.0%20-%20Ricardo%20Antunes.pdf. Acesso em: 15 nov. 2025.

BARRETO JUNIOR, W. d; CADEMARTORI, S. U. Os contratualistas e a formação do Estado moderno. *Vertentes do direito*, v.8, n.2, p. 221-240, 2021. DOI: 10.20873/uft.2359-0106. 2021.v.8. n. 2.p221-240. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/direito/article/view/12124>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital MEC/CAPES/FNDE.** [...] tornam público e convocam os interessados a apresentar propostas de projetos institucionais de iniciação à docência no âmbito do Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID, conforme as condições a seguir estabelecidas. Brasília, DF: MEC, 12 dez. 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/edital-pibid-pdf>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 38 de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID. **Diário oficial da união:** seção 1, Brasília, DF, n 38, p. 39, 13 dez. 2007. INSSN 1677-7042. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ead/port_40.pdf. Acesso em: 07 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de Jun de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 20 jun. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm. Acesso em: 10 dez. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 11. 502, de 11 de junho de 2007.** Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -

CAPES, [..]. Brasília, DF: Presidência da República, 11 jul. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111502.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 11.498, de junho de 2007**. Dispõe sobre o salário-mínimo a partir de 1º de abril de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 28 jun.2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11498impressao.htm. Acesso em: 12 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 122 de 16 de setembro de 2009. Dispõe sobre o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência, no âmbito da CAPES. **Diário oficial da união**: seção 1, Brasília, DF, n. 122, p.47, 18 set. 2009. ISSN 1677-7042. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/portaria122-pibid-pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital Nº 2/2009, de 25 setembro de 2009**. A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, torna público que receberá das Instituições Públicas de Educação Superior (IPES), federais e estaduais, propostas contendo projetos de iniciação à docência, a serem apoiados no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID [...]. DF: CAPES, 25 set. 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/edital02-pibid2009-pdf>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 12.255, de junho de 2010**. Dispõe sobre o salário-mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010, estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2023 e revoga a Lei nº 11.944, de 28 de maio de 2009. Brasília, DF: Presidência da República, 15 jun.2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12255impressao.htm . Acesso em: 13 dez. 2025.

BRASIL. **Decreto Nº 7.219, de 24 de junho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 24 jun. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm. Acesso em: 9 dez. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital Conjunto Nº 2/2010, de 25 de outubro de 2010**. A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad do Ministério da Educação - MEC tornam público que receberão propostas de projetos de iniciação à docência para a diversidade de instituições públicas municipais de educação superior e de universidades e centros universitários filantrópicos, confessionais e comunitários, sem fins econômicos [...]. DF: CAPES, 25 out. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/edital002-2010-capessecad-pibidiversidade-pdf> . Acesso em: 19 dez. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria Nº 260, de 30 de dezembro de 2010**. O Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 26 do Estatuto aprovado pelo Decreto 6.316, de 20 de dezembro de 2007, resolve: Art. 1º Aprovar as normas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, constante do anexo a

esta Portaria. [...]. Brasília, DF: CAPES, 20 dez. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/portaria260-pibid-301210-nomasgerais-pdf>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital N° 18/2010, de 13 de abril de 2010**. A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, torna público que receberá de instituições públicas municipais de educação superior e de universidades e centros universitários filantrópicos, confessionais e comunitários, sem fins econômicos [...]. DF: CAPES, 13 abril. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/edital18-pibid2010-pdf>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BRASIL. **LEI N° 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 4 abril.2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 11 dez. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria N° 96, de 18 de julho de 2013. O Presidente da coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior - CAPES, no uso das atribuições conferidas pelo art. 26 do Decreto nº 7.692, de 02 de março de 2012, e considerando a necessidade de aperfeiçoar e atualizar as normas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n 140, p.11, 23 jul.2013. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Portaria%20n%C2%BA%2096,%20de%2018%20de%20Julho%20de%202013%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Portaria%20n%C2%BA%2096,%20de%2018%20de%20Julho%20de%202013%20(2).pdf). Acesso em: 11 dez. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital N° 61/2013, de 2 de agosto de 2013**. A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no cumprimento das atribuições conferidas pelo Decreto nº 7.692, de 02 de março de 2012, torna público que receberá de Instituições de Ensino Superior (IES) propostas de projetos a serem apoiados no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) [...]. DF: CAPES, 2 ago. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/edital-061-2013-pibid-pdf>. Acesso em: 19 dez. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital N° 66/2013, de 6 de agosto de 2013**. A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no cumprimento das atribuições conferidas pelo Decreto nº 7.692, de 02 de março de 2012, torna público que receberá de Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas sem fins lucrativos, propostas de projetos de iniciação à docência no âmbito do Programa Pibid Diversidade [...]. DF: CAPES, 6 jun. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/edital-066-2013-pibid-diversidade-692013-pdf>. Acesso em: 20 dez. 2025.

BRASIL. Emenda Constitucional N° 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 241, p. 2, 16 dez.2016. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/12/2016&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=368>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital Nº 7/2018, de 1 de março de 2018**. [...] torna pública a presente chamada pública para apresentação de propostas ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), conforme processo nº 23038.001433/2018-98, em consonância com as normas desse edital e com os seguintes dispositivos legais e suas alterações: Lei nº 9.394/1996, Decreto nº 7.219/2010, Lei nº 13.005/2014, Resolução CNE/MEC nº 02/2015, Portaria Capes nº 158/2017, Lei nº 9.784/1999, Lei nº 6.170/2007, Lei nº 13.019/2014, Lei nº 8.666/2013 e demais legislações aplicáveis à matéria. DF: CAPES, 1 mar. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/01032018-edital-7-2018-pibid-pdf>. Acesso em: 3 jan. 2026.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital Nº 2/2020, de 6 de janeiro de 2020**. [...] torna pública a seleção de Instituições de Ensino Superior (IES) interessadas em implementar projeto no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) [...]. DF: CAPES, 6 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/06012019-edital-2-2020-pibid-pdf>. Acesso em: 3 jan. 2026.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital Nº 23/2022, de 29 de abril de 2022**. torna pública a seleção de Instituições de Ensino Superior – IES interessadas em implementar projeto institucional no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID [...]. DF: CAPES, 29 abril. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/29042022_Edital_1692974_Edital_23_2022.pdf. Acesso em: 3 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 83, de 27 de abril de 2022. Dispõe sobre o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID). **Diário oficial da união**: seção 1, Brasília, DF, n. 83, p.45, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Capes-83-2022-04-27.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 33, de 16 de fevereiro de 2023. Dispõe sobre o reajuste dos valores das bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no país. **Diário oficial da união**: seção 1, Brasília, DF, n. 33, p.149, 17 fev. 2023. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=10902>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Câmara dos deputados, 3 jul. 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14914-3-julho-2024-795887-norma-Atualizada-pl.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2026.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital Nº 10/2024, de 5 de maio de 2024**. [...]torna pública a seleção de Projetos Institucionais no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) [...]. DF: CAPES, 5 maio. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/29052024_Edital_2386922_SEI_2386489_Edital_10_2024.pdf. Acesso em: 3 jan. 2026.

BRASIL. **Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 13 jul. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 15 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto Nº 12.797, de 23 dezembro de 2025.** Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2026. Brasília, DF: Presidência da República, 23 dez. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12797.htm. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 dez.2025.

BRANDÃO, C. R. **Paulo Freire, Educar para transformar:** fotobiografia. São Paulo: Mercado Cultural, 2005. 140 p.

CALLIAN, G. R. **As dimensões do trabalho docente na perspectiva dos estudantes egressos do PIBID – Letras/Língua Portuguesa.** Orientadora: Andreia Rezende Garcia-Rei. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/12688>. Acesso em: 05 de fev. 2025.

CAMPOS, I. M. C. **PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: análise da implementação na Universidade Federal do Maranhão, curso de Pedagogia, Campus Imperatriz.** Orientador: Witembergue Gomes Zapparoli. 2021. Dissertação (Em Educação). Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2021. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/6259/2/ISABELA-MENDES-COSTA-CAMPOS.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2025.

COLEN, M. **Gêneros de Documentário: quais são os tipos?** 2019. Disponível em <https://originaconteudo.com.br/2019/12/05/generos-de-documentario-quais-sao-os-tipos>, acesso em: 6 jan. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Relatório produzido pela Comissão Especial instituída para estudar medidas que visem superar o déficit docente no Ensino Médio (CNE/CEB). **Escassez de Professores no Ensino Médio: propostas estruturais e emergenciais**, 2007. Disponível: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2026.

CRESWELL, J.W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2ª ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

FAUSTINO, L. R. O Pibid como política de permanência estudantil no curso de Filosofia da UESPI de Parnaíba-PI. *In: ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS, X.*, 2024. **Anais [...].** Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/142492>. Acesso em: 18 fev. 2026.

FERREIRA, E. Narrativa biográfica como método hermenêutico vivencial en el pensamiento filosófico de Ortega y Gasset. **Revistas de Estudios Orteguianos**. ISSN: 1577-0079.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e terra, 1996. 54p (coleção leitura).

FRIGOTTO, G. Reforma do Ensino Médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. **Movimento-revista de educação**, Niterói, n. 4, p. 13-27, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32621/18756>. Acesso em: 17 fev. 2026.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. d. S.; ANDRÉ, M. E. D. d. A. As políticas de formação inicial de professores. Programa Institucional de Iniciação à Docência. *In: Políticas docentes no Brasil*: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011. 300 p.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.** Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out-dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/R5VNX8SpKjNmKPxxp4QMt9M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 15 jan. 2026.

GATTI, B. A. *et al.* **Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)**. São Paulo: FCC/SEP, 2014. 120 p.

GATTI, B. A. *et al.* **Professores do Brasil**: novos cenários de formação. Brasília: UNESCO, 2019. 351 p.

GIL, A. C., 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMAÃES, G. Os princípios do liberalismo e do neoliberalismo e as dificuldades da crítica em educação. **Inter-Ação**, Goiânia, v.45, n.1, p. 96-107, jan/abril 2020. DOI: <https://doi.org/10.5216/ia.v45i1.61118>.

JUNIOR, A. F. d. S. A hermenêutica filosófica e a experiência formativo-educacional: horizontes e desafios contemporâneos. **Filosofia Unisinos**, São Leopoldo, v. 24, n-2, p. e24206, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fun/a/BBPqz4DBND3hPbk7wK5TSgw/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05 dez. 2024.

KUENZER, A. Z. **Pedagogia da Fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. 4 ed. rev. São Paulo, SP: Cortez, 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. d. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LARROSA, J. **Tremores**: escrito sobre experiência. 1. ed. tradução Cristina Antunes, João Wanderley Geraldo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Coleção Educação: Experiência e Sentido).

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo**. Tradução: Júlio Fischer. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 639p. (Coleção Clássicos: Filosofia/Política).

LUCENA, L. C. **Como fazer documentário**: Conceito, linguagem e prática de produção. São Paulo: Summus Editorial, 2012.

MATINE, M. H. A gênese do Estado moderno: a metamorfose do poder político na formação do Estado moderno na Europa. **Fênix**, Rio Grande do Sul, v. 17, n 1, p. 339-353, jan/jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/24> Acesso em: 20 jul. 2025.

MATTOS, S. T. S. Conceitos Primeiros de Neoliberalismo. **Mediações**, Londrina, v.13, n.1-2, p.192-213, jan/jun e jul/dez. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314372244_Conceitos_primeiros_de_neoliberalismo. Acesso em: 10 dez. 2025.

MARTINS, L. B. **As contribuições do PIBID para a formação inicial de professores: uma análise de sua produção acadêmica (2009-2019)**. Orientadora Luciana Aparecida de Araújo. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/193442>. Acesso em: 05 de fev. 2025.

HOBBS, T. M. de. **Leviatã, ou, Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

MARQUES, S. R. Neoliberalismo: uma fase do atual capitalismo. In: **Anpuh**, 2016. Curitiba. Anais [...]. Curitiba: UFPR, 2016, p. 1-18. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/45/1460991918_ARQUIVO_SabrinaRodriguesMarques.pdf. Acesso em: 5 dez. 2025.

MENDES, M. T. Mapeando a produção sobre a permanência estudantil: categorias em articulação e estratégias de permanência. **Revista de Estudos Universitários – REU**, Sorocaba, SP, v.46, n.2, p. 385-407, 2020.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Autores: DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOURA, J. F. d.; NACARATO, A. M. Identidade narrativa de professores da educação infantil. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade – LES**, v. 28, n-57, 2024, eISSN: 2526-8449. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/ramoncamp,+Identidade+narrativa+de+professoras+da+educa%C3%A7%C3%A3o+infantil.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2024.

MORAIS, T. d. S. **Redes do desenvolvimento profissional docente de supervisores e licenciados do PIBID: um olhar para as parcerias entre universidades e escola.**

Orientadora: Luciana Resende Allain. 2022. Dissertação (Educação em Ciências, Matemática e Tecnologia). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2022. Disponível em: <https://acervo.ufvjm.edu.br/items/bbe5e6a5-63b9-4db0-bcfb-b890c2659d4c>. Acesso: 05 de fev. 2025.

MULLER, P. **As políticas públicas.** Tradução: Carla Vicentini. 1. ed. Rio de Janeiro: Eduff, 2018. 124p.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NERY, N. Risco de um apagão de professores no Brasil. G1, São Paulo, 15 jan. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2025/01/15/o-assunto-1385-o-risco-de-um-apagao-de-professores-no-brasil.ghtml>. Acesso: 15 jan. 2026.

NUNES, K. J. O.; ROLIM, F. A. R. Os contratualistas. **Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, São Paulo, v.9, n 03, p. 583-596, mar.2023. DOI: doi.org/10.51891/rease.v9i3.8888. p. 583-596. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8888>. Acesso em: 21 jul. 2025.

OLIVEIRA, M. G. M. d.; QUINTANEIRO, T. Karl Marx. In: QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. d. O.; OLIVEIRA, M. G. M. d. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber.** 2. ed. revista e atualizada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. (Coleção Aprender), p. 27-64.

OLIVEIRA, S.; Montefusco, C. “Qualquer semelhança não é mera coincidência”: a trajetória das políticas sociais, da Lei dos Pobres à contemporaneidade. **Socied. Em Deb.** (Pelotas), v.23, n.2, p. 26-54, jul./dez.2017. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/view/1582/1042>. Acesso em: 25 jul. 2025.

OLIVEIRA, A. F. de. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização em uma perspectiva didática. **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas.** Goiás. p. 93-99. 2010. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PAGLIARI, F. d. S. **Ensino de filosofia, o PIBID e a formação do educador popular: traficando informação.** Orientadora: Vandeí Pinto da Silva. 2022. Dissertação (Em educação). Universidade Estadual Paulista, Marília 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/235736>. Acesso em: 05 de fev. 2025.

PEREIRA, V. A.; ELIS, C. F. Permanência estudantil e identidade docente: o Pibid na formação inicial de professores. **Debates em Educação**, Maceió, v. 18, n. 40, p. 1-19, 2026. Disponível em: <https://ufal.emnuvens.com.br/debateseducacao/article/view/18682/13496>. Acesso em: 15 fev. 2026.

PEREIRA, N. C. M.; SIRQUEIRA, D. P. Análise crítica acerca da ineficiência do Instituto Nacional do Seguro Social e a violação dos direitos da personalidade. Florianópolis.

Conpedi. 2021. Disponível em:

<https://site.conpedi.org.br/publicacoes/276gsltp/4q9j5mve/3y257g0al6rX1DDt.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

PICANÇO, F. Juventude e acesso ao ensino superior no Brasil: onde está o alvo das políticas de ação afirmativa? **Latin American Research Review**, [S. l.], v. 51, n. 1, p. 109-131, 2016.

PINHEIRO, D. C. d. S. **O papel do plano de comunicação preventivo em momento de crise na organização.** Orientadora: Silvana Coleta Santos Pereira. 2005. Monografia (Área de concentração: Assessoria de Comunicação), UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Goiânia, 2005. Acesso em: 15 de maio, 2026. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/6427094f-536e-4728-9b74-2708ff4bf9af/content>.

RESENDE, L. M. B. **O PIBID na constituição da identidade docente e do professor formado em pedagogia:** um balanço do conhecimento no GT 8 da ANPED. Orientador:

Eliane Gonçalves Costa Anderi. 2023. Dissertação (Em Educação). Universidade Estadual de Goiás, Inhumas, 2023. Disponível em:

https://www.bdt.ueg.br/bitstream/tede/1189/2/DISSERTA%C3%87%C3%83O_LANICA_MOREIRA_BORGES_RESENDE.pdf. Acesso em: 06 de fev. 2025.

RIBEIRO, D. d. R. **Políticas Públicas concebidas como direitos:** o processo de gestão de políticas públicas na perspectiva transformadora. 1. ed. Pinheiro: Legis Summa, 2015.

RIBEIRO, J. S. d. P. Os contratualistas em questão: Hobbes, Locke e Rousseau. **Prisma Jur**, São Paulo, v.16, n.1, p. 3-24. 2017. DOI: 10.5585/Prismaj.v16n1.6863. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/prisma/article/view/6863>. Acesso em: 10 jun. 2025.

RIBEIRO, D. **Estado e capital em István Mészáros.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

E-book. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/ab532a99-f666-4c8e-9bf2-9ab31228aa66/content>. Acesso em: 20 nov. 2025.

RODRIGUES, I. C; COSTA, J. M; MARTINS, M. d. C. Educação do campo e formação docente: breve análise. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, n. 58, p. 1-17, jun./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/43484/29490>. Acesso em: 10 jan. 2026.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social:** princípios do direito político. Tradução: Nereo Marchesotti Neto. Barueri: Camelot, 2023. 112p.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Tradução: Maria Ermantina Galvão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 186p. (Coleção Clássicos).

ROMANOWSKÊ, J. P.; ENS. R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. **Diálogo Educ**, Curitiba, v.6, p.37- 50, set./dez. 2006. Disponível em:

<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 05 de jun. 2025.

SADER, E. Prefácio. *In*: MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**: teoria da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32 ed. Campinas, São Paulo: Autores associados, 1999. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.5).

SANTOS, W. d. S. **Nuances do PIBID como política de formação de professores**: Apontamentos a partir do ciclo de políticas. Orientador: Merilin Baldan. 2023. Dissertação (Em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2023. Disponível em: <https://ufr.edu.br/ppgedu/wp-content/uploads/2023/04/WESLENE-DA-SILVA-SANTOS.pdf>. Acesso em: 06 de fev. 2025.

SEMESP. **Risco de apagão de professores no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/pesquisas/risco-de-apagao-de-professores-no-brasil/>. Acesso em: 02 abr. 2025.

SOUSA, A. S. d.; Oliveira, G. S. d.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2336-Texto%20do%20Artigo-8432-1-10-20210308.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SIMÃO, F. d. C.; SILVINO, M. D. A transdisciplinaridade: uma proposta diferenciada nos métodos de ensino. **Conedu VII Congresso Nacional de Educação**. ISSN 2358-8829. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Desktop/Artigo%20memorial/TRABALHO_EV140_MD1_SA8_ID7293_01102020231717.pdf. Acesso: 05 dez. 2024.

SOUZA, C. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador. n.39, p.11-24, jul/dez.2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18743>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2025.

TRIVINOS, A. N. S. T. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Edital Proen N° 291/2024, de 14 de outubro de 2024**. A Pró-Reitora de Ensino da Universidade Federal do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que estarão abertas as inscrições para seleção de discentes dos cursos de licenciaturas [...]. São Luís, 14 outubro. 2024. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/proen/editais-proen/1editaldsicentesPIBID2024.pdf> Acesso em: 8 jan. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Projeto Pedagógico de Curso: Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia. Organização de Edson Ferreira da Costa. Imperatriz:

UFMA, 2023. Disponível em: https://portalpadrao.ufma.br/proen/campi-cursos/ppcs/PPC_REVISADO_LCH_Sociologia.pdf. Acesso em: 5 jan. 2026.

WEBER, M. “A política como vocação”. *In*: GERTH, H. H; MILLS, Wright (Org.). **Max Weber: ensaios de sociologia**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982. p. 97-153.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TÍTULO DA PESQUISA: PROGRAMA PIBID E POLÍTICA PÚBLICA DE PERMANÊNCIA PARA CLASSE TRABALHADORA: uma análise do programa PIBID do curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia da UFMA – Campus Imperatriz – Centro.

Prezado participante (discente),

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a) da pesquisa **“PROGRAMA PIBID E POLÍTICA PÚBLICA DE PERMANÊNCIA PARA CLASSE TRABALHADORA:** uma análise do programa PIBID do curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia da UFMA – Campus Imperatriz – Centro.”

A pesquisa é orientada pelo professor Prof. Dr. Dimas dos Reis Ribeiro, Professor do Curso de Pós-graduação em Educação e Práticas Educativas - PPGEPE da Universidade Federal do Maranhão / Centro de Ciências de Imperatriz-MA. E será realizada pelo discente Leucivan dos Santos Silva, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas - PPGEPE.

A pesquisa tem por objetivo analisar como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência tem contribuído para formação inicial de professores oriundos da classe trabalhadora em um curso de Licenciatura em Ciências Humanas com ênfase em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão. E tem como justificativa produzir conhecimento científico especificamente sobre o PIBID e o curso de Sociologia, que poderá ser utilizado como referência bibliográfica por outros acadêmicos que desejarem pesquisar essa mesma temática, bem como a produção de um **documentário** que publicizará por meios de plataformas digitais como o programa auxilia financeiramente a classe trabalhadora de baixa renda no Ensino Superior.

A sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar o seu consentimento. A sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou penalização, e nem prejuízo às suas atividades vinculadas ao programa. Você não terá nenhum custo por participar da pesquisa, sendo que você também não receberá nenhuma indenização por sua colaboração.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado em duas vias, com folhas rubricadas pelo pesquisador responsável e por você (participante da pesquisa). Na última folha do referido termo constam as duas assinaturas, uma do pesquisador responsável e outra sua (participante). Uma via do termo ficará retida com o pesquisador responsável e a outra será

entregue a você que aceitou participar. Na cópia que você receberá consta o telefone e endereço do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação antes e durante a pesquisa.

Caso concorde em participar do estudo gostaríamos de conhecer suas impressões sobre o assunto que está sendo pesquisado. Para isso, você precisará responder verbalmente a uma entrevista e participar da gravação de um documentário, ambos serão gravados em até dois dias, de acordo com a disponibilidade do participante, levará cerca de no máximo 1h, aqui mesmo na UFMA - Centro de Imperatriz/MA, sendo que fica a seu critério a data e o horário mais apropriado. As respostas serão registradas pelo acadêmico, sob orientação do professor e pesquisador a fim de serem posteriormente analisadas como instrumento de coleta de dados. Também poderão ser coletados outros dados sociodemográficos, como idade, estado civil e ocupação.

Ao participar desta pesquisa, os/as participantes não terão riscos físicos, mas poderão sentir desconforto emocional, invasão de privacidade, timidez, nervosismo, estresse, incômodo com a gravação, cansaço e/ou aborrecimento. Se isso vier a ocorrer, poderão interromper ou retomar a participação sem prejuízo, podendo ser oferecidas técnicas de relaxamento como meditação, exercício de respiração diafragmática, ou até mesmo iniciar um momento de diálogo para descontração até que os (as) participantes se sintam confortáveis para retornar às entrevistas. Medidas serão adotadas para minimizar riscos, assegurando ética conforme as resoluções 466/2012, 510/2016 e 738/2024, além da proteção de dados pela LGPD (Lei Geral de proteção de dados, nº 13.709/2018). Além disso, garantimos um ambiente confortável, respeitoso e acolhedor, proporcionando privacidade assegurando o sigilo das informações compartilhadas.

Portanto, para minimizar estes riscos, as entrevistas serão realizadas em uma sala reservada na própria universidade garantindo um ambiente confortável, respeitoso e acolhedor, proporcionando privacidade assegurando o sigilo das informações compartilhadas e seguindo rigorosamente todas as recomendações de proteção aos participantes seguindo a Resolução nº510/2016. Além de esclarecimento prévio sobre o questionário realizado pelo pesquisador, com linguagem clara e compatível com seu grau de instrução. Caso você tenha algum dano direto será acolhido inicialmente por um profissional do programa e encaminhado ao atendimento psicológico especializado sem nenhum custo e direito a indenização. Assim como, ao final da entrevista será disponibilizada uma lista com o endereço dos locais disponíveis para atendimento psicológico.

Providências serão tomadas para evitar e/ou reduzir os possíveis riscos e desconfortos, reforçando as questões éticas de acordo com as Resoluções 510/2016 e 738/2024, e a segurança e garantia de sigilo dos dados, assim sendo a entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento, remarcada, inclusive com alteração de local, sem nenhum prejuízo ao participante ou a pesquisa. Serão adotadas todas as medidas de cuidado com o conteúdo coletado e seu nome não será divulgado.

Ressalta-se ainda que as informações colhidas serão utilizadas somente para fins acadêmico/científico e serão divulgadas apenas em revista científica e no Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade dissertação. De acordo com as normas que regulamentam os aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos (Resoluções 466/12 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde) e em respeito aos voluntários desta pesquisa, todos os resultados só serão divulgados após a sua aceitação. Caso isto ocorra, os resultados serão utilizados na elaboração de trabalhos científicos, os quais serão apresentados em eventos científicos e publicados em periódicos da área da educação, sendo garantido o seu anonimato, o que assegura a sua privacidade, quanto aos dados confidenciais envolvidos nesta pesquisa, lembramos ainda que os participantes da pesquisa terão acesso aos resultados e informações sobre a pesquisa, a qualquer momento e sempre que solicitado

Ao final da pesquisa, todo o material será mantido em arquivo sigiloso, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 e orientações do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMA. Um comitê de Ética em Pesquisa é um grupo não remunerado formado por diferentes profissionais e membros da sociedade que avaliam um estudo para julgar se ele é ético e garantir a proteção dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Os benefícios desta pesquisa são indiretos, sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para temáticas envolvendo as políticas públicas educacionais, sobretudo para fomentação de políticas públicas que subsidiam os discentes oriundos da classe trabalhadora a permanecerem no Ensino Superior até a conclusão do curso, construindo assim, novos conhecimentos e debates, novas alternativas e possibilidades, não apenas para o ingresso na universidade pública, mas para sua permanência ao longo de todo curso, independente de qual licenciatura o discente esteja inserido.

Antes de concordar em participar desta pesquisa é muito importante que o/a participante compreenda as informações e instruções contidas e tire todas as suas dúvidas. Em caso de

dúvidas sobre a pesquisa pode entrar em contato, em horário comercial de 08 às 12h e de 14 às 18h, com o pesquisador responsável Leucivan dos Santos Silva pelo nº de celular (99) 99186-9925, ou no endereço R. Urbano Santos, S/N, bairro Centro, e-mail: leucivan.santos@discente.ufma.br / ou Professor orientador Dr. Dimas dos Reis Ribeiro pelo e-mail: dimas.ribeiro@ufma.br; ou ainda em caso de dúvidas sobre aspectos éticos, procure o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão – Avenida da Universidade, S/N, 1º Andar, Sala 18ª - Dom Afonso Felipe Gregory, CEP: 65.915-240, Imperatriz - MA, e-mail: cep.ccim@ufma.br, telefone (99) 3529-6062.

Em caso de concordância com este termo, por gentileza, assine as duas vias de igual teor.

Eu, _____

fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser.

Imperatriz, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do pesquisador

Assinatura da participante

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TÍTULO DA PESQUISA: PROGRAMA PIBID E POLÍTICA PÚBLICA DE PERMANÊNCIA PARA CLASSE TRABALHADORA: uma análise do programa PIBID do curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia da UFMA – Campus Imperatriz – Centro.

Prezado participante (discente),

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a) da pesquisa **“PROGRAMA PIBID E POLÍTICA PÚBLICA DE PERMANÊNCIA PARA CLASSE TRABALHADORA:** uma análise do programa PIBID do curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia da UFMA – Campus Imperatriz – Centro.”

A pesquisa é orientada pelo professor Prof. Dr. Dimas dos Reis Ribeiro, Professor do Curso de Pós-graduação em Educação e Práticas Educativas - PPGPEPE da Universidade Federal do Maranhão / Centro de Ciências de Imperatriz-MA. E será realizada pelo discente Leucivan dos Santos Silva, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas - PPGPEPE.

A pesquisa tem por objetivo analisar como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência tem contribuído para formação inicial de professores oriundos da classe trabalhadora em um curso de Licenciatura em Ciências Humanas com ênfase em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão. E tem como justificativa produzir conhecimento científico especificamente sobre o PIBID e o curso de Sociologia, que poderá ser utilizado como referência bibliográfica por outros acadêmicos que desejarem pesquisar essa mesma temática, bem como a produção de um **documentário** que publicizará por meios de plataformas digitais como o programa auxilia financeiramente a classe trabalhadora de baixa renda no Ensino Superior.

A sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar o seu consentimento. A sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou penalização, e nem prejuízo às suas atividades vinculadas ao programa. Você não terá nenhum custo por participar da pesquisa, sendo que você também não receberá nenhuma indenização por sua colaboração.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado em duas vias, com folhas rubricadas pelo pesquisador responsável e por você (participante da pesquisa). Na última folha do referido termo constam as duas assinaturas, uma do pesquisador responsável e outra

sua (participante). Uma via do termo ficará retida com o pesquisador responsável e a outra será entregue a você que aceitou participar. Na cópia que você receberá consta o telefone e endereço do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação antes e durante a pesquisa.

Caso concorde em participar do estudo gostaríamos de conhecer suas impressões sobre o assunto que está sendo pesquisado. Para isso, você precisará responder verbalmente a uma entrevista e participar da gravação de um documentário, ambos serão gravados em até dois dias, de acordo com a disponibilidade do participante, levará cerca de no máximo 1h, aqui mesmo na UFMA - Centro de Imperatriz/MA, sendo que fica a seu critério a data e o horário mais apropriado. As respostas serão registradas pelo acadêmico, sob orientação do professor e pesquisador a fim de serem posteriormente analisadas como instrumento de coleta de dados. Também poderão ser coletados outros dados sociodemográficos, como idade, estado civil e ocupação.

Ao participar desta pesquisa, os/as participantes não terão riscos físicos, mas poderão sentir desconforto emocional, invasão de privacidade, timidez, nervosismo, estresse, incômodo com a gravação, cansaço e/ou aborrecimento. Se isso vier a ocorrer, poderão interromper ou retomar a participação sem prejuízo, podendo ser oferecidas técnicas de relaxamento como meditação, exercício de respiração diafragmática, ou até mesmo iniciar um momento de diálogo para descontração até que os (as) participantes se sintam confortáveis para retornar às entrevistas. Medidas serão adotadas para minimizar riscos, assegurando ética conforme as resoluções 466/2012, 510/2016 e 738/2024, além da proteção de dados pela LGPD (Lei Geral de proteção de dados, nº 13.709/2018). Além disso, garantimos um ambiente confortável, respeitoso e acolhedor, proporcionando privacidade assegurando o sigilo das informações compartilhadas.

Portanto, para minimizar estes riscos, as entrevistas serão realizadas em uma sala reservada na própria universidade garantindo um ambiente confortável, respeitoso e acolhedor, proporcionando privacidade assegurando o sigilo das informações compartilhadas e seguindo rigorosamente todas as recomendações de proteção aos participantes seguindo a Resolução nº510/2016. Além de esclarecimento prévio sobre o questionário realizado pelo pesquisador, com linguagem clara e compatível com seu grau de instrução. Caso você tenha algum dano direto será acolhido inicialmente por um profissional do programa e encaminhado ao atendimento psicológico especializado sem nenhum custo e direito a indenização. Assim como,

ao final da entrevista será disponibilizada uma lista com o endereço dos locais disponíveis para atendimento psicológico.

Providências serão tomadas para evitar e/ou reduzir os possíveis riscos e desconfortos, reforçando as questões éticas de acordo com as Resoluções 510/2016 e 738/2024, e a segurança e garantia de sigilo dos dados, assim sendo a entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento, remarcada, inclusive com alteração de local, sem nenhum prejuízo ao participante ou a pesquisa. Serão adotadas todas as medidas de cuidado com o conteúdo coletado e seu nome não será divulgado.

Ressalta-se ainda que as informações colhidas serão utilizadas somente para fins acadêmico/científico e serão divulgadas apenas em revista científica e no Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade dissertação. De acordo com as normas que regulamentam os aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos (Resoluções 466/12 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde) e em respeito aos voluntários desta pesquisa, todos os resultados só serão divulgados após a sua aceitação. Caso isto ocorra, os resultados serão utilizados na elaboração de trabalhos científicos, os quais serão apresentados em eventos científicos e publicados em periódicos da área da educação, sendo garantido o seu anonimato, o que assegura a sua privacidade, quanto aos dados confidenciais envolvidos nesta pesquisa, lembramos ainda que os participantes da pesquisa terão acesso aos resultados e informações sobre a pesquisa, a qualquer momento e sempre que solicitado

Ao final da pesquisa, todo o material será mantido em arquivo sigiloso, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 e orientações do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMA. Um comitê de Ética em Pesquisa é um grupo não remunerado formado por diferentes profissionais e membros da sociedade que avaliam um estudo para julgar se ele é ético e garantir a proteção dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Os benefícios desta pesquisa são indiretos, sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para temáticas envolvendo as políticas públicas educacionais, sobretudo para fomentação de políticas públicas que subsidiam os discentes oriundos da classe trabalhadora a permanecerem no Ensino Superior até a conclusão do curso, construindo assim, novos conhecimentos e debates, novas alternativas e possibilidades, não apenas para o ingresso na universidade pública, mas para sua permanência ao longo de todo curso, independente de qual licenciatura o discente esteja inserido.

Antes de concordar em participar desta pesquisa é muito importante que o/a participante compreenda as informações e instruções contidas e tire todas as suas dúvidas. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa pode entrar em contato, em horário comercial de 08 às 12h e de 14 às 18h, com o pesquisador responsável Leucivan dos Santos Silva pelo nº de celular (99) 99186-9925, ou no endereço R. Urbano Santos, S/N, bairro Centro, e-mail: leucivan.santos@discente.ufma.br / ou Professor orientador Dr. Dimas dos Reis Ribeiro pelo e-mail: dimas.ribeiro@ufma.br; ou ainda em caso de dúvidas sobre aspectos éticos, procure o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão – Avenida da Universidade, S/N, 1º Andar, Sala 18ª - Dom Afonso Felipe Gregory, CEP: 65.915-240, Imperatriz - MA, email: cep.ccim@ufma.br, telefone (99) 3529-6062.

Em caso de concordância com este termo, por gentileza, assine as duas vias de igual teor.

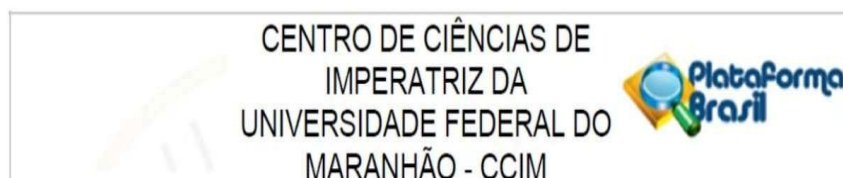
Eu, _____
fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser.

Imperatriz, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do pesquisador

Assinatura da participante

ANEXOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICA PÚBLICA DE PERMANÊNCIA E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA CLASSE TRABALHADORA: uma análise do programa PIBID do curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Sociologia da UFMA e Campus Imperatriz - Centro

Pesquisador: LEUCIVAN DOS SANTOS SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 87321625.0.0000.0309

Instituição Proponente: Centro de Ciências de Imperatriz

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.572.380

¹¹ Após esta Dissertação ter sido aprovada pela qualificação em 06/11/2025, foi orientado ajustar o título para: PROGRAMA PIBID E POLÍTICA PÚBLICA DE PERMANÊNCIA PARA CLASSE TRABALHADORA: uma análise do programa PIBID do curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia da UFMA – Campus Imperatriz – Centro. Como também pequenos ajustes nos objetivos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 Av. dos Portugueses, 1966, - Bairro Vila Bacanga, São Luís/MA, CEP 65080-805
 Telefone: (98) 3272-8000 - <https://www.ufma.br>

Ofício nº 8/2025/PPGEPE/CCIM

À Exma. Sra.

Profa. Dra. Vanda Maria Leite Pantoja

Coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia

Prezada Senhora Vanda Maria Leite Pantoja,

Para a realização da pesquisa intitulada “**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FORMAÇÃO INICIAL E PERMANÊNCIA DISCENTE: uma análise do programa PIBID do curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia da UFMA – Campus Imperatriz -MA**” que tem como **objetivo geral:** analisar como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID tem contribuído para a prática pedagógica para formação inicial de professores em um curso de Licenciatura em Ciências Humanas com ênfase em Sociologia da universidade da rede pública federa do Maranhão. E como **objetivos específicos:** Compreender a significância das políticas públicas para formação inicial docente dos cursos de licenciatura; Analisar às contribuições do PIBID tanto na qualificação das práticas pedagógicas quanto no suporte financeiro para a permanência acadêmica dos bolsistas do curso de Ciências Humanas - Sociologia durante sua formação inicial docente; Desenvolver um documentário a partir dos relatos de experiência de alunos e professores sobre a importância do PIBID para os filhos da classe trabalhadora do curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia. **Para isso, solicitamos a autorização para realização da referida pesquisa, nesta conceituada instituição.**

A pesquisa será desenvolvida pelo Mestrando **LEUCIVAN DOS SANTOS SILVA**, devidamente matriculado sob o número **20241006824**, no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado Profissional em Educação) em Educação e Práticas Educativas - PPGEPE, Unidade Prof. José Batista de Oliveira, do Centro de Ciências de Imperatriz – CCIM, da Universidade Federal do Maranhão, sob orientação do Professor Dr. **Dimas dos Reis Ribeiro**. Como procedimentos técnicos, por se tratar de uma pesquisa, serão utilizados os seguintes instrumentos para a geração de dados: análise documental, entrevista semiestruturada e videogravações.

Os participantes da pesquisa serão 5 pessoas: Coordenador Geral do Programa; 2 coordenadores de área; 2 discentes vinculados ao programa.

O provável período de realização da pesquisa: junho a julho de 2025

Ressaltamos que esta solicitação para a realização da pesquisa de campo está de acordo com as diretrizes do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP, e que serão garantidos os direitos assegurados pela Resolução Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que trata sobre as pesquisas envolvendo seres humanos em estudos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais:

- 1) A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- 2) Não haverá nenhuma despesa para a instituição que seja decorrente da participação na pesquisa;
- 3) A garantia de que a Instituição e os participantes da pesquisa não serão identificados durante a divulgação

dos resultados, e que as informações/dados obtidos(as) serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados à pesquisa;

4) A participação é voluntária e não haverá nenhuma ação que ponha em risco a integridade física ou a saúde dos participantes das instituições lócus desta pesquisa;

5) Os envolvidos poderão desistir de participar da realização da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo às partes.

Em caso de dúvida, poderá entrar em contato com o próprio Pesquisador pelo e-mail:

leucivan.santos@discente.ufma.br ou pelo número (99) 99186-9925; com o Professor Orientador, pelo e-mail: dimas.ribeiro@ufma.br, ou ainda, com a Coordenação do Programa de Pós-Graduação através do e-mail: ppgepe.ccim@ufma.br.

Na certeza de haver exposto com clareza o teor da pesquisa, aguardamos vosso deferimento para que a discente possa realizar a referida pesquisa.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **BETANIA OLIVEIRA BARROSO, Coordenador(a)**, em 10/03/2025, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufma.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1382378** e o código CRC **5E648B94**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23115.014987/2024-33

SEI nº 1382378

¹² Ao solicitar a Anuência junto a coordenação de Licenciatura em Ciências Humanas-Sociologia, a Dissertação não havia passado pela banca de qualificação. Após sua aprovação, orientou-se uma pequena alteração no título, objetivos, como também dos participantes da pesquisa, como evidenciado ao longo deste estudo.